



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 185 SEXTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 169ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016	5
1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Críticas à tentativa de aprovação na Câmara dos Deputados de requerimento de urgência para projeto de lei que altera o instituto do acordo de leniência.	7
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder - Registro de campanhas e eventos de valorização da mulher; e outro assunto.....	8
SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder - Alegria pelo interesse da iniciativa privada em recentes leilões de linhas de transmissão de energia elétrica realizados pelo Governo Federal; e outro assunto.....	11
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Felicidade com a inclusão de obras do Estado de Mato Grosso no programa de conclusão de obras inacabadas do Governo Federal.	14
SENADOR PINTO ITAMARATY - Satisfação pela aprovação da PEC referente à cláusula de barreira e fim das coligações; e outros assuntos.	21
SENADOR DÁRIO BERGER - Considerações sobre o Sistema Único de Saúde no Brasil; e outro assunto.....	23
SENADOR EDUARDO AMORIM - Registro de audiência que S.Exª. teve com o Presidente Michel Temer e com o Ministro da Justiça a fim de tratar da segurança pública no Estado de Sergipe.	26
1.3 – ORDEM DO DIA	
A Presidência transfere a pauta de hoje para a próxima Sessão Deliberativa	30
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Oradores	
SENADORA REGINA SOUSA - Registro da participação de S.Exª em audiência pública na CDH destinada a discutir o Projeto Matopiba; e outros assuntos.....	30
SENADOR PASTOR VALADARES - Críticas à qualidade do atendimento no serviço de saúde pública e privada no estado de Rondônia.....	32
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Registro dos desafios da segurança pública no País.....	33
SENADOR REGUFFE - Preocupação com as taxas abusivas de juros cobradas ao consumidor no Brasil.	38
SENADOR PAULO PAIM - Destaque para a importância da UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.	40
SENADOR JOSÉ ANÍBAL - Defesa da PEC 55/2016, que institui um novo regime fiscal, e da medida provisória que promove alterações no ensino médio.	43
SENADORA ANA AMÉLIA - Reflexões sobre os efeitos da eleição presidencial nos Estados Unidos; e outros assuntos.....	47
1.5 – ENCERRAMENTO	50

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 169ª SESSÃO	
2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 412/2016-Complementar, do Senador Reguffe, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil	51



2.1.2 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 60/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Ana Amélia, que <i>define o terceiro domingo de outubro como data de realização do segundo turno nas eleições de Presidente e Vice-Presidente da República e Governador e Vice-Governador de Estado</i>	56
---	----

Nº 61/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Ana Amélia, que <i>altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal para tornar o voto facultativo</i>	63
--	----

2.1.3 – Requerimento

Nº 821/2016, do Senador José Medeiros e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a homenagear o centenário do poeta Manoel Wenceslau Leite Barros	69
---	----

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	71
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	74
5 – LIDERANÇAS	75
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	78
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	99
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	104
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	157



169ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 10 de Novembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Wellington Fagundes, Pinto Itamaraty, José Medeiros,
Dário Berger e Pastor Valadares.*

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 11 minutos e encerra-se às 15 horas e 48 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

169ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 11 horas
Período: 10/11/2016 07:00:00 até 10/11/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
PSDB	PB	Deca	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X

Emissão 10/11/2016 20:38:50



Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PDT	RO	Pastor Valadares	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PP	BA	Roberto Muniz	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PSC	SE	Virginio de Carvalho	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X

Compareceram 62 senadores.



ATA

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide PARTE II do sumário**)

Esta Presidência gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o Senador Randolfe, do Partido Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ontem, na Câmara dos Deputados, processou-se o que considero uma tentativa de obstacularizar e atrasar o rumo das investigações da chamada Operação Lava Jato. Ontem, o Líder do Governo, na Câmara dos Deputados, Deputado André Moura, tentou aprovar um requerimento de urgência, no sentido de aprovar o Projeto de Lei nº 3.636, que, na prática, modifica o chamado acordo de leniência, os acordos que são firmados entre o Poder Público e as empresas, intermediados pelo Ministério Público, mas que, nesse famigerado projeto de lei, excluem, na prática, o Ministério Público de sua participação.

Faço questão, Sr. Presidente, de fazer a leitura aqui da nota emitida, ainda no dia de ontem, pela força-tarefa da Operação Lava Jato sobre a votação desse projeto de lei que modifica as regras do acordo de leniência.

Diz a nota da força-tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava Jato:

Procuradores repudiam apresentação de requerimento de urgência para trâmite da proposta na Câmara dos Deputados e defendem ampla discussão com a sociedade, organizações não governamentais e o próprio Ministério Público.

A força-tarefa Lava Jato em Curitiba, responsável pelas investigações do esquema de crime de corrupção, fraude à licitação, econômicos, de lavagem de dinheiro, dentre outros, que causaram prejuízos de bilhões de reais à Petrobras, bem como a outros órgãos, a empresas públicas, vem repudiar a tentativa de líderes partidários de votar em regime de urgência na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.636, de 2015, oriundo do Senado Federal, que desvirtua a lei anticorrupção, sem uma ampla discussão com a sociedade, organizações não governamentais e o próprio Ministério Público, inclusive sobre os seus reflexos na investigação da Operação Lava Jato.

Continua a nota da força-tarefa:

Repetem-se aqui as tentativas do governo anterior de desfigurar a lei anticorrupção, caracterizando-se essa manobra em intervenção na investigação da Operação Lava Jato e em outras dela decorrentes. É sabido que a força-tarefa Lava Jato em Curitiba vem desenvolvendo negociações de acordos de leniência da maior importância para o Brasil e que poderão ser interrompidas se aprovado esse projeto de lei.

É preciso reiterar que esses acordos em negociação atenderão ao interesse público ao apontarem provas de crime de corrupção de altas autoridades públicas, que não podem ficar impunes.

Dessa forma, se aprovado esse projeto de lei na calada da noite, sem ampla discussão de seus limites, dos interesses envolvidos e dos seus reflexos nas investigações em andamento, poderá ocorrer prejuízo irreparável ao interesse público. Isso se agrava ainda mais dada a notícia da tentativa de inclusão de emenda em plenário que, se aprovada, possibilitará anistia dos crimes apurados pela Operação Lava Jato, resultando na reversão de condenações obtidas, na devolução de bens apreendidos e dos ressarcimentos já alcançados. Assim, feridas de morte as investigações da Operação Lava Jato. Sabe-se da necessidade de aperfeiçoamento das leis que autorizam os acordos de leniência para aprimorar o combate à corrupção em nosso País, como aliás já está em ampla discussão em audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados, e que poderão ser reunidas a este Projeto de Lei. Assim, a força-tarefa Lava Jato em Curitiba vem pedir aos senhores e senhoras Deputados Federais que neguem regime de urgência a esse Projeto de Lei nº 3.636, ou o rejeitem completamente, permitindo a futura, ampla e aberta discussão desse assunto.

Sr. Presidente, complementarmente, acrescento à nota da imprensa divulgada ontem pela força-tarefa do Ministério Público junto da força-tarefa da Lava Jato do Ministério Público Federal: tentou-se, ou melhor, o que se tem tentado na Câmara dos Deputados é um verdadeiro escárnio, é um verdadeiro acinte às investigações, que estão sendo conduzidas pelo Ministério Público Federal, para combater o maior esquema de



corrupção já diagnosticado nas estruturas do Poder Público brasileiro. Esquema esse de corrupção que envolve autoridades de lideranças de diferentes partidos políticos deste País. É uma tentativa, em nosso entender, desesperada de impedir o passo adiante dessas investigações, que são fundamentais para virar uma página triste da história brasileira.

Ainda bem que a pressão da sociedade, no dia de ontem, impediu que o Líder do Governo levasse a cabo o seu intento.

Não há justificativa, e eu não sei, Sr. Presidente, o que justifica o Governo do Presidente Michel Temer estar tão desesperado para tentar aprovar no Congresso Nacional um projeto de lei que modificará radicalmente tudo que foi avançado e apurado até agora nas investigações da Operação Lava Jato.

A modificação da lei de leniência, como existe hoje, só tem um objetivo: obstaculizar, impedir que as investigações avancem, principalmente no formato que está previsto no Projeto de Lei nº 3.636. O que está previsto no Projeto de Lei nº 3.636 é a completa exclusão do Ministério Público. Na verdade, o acordo de leniência vai deixar de ser acordo de leniência e passar a ser acordo de anistia a crimes cometidos por empresas.

Na verdade, o que está em curso, principalmente na Câmara dos Deputados, mas sem embargo e sem prejuízo de iniciativas que também estão sendo tentadas no Senado Federal, é buscar um salvo-conduto, buscar uma espécie de salvação para o sistema político. Tentativas, sejam essas de modificação do acordo de leniência, sejam as de descriminalização do caixa dois, ou melhor, de anistia ao crime de caixa dois para tentar criminalizar, em tese, a partir de agora, buscam na verdade inviabilizar, pôr à terra todas as investigações e toda a condução que até agora se teve.

Nada justifica, em uma República, esse tipo de ação, nem a argumentação da chamada – abro aspas – “natureza econômica”, da necessidade de impedir que seja contagiada a economia.

Vi recentemente, na imprensa, a notícia de que setores do PIB nacional se mobilizavam no mesmo sentido, no sentido de aprovação de matérias de projetos de lei dessa natureza, seja a anistia a caixa dois, seja esse projeto de lei relativo ao acordo de leniência. Não há justificativa econômica ou política para aprovação desse tipo de matéria, por uma simples razão, por uma simples circunstância: eles desvirtuam o sentido de República, principalmente quando há um processo de investigação tão bem conduzido por parte do Ministério Público Federal.

Então, Sr. Presidente, é fundamental...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... é fundamental, é indispensável que a sociedade fique atenta e vigilante. Repito: só não foi aprovada a urgência, não foi votado o Projeto nº 3.636, ontem, na Câmara devido à pressão, principalmente por parte das redes sociais, da sociedade vigilante. Só a sociedade vigilante sustenta a condução da investigação que é feita pelo Ministério Público.

Quero aqui reiterar o apoio total às investigações conduzidas pelo Ministério Público na força-tarefa da chamada Operação Lava Jato. Quero deixar claro que aqui, no Senado, não admitiremos qualquer uma dessas matéria que buscam, na verdade, tentar uma saída para o sistema político empresarial, que está sendo diagnosticado, desvendado e comprometido pelas investigações em curso.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É necessário e fundamental – e falo isso para concluir, Sr. Presidente – que se atinja a francisco e a chico. Ninguém está acima de qualquer investigação e ninguém está acima da lei.

Repito: o que tem sido conduzido, pelos procuradores da República, de Curitiba notadamente, com apoio da Procuradoria-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, é uma contribuição fundamental para dar a este País o caráter mais claro de República. E República é aquele regime, aquela forma de governo em que a coisa pública está acima das vicissitudes especiais.

Que a sociedade fique vigilante e que aqui, no Congresso Nacional, não avance nenhuma dessas matérias, que têm por objetivo, na verdade, salvar o sistema político empresarial da lama em que está metido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de convidar, por cedência do Senador Raupp e por minha cedência também – já que eu era o primeiro inscrito –, a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer uso da palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington, pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Inclusive, Senadora, V. Exª está



amazônida como nunca com esse verde...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aqui, no plenário, não é?! Só tem...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – ...com esse verde da esperança.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente! No plenário só há representantes da Amazônia. Aqui estamos os Estados: de Mato Grosso, do Amazonas, de Rondônia e do Amapá. Muito bem! Amazônia presente, não é!?

Sr. Presidente, primeiro, quero dizer, com muita alegria, que nós realizamos ontem – falo aqui, com muita alegria, da Bancada Feminina não só do Senado Federal, das Senadoras, mas também da participação de Deputadas Federais – uma importante reunião de trabalho. Nós estamos preparando a realização de dois grandes eventos para encerrarmos este ano de 2016 com atividades intensas relacionadas às mulheres.

A primeira das atividades é organizada e coordenada pela Senadora Simone Tebet, que preside a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Faremos inúmeras atividades e eventos em torno da campanha mundial: 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. É uma campanha importante. Teremos aqui, no plenário do Senado Federal, uma sessão solene, Senador Valdir Raupp, que tratará da ouvidoria da mulher que foi aprovada recentemente aqui, no Senado Federal. E é uma ouvidoria da mulher vinculada... Não é ouvidoria; é um outro órgão que acompanha a questão das mulheres. E isso é muito importante, porque poucos órgãos – públicos, principalmente – têm esse setor para tratar e acompanhar sempre o problema da violência contra as mulheres.

O outro evento é um seminário que realizaremos entre os dias 13 e 15 de dezembro, no qual trataremos de vários temas: o empoderamento das mulheres, a participação das mulheres na política... Será um seminário internacional, traremos palestrantes de fora, que trarão os exemplos de seus países para que o Parlamento brasileiro e a sociedade brasileira possam conhecê-los e, quem sabe, seguirem nesse mesmo caminho, que tem sido tão eficiente na inserção das mulheres na vida pública e, sobretudo, nos espaços de poder. Então, debateremos a questão da presença da mulher nas empresas, como empreendedoras, empresárias. Aliás, V. Exª falava-me de um projeto que eu relato, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que estabelece uma cota de mulheres para os conselhos das empresas estatais, das empresas públicas e de economia mista. Isso é muito importante. Aqui, no Senado, durante a semana inteira, mulheres que compõem uma organização denominada Mulheres do Brasil – que são empresárias – conversaram com vários Senadores e Senadoras sobre a importância desse projeto. Debateremos esse aspecto também; debateremos no seminário a violência.

E, agora mesmo, acabei de ter uma audiência importante – de parceria – com representantes do grupo de Mauricio de Sousa. Mauricio de Sousa, todos sabem, é o autor dos personagens infantis – e não mais infantis –, os personagens queridos de todos nós, de todas nós, do Brasil, que é a Turma da Mônica. E, há algum tempo, também em parceria com a ONU Mulheres. Aliás, o nosso seminário terá uma forte parceria de entidades feministas representativas das mulheres, mais da ONU Mulheres e do Banco Mundial. O Banco Mundial que tem sido um grande parceiro, inclusive viabilizando materialmente os nossos seminários. Enfim, é um belo trabalho e eu não poderia, vindo à tribuna no dia de hoje, deixar de destacar o trabalho da Turma da Mônica do grupo Mauricio de Sousa, que inicia aqui uma grande campanha e que desenvolve já uma grande campanha cujo tema é Somos Todas Donas da Rua. E, ao final de cada gibi – essa é a última edição do mês –, eles colocam uma parte em que questionam onde é o lugar da mulher.

Nesta edição, por exemplo, eles colocam a Mônica pegando frutas de uma fruteira, na cozinha, e dizem o seguinte: “Lugar de mulher é na cozinha”. E, na sequência, ela diz: “Na sala de jantar e onde a gente bem entender”. Ou seja, é uma campanha que mexe com a formação cultural das crianças, dos adolescentes, das famílias como um todo. Quero aqui destacar esse trabalho importante. O grupo Mauricio de Sousa terá participação no nosso seminário, na Mesa que tratará do papel da iniciativa privada na luta pelo empoderamento e pela igualdade em relação às mulheres.

Senador Medeiros, pois não.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Simplesmente para, dentro da sua linha de raciocínio, ressaltar a fala da Presidente Ministra Cármen Lúcia, que, esta semana, falava justamente sobre o tema das mulheres, sobre a necessidade de o Poder Judiciário dar uma resposta rápida aos crimes contra a mulher, porque é comum que esses crimes fiquem na impunidade. Ela tem defendido justamente que a população não tenha uma imagem de que crimes contra a mulher ficarão sem resposta. Isso é muito importante. Ela dizia justamente que é importante que saibam que há a lei, mas, acima de tudo, que as pessoas durmam com a consciência de que a violência contra a mulher não será tolerada. É óbvio que, não é só contra a mulher, defendemos que a Justiça possa dar uma resposta rápida, mas é simbólico o fato de a Presidente do Supremo Tribunal Federal fazer essa fala. Muito obrigado.



A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço, Senador Medeiros.

Em que pesem as muitas divergências que temos no âmbito político e ideológico, V. Exª – não me canso de dizer – tem sido um grande apoiador, participativo da luta das mulheres em nosso País. Sempre que V. Exª entra nesse debate, eu fico muito feliz. E, Senador Medeiros, seria importante que V. Exª também participasse conosco da organização desse seminário. Vai ser um seminário muito importante.

Ontem, a Câmara dos Deputados conseguiu reunir a Comissão Especial que analisa a PEC que determina a quota de mulheres no Parlamento, que nós aprovamos com uma larga vantagem de votos aqui, no Senado Federal, e que agora está na Câmara. Já foi aprovada na comissão especial, portanto a proposta de emenda à Constituição já está pronta para o plenário. É óbvio que o conteúdo da PEC – que estabelece, no primeiro momento, 10% de vagas das cadeiras em todos os Parlamentos; no segundo, 12%; chegando a 16% – não é o ideal, não é o que queremos, mas, sem dúvida nenhuma, dá um passo importante para uma maior presença feminina no Parlamento.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O Parlamento brasileiro jamais será o mesmo. Imaginemos aqui 30 Vanessas neste plenário: vai ser muito bom ver isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Enfim, eu falava agora sobre uma sessão solene que teremos aqui, no plenário do Senado Federal, para tratar sobre a ouvidoria. Na realidade, a denominação não é ouvidoria, mas Observatório da Mulher, que foi criado e tem o objetivo de fazer um acompanhamento, sobretudo, no tema violência. O Senado hoje já faz, através do DataSenado, uma pesquisa em relação à violência contra a mulher, que é a mais longa de todas as feitas no Brasil, e, através da criação desse observatório, nós teremos, no Parlamento brasileiro, condições de fazer um acompanhamento mais de perto sobre a violência que, infelizmente, maltrata tantas mulheres brasileiras e, a partir desse conhecimento, contribuir não só com uma pressão perante o Poder Executivo, mas, sobretudo, quando necessário, na própria mudança legislativa.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por fim, Presidente, para concluir, eu quero aqui fazer uma denúncia e, ao mesmo tempo, solicitar providências por parte do Governo do Amazonas. A gente tem ouvido muito falar da crise econômica dos Estados. Mas o meu Estado do Amazonas, Sr. Presidente, parece que tomou uma decisão: de que o forte da crise será concentrado na área da saúde, o que é grave, porque também o Brasil inteiro tem assistido a muitas denúncias. Por exemplo, um médico que está preso coordenava uma empresa e desviou mais de R\$120 milhões do sistema público de saúde do meu Estado do Amazonas.

A situação continua um caos, caótica. O problema, Sr. Presidente, é tão grave que hoje 3 mil médicos – reparem – que atuam em 13 empresas de cooperativas médicas estão com salários atrasados e enfrentam condições...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Enfrentam condições, eu não diria precárias, mas condições impossíveis para desempenharem os seus trabalhos.

O problema afeta também – o que é grave – os médicos que atuam em urgência e emergência, nos prontos-socorros, nas maternidades, nas fundações e nas Unidades de Pronto Atendimento. Recebemos a notícia de que houve a paralisação do serviço chamado aeromédico, o serviço que desloca pacientes em estado grave, gravíssimo, do interior do Estado para a capital. Eu aqui estou falando do Estado do Amazonas, em que muitos, a maioria dos nossos Municípios só são acessados através ou dos rios ou do transporte aéreo.

Pois bem. O Governo suspendeu o transporte aéreo para pacientes em situação gravíssima, o que significa, em outras palavras, determinar a morte desses pacientes que dependem de uma assistência de urgência para poderem ter sua vida preservada.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Segundo os profissionais da área de saúde, não são apenas leitos que faltam. Faltam medicamentos, faltam insumos, técnicos, profissionais técnicos nas áreas de muitas unidades, e isso prejudica e inviabiliza, muitas vezes, o atendimento.

Então, eu quero dizer que é lamentável que, no momento em que o Brasil inteiro toma conhecimento do desvio de mais de R\$110 milhões, R\$120 milhões da área da saúde, o Governo do Estado trate a nossa gente da forma como vem tratando.



Então, não apenas lamento, não apenas faço a denúncia e solicito, inclusive, interferência do Ministério da Saúde para ajudar a resolver esse problema da mais extrema gravidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de convidar o Senador Raupp, nosso companheiro do PMDB, atuante Senador de Rondônia.

Antes, Senador Raupp, gostaríamos também aqui de registrar, na nossa tribuna, a presença dos alunos do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá, de São João de Meriti, no Rio de Janeiro. Esta Presidência congratula todos. Que possamos aqui propiciar também o estímulo para que a juventude participe da vida pública. Eu sei que vocês estão conhecendo a Casa e o tradicional trabalho de mostrar o papel do Legislativo.

Gostaríamos também de registrar a presença do nosso companheiro ex-Prefeito de Guarantã do Norte Luterio Siqueira. Ele também foi Superintendente do Incra de Mato Grosso e tem nos ajudado ali. Estamos discutindo muito a questão da regularização fundiária, Senador Raupp, da Região Amazônica. Mato Grosso é um Estado em que temos inúmeros assentamentos, há mais de 100 mil famílias assentadas que ainda não tiveram a sua documentação.

E esse é um trabalho que estamos fazendo, inclusive com o Ministro Padilha. Nós, da Bancada de Mato Grosso, propusemos uma emenda ao orçamento para o ano que vem. E vamos tentar chegar em mais de R\$70 milhões, exatamente para que possamos propiciar, diria, a libertação dos assentados que foram para Mato Grosso e também para Rondônia, respondendo ao chamamento do Governo no sentido de ocupar a Amazônia. E hoje essas pessoas carecem dessa documentação para poderem ter o seu financiamento, gerar mais riqueza e mais oportunidades.

Tenho certeza de que essa é uma luta também de V. Ex^a. E isso representa muito uma conquista para os nossos Estados e principalmente para aqueles que cumpriram o compromisso com chamamento do Governo.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, do Estado de Mato Grosso, (*Fora do microfone.*) V. Ex^a tem absoluta razão. A regularização fundiária é um tema muito debatido no Norte do Brasil, sobretudo nos Estados do Norte, devido às dificuldades que os órgãos, como o Incra, Terra Legal, ainda têm, pela deficiência de pessoal, de recursos, para promover uma regularização fundiária célere, rápida, para que todos os produtores que já estão de posse das suas terras possam ter seu título, seu documento. Essa campanha já se iniciou em Rondônia, há alguns anos, com o Governador Confúcio Moura. E nós intensificaremos, a partir do próximo ano, uma campanha forte para regularizar acho que mais de 80, 100 mil títulos de propriedade que ainda estão pendentes no Estado de Rondônia.

Queria, Sr. Presidente, antes de iniciar a minha fala, agradecer a presença, aqui na tribuna de honra do plenário, do Vereador, Vice-Presidente da Câmara de Cacoal, Rondônia, Claudemar, mais conhecido como Mão, que já foi Presidente e foi reeleito.

E por que estou falando do Vereador Mão, da cidade de Cacoal, Senador Valadares? Porque foi a cidade que me acolheu, quando cheguei a Rondônia, à cidade de Cacoal, há 37, 38 anos. E pude ser Vereador também, o primeiro Vereador, digo, o primeiro da primeira turma, e o mais votado. Então, falo que fui o primeiro Vereador de Cacoal, na companhia dos demais colegas, na primeira legislatura. E foi lá que começou a minha vida pública, a minha carreira política, para chegar à prefeitura por dois mandatos, ao governo do Estado, e agora aqui, ao Senado da República, já ocupando o segundo mandato.

Então, Vereador Mão, assim como iniciei a minha carreira em Cacoal, V. Ex^a poderá também ser o futuro prefeito, Deputado, governador, Senador, porque é jovem ainda.

Daqui a alguns minutos, chegarão mais quatro Vereadores de Espigão do Oeste, cidade vizinha de Cacoal, o Devair, o Genésio, o Adriano e o Cosme. São Vereadores que conheço, pois trabalhamos juntos na cidade de Cacoal. E estão entrando agora, neste momento – eu falava aqui da tribuna do Senado –, o Vereador Devair, o Vereador Genésio, o Vereador Adriano e o Vereador Cosme, da cidade de Espigão do Oeste, vizinha da nossa cidade de Cacoal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, subo à tribuna, neste momento, para falar sobre energia elétrica. Conforme registro da revista *Exame* publicado na edição de 9 de novembro corrente, o novo modelo de concessões apresentado pelo Governo já passou pelo seu batismo de fogo no último dia 28 de outubro. Na ocasião, houve 133 lances no leilão de 6,8 mil quilômetros em linhas de transmissão de energia, sendo que, dos 24 lotes oferecidos, 21 foram arrematados pelas empresas concorrentes. Um verdadeiro sucesso!

Para se ter um parâmetro do sucesso da empreitada, no último leilão do setor em 2015, realizado ainda



sob as regras antigas, apenas 9 dos 25 lotes leiloados encontraram interessados efetivos. Então, isso aqui demonstra que a mudança do novo Governo, com o novo modelo, está sendo positiva.

Quais seriam as razões para tal pulo, tal mudança de expectativa e confiança? A resposta, sem dúvida, está no novo modelo adotado, amplamente favorável ao dinamismo do mercado, com melhores taxas de retorno, maior prazo para execução das obras e menor participação do BNDES. Até os bancos oficiais, que no passado investiam mais pesado nesses leilões, agora estão diminuindo sua participação, o que é importante para poder sobrar dinheiro e investimentos para outros empreendimentos.

O leilão, Sr. Presidente, demonstrou, de maneira cabal, o anacronismo das regras anteriores, que se modulavam pela participação impositiva da Eletrobras e dos subsídios do BNDES. Agora, o novo modelo marcou não somente o surgimento de novos investidores, atraídos pelas novas regras de mercado, como o reaparecimento de empresas tradicionais que haviam ficado de fora em certames recentes, como a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

Pela primeira vez, em alguns anos, houve disputa acirrada pelos lotes oferecidos, com deságios que chegaram a 28% do valor inicial. Um trecho no Espírito Santo chegou a receber 54 lances, para os senhores e as senhoras terem uma ideia da competitividade durante o leilão.

Tal realidade nos enche de esperança, Sr. Presidente. Afinal, estima-se que até 2024 serão necessários mais de R\$108 bilhões em investimentos nas linhas de transmissão e em subestações, no sentido de atender às demandas de crescimento da oferta. E, para tanto, não há dúvidas de que precisávamos de um modelo de concessão que priorizasse, sobretudo, a competitividade e a viabilidade dos novos empreendimentos, oferecendo credibilidade e fornecendo confiança aos novos investidores.

É claro que esse caminho de convencimento do mercado será bastante longo. Inúmeros problemas herdados da desastrosa política econômica e também energética anterior ainda nos afligem, como o estouro das contas públicas e a ameaça inflacionária. Mas estamos confiantes de que a mudança de rumos, que já começou, irá nos tirar do atoleiro no qual nos enfiaram.

Evidências disso estão em toda parte, um grande exemplo acontece com as ações da Petrobras, que já valorizaram 160% em 2016, recuperando, em parte, o seu valor de mercado. O Presidente Michel Temer, anteontem, Senador Ataídes, Sr^{as} e Srs. Senadores, fez um pronunciamento na CNI, no congresso da Confederação Nacional da Indústria, e lá ele falava dos avanços da economia, da confiança, da credibilidade e das ações também de várias empresas públicas e privadas que mais que dobraram. Há empresas que já ultrapassaram 200% de crescimento nesses últimos seis meses. Isso é sinal de que o novo Governo está no rumo certo.

Uma coalizão de Governo com vários partidos ganhou confiança no Congresso Nacional, na harmonia com os Poderes, e ganhou confiança também no mercado internacional e no mercado interno, na credibilidade, na confiança para o crescimento da nossa economia. E não se gera emprego, não se gera renda sem avanço na área econômica, sem avanço na economia.

O BNDES, por sua vez, agora pratica taxas de mercado, e não mais atua com a mão grande e pesada do Estado, a tentar regular o mercado e seus mecanismos, abrindo flancos para a corrupção e para o favoritismo.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Raupp. Quero parabenizar V. Ex^a por esse discurso, mostrando para o povo brasileiro que o Brasil tem uma nova cara, e isso é verdadeiro, isso é real. O Presidente Temer recebeu, como herança, uma crise política, uma crise moral e uma crise econômica sem precedente. A crise política está sanada. O Presidente Temer hoje, eu diria, tem quase 80% deste Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Conforme V. Ex^a colocou bem, a nossa confiabilidade, a nossa moral, dentro do País e fora do País, já se restabeleceu. As três agências que calculam o risco no mundo – S&P, Fitch, Moody's... A Moody's já melhorou a nota do nosso País: eram quinhentos e pouco, agora já caiu para 300 e acredito que, ainda este ano, há uma possibilidade de o nosso grau de investimento ser retornado. Nos nossos empresários, no Brasil, já voltou a confiança, o ânimo que se havia perdido. O desemprego, no Brasil, já se estabilizou – não acabou, mas se estabilizou. Isso é um bom sinal! De retração do PIB para 2016, com o governo do PT, falava-se em 6%; deve ficar na casa, lamentavelmente, de 3%. Mas, para 2017, alguns economistas já estão falando em torno de 1,6 em crescimento. Eu, como contador, advogado tributarista e empresário, acredito que nós chegaremos acima de 2% de crescimento em 2017. E eu, Senador Raupp, quero dizer o seguinte: só está faltando, para que nós retomemos o crescimento do nosso País, da economia do nosso País, a aprovação...



(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... da PEC 55, do controle de gasto. E, dessa tribuna, por dezenas de vezes, eu disse: “É preciso equilibrar as contas públicas”. E o Presidente Temer teve a coragem de comprar esse desafio de equilibrar essas contas públicas. Eu acredito que, até 13 de dezembro, essa PEC estará aprovada aqui, no Congresso Nacional, e sancionada ainda este ano, para valer para 2017. Ela será um marco da nova gestão pública no País e será um marco, definitivamente, para o crescimento da nossa economia e para gerar emprego e renda. Portanto, eu estou muito contente, eu estou muito feliz e otimista com o Governo Temer.

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Essas 1.600 obras, que demandam uma quantia de R\$500 mil a R\$10 milhões, se referem a 1.071 Municípios em todo o Brasil. Foi eu, inclusive, que levei essa demanda ao Presidente Temer, e ele declarou isto – que foi um pedido nosso. Está se retomando, então, o início dessas obras, que vai colocar no mercado R\$2,073 bilhões. O Presidente Temer está fazendo tudo como deveria e deve ser feito. Eu só espero que, no Congresso Nacional, nós aqui façamos a nossa parte. E eu acredito que será feito. E o País voltará a crescer e a gerar emprego e renda. Muito obrigado, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado pela contribuição, Senador Ataídes.

Se o Presidente permitir – como o nosso tempo já está esgotando –, eu vou conceder um aparte ao nobre Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Pinto Itamaraty. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Pois não.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Serei bem breve, Senador Raupp. Na verdade, quero apenas concordar com V. Exª também. Eu penso que hoje o Brasil começa a respirar. Cria-se uma expectativa de uma vida melhor para o nosso povo. A situação em que nós nos encontrávamos era muito difícil. E, ouvindo atentamente V. Exª, falando das coisas boas que estão acontecendo no nosso País, eu queria enfatizar a situação lá da nossa ponte sobre o Rio Madeira. Fiz um aparte exatamente para reconhecer o seu esforço. Quantas vezes nós estivemos no Ministério dos Transportes discutindo sobre a ponte do Rio Madeira? Ela é dentro do Estado de Rondônia, mas vai beneficiar o meu Estado, o Estado do Acre. Aquilo é um sonho de todos os acrianos. E no dia 18...

(Soa a campanha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... vamos estar lá, no Rio Madeira, junto com o Ministro dos Transportes, junto com os Parlamentares de Rondônia e os Parlamentares do Acre. Vamos estar, se Deus quiser, fazendo ali uma vistoria. E eu acredito muito que... Já conversei com o Presidente Michel Temer a respeito daquela ponte, que é prioridade para o seu Governo. E, de lá, nós vamos até o Acre e, aí, sim, se Deus quiser, vamos realizar o sonho de todos os acrianos, que é acabar com aquela sangria, aquela roubaheira que foi a BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Foram gastos ali bilhões de reais, e, até hoje, aquela estrada encontra-se praticamente isolada. Graças a Deus, o Presidente Michel Temer assumiu o compromisso de recuperar aquela estrada e entregar-nos, entregar ao povo acriano uma estrada de verdade, porque o que temos ali, hoje, é uma afronta ao povo acriano: foi desviado muito recurso naquela estrada, e hoje a estrada encontra-se praticamente fechada.

(Soa a campanha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Então, eu queria aqui, de público, agradecer ao Presidente Michel Temer e parabenizar V. Exª pelo esforço que V. Exª tem feito lá pela nossa região, a Região Norte em geral. Parabéns, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senador Petecão, pela contribuição.

V. Exª lembrou muito bem a nossa visita no próximo dia 18, que vai acontecer em Guajará-Mirim. O Ministro vai descer, com a sua comitiva, em Guajará-Mirim – talvez estejamos juntos – e, de Guajará-Mirim, vai percorrer a BR-425, que já está praticamente concluída, com uma restauração de primeira qualidade, até Abunã, próximo à ponte. Aí, visitaremos a ponte do Abunã, que é sobre o Rio Madeira, que vai para o Acre. É uma ponte que vai servir também a Ponta do Abunã – Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã – e toda aquela região, um tanto isolada, entre o Estado de Rondônia e o Estado do Acre. É nossa, mas também vizinha ao Estado do Acre.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por tudo isso, reafirmo minha confiança nesse verdadeiro recomeço de nossa economia...



(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... representado pelo novo e já exitoso modelo de concessões das redes de transmissão, subestações e usinas de energia elétrica. Sigamos, então, firmes nessa jornada.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero agradecer à Eletrobras Rondônia, ao Ministro de Minas e Energia, a todo o sistema elétrico brasileiro, porque estão já prestes a ser licitadas algumas linhas de transmissão em Rondônia também: a linha que vai de Presidente Médici até Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos, chegando à divisa com a Bolívia e Costa Marques; a linha que vai de Jaru a Machadinho d'Oeste, passando por Theobroma, Vale do Anari, 5º BEC, chegando a Machadinho d'Oeste; uma terceira linha, que vai de Ariquemes a Monte Negro, Buritis, Campo Novo; e ainda uma quarta linha, que vai atender exatamente, Senador Petecão, a Ponta do Abunã, incluindo Porto Velho, que ainda tem energia a motor, Extrema, Vista Alegre do Abunã, Nova Califórnia, atendendo toda aquela região da chamada Ponta do Abunã, na divisa com o Acre. Eram cinco linhas, mas uma já está inaugurada, que é de Porto Velho a Itapuã – quando fui Governador, instalei 1.000kVA lá, o que não estava sendo mais suficiente. É uma rede fraca, que agora foi reforçada com uma rede nova, potente, que vai poder atrair mais empresas, indústrias, para a cidade de Itapuã. Espero que essas outras cidades que eu citei aqui, que vão ser contempladas com essas outras quatro linhas de transmissão, possam também receber mais investimento, mais estrutura, mais empresas.

Sr. Presidente, como ainda tenho um minuto do tempo que V. Exª generosamente está me concedendo, eu queria também falar do trabalho que foi realizado esta semana aqui em Brasília por mim e pela Deputada Federal Marinha Raupp, atendendo comitivas de vereadores e de prefeitos de inúmeras cidades de Rondônia, como tem sido uma constante quase todas as semanas.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Estivemos com o Governador de Rondônia na Embrapa, com o Presidente da Embrapa, tratando da piscicultura; no Ministério dos Esportes, tratando dos nossos estádios, das nossas vilas olímpicas, dos nossos empreendimentos esportivos em Rondônia; também no Turismo, tratando da área de turismo com o nosso Prof. Rodnei, lá da minha cidade de Rolim de Moura; e também, no dia de ontem, no Ministério da Saúde, com o Prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires. Ainda hoje, a Deputada Marinha esteve lá pela manhã, arrematando a nossa reunião de ontem, para levar investimentos para a saúde de Ji-Paraná, mas também, é claro, temos trabalhado pela saúde de todos os Municípios do Estado de Rondônia.

Era o que tinha, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pinto Itamaraty.)

O SR. PRESIDENTE (Pinto Itamaraty. Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Obrigado ao Senador Valdir Raupp.

Chamando, neste momento, para fazer uso da tribuna, o Senador Wellington Fagundes, do PR, de Mato Grosso, que poderá falar por até dez minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiro do Maranhão, seja bem-vindo a esta Casa sempre, Senador Pinto Itamaraty, como é o nome de guerra. Eu quero cumprimentá-lo em nome de todos os companheiros que aqui estão.

Sr. Presidente, neste momento, eu quero cumprimentar o Presidente Michel Temer e toda a sua equipe pelo anúncio da retomada de 1.600 obras que se encontram paralisadas em todo o Brasil. Na verdade, o volume de obras paralisadas no Brasil é de mais de 20 mil obras, por conta do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais. Esse anúncio, Sr. Presidente, já foi confirmado, nesta semana, também lá no seminário sobre a participação do setor privado na modernização da infraestrutura, promovido pela CNI, no qual também fiz questão de estar presente, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem.

Compreendidas em diversas categorias, esse pacote anunciado de conclusão das obras inacabadas contemplam 1.071 Municípios. No meu Estado, o Estado de Mato Grosso, serão retomadas 55 obras para as quais se destinarão em torno de R\$54 milhões. E são obras em todas as regiões do Estado.

Eu quero destacar aqui, na minha cidade natal, Rondonópolis, duas obras que estão previstas, que é a Praça Rondonópolis, com 3.000 metros quadrados, e também o Centro de Iniciação ao Esporte. Essas duas obras estão com mais de 50% já executadas.



Na cidade de Sinop, são várias obras, dentre elas o Centro de Iniciação ao Esporte de Sinop, uma obra que está com menos de 50%. E aí serão investidos R\$3,5 milhões.

São várias cidades, como Campinápolis, Colniza, a nossa capital, Cuiabá – com recursos para o centro histórico da cidade, para a restauração do casarão na Rua Pedro Celestino –, e também Aripuanã, na divisa com Rondônia, no extremo norte do Mato Grosso. É importante dizer que lá também nós temos a BR-174, cuja federalização conseguimos no governo passado, num convênio com o Governo do Estado. Nós da Bancada de Mato Grosso colocamos mais de R\$100 milhões, mas, infelizmente, o Governo não conseguiu ainda pagar o projeto para aquilo que já foi licitado, tendo sido licitado pelo governo do Estado anterior, e a obra não pôde ser começada.

Na cidade de Colniza, são várias creches do tipo C, B, e serão investidos mais de R\$3 milhões para a conclusão dessas creches. São cinco creches começadas na cidade, Sr. Presidente, cinco creches começadas ao mesmo tempo e nenhuma pronta. Então, isso representa, realmente, o desperdício do recurso público. E, também na cidade de Cuiabá, são mais outras obras na área também de creches.

São cidades como Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Castanheira, Poconé, lá no Pantanal. São obras de saneamento importantes, porque o Pantanal é um patrimônio da humanidade, e, infelizmente, temos muitos problemas, com a mesma situação que vivemos lá no Rio de Janeiro em relação à questão da Lagoa Rodrigo de Freitas, em que tivemos as competições. E foi mostrado para o mundo afora um problema sério do Brasil nessa questão de saneamento.

Há ainda cidades como Várzea Grande. Em Várzea Grande, são cinco UBS (Unidade Básica de Saúde) que, ao mesmo tempo, foram começadas e nenhuma concluída. Muitas delas estavam com mais de 50%. Agora, serão retomadas essas obras. Eu quero aqui, inclusive, saudar a Prefeita reeleita com uma quantidade muito grande de votos, quase 80%, tendo sido a Prefeita mais bem votada do Estado de Mato Grosso. Ela, que é a esposa do ex-Senador Jayme Campos, D. Lucimar Campos, tem feito uma grande administração. Nós, inclusive, ajudamos no governo passado, o do prefeito anterior, recuperando o PAC Saneamento daquela cidade. Agora, daqui a mais uns dias, estaremos lançando lá a recuperação de toda a Avenida Pompeu. Ainda em Várzea Grande, além das UBS, há outras obras que também estão incluídas.

Na minha cidade, Rondonópolis, também falta ainda a urbanização de um bairro que se chama Lúcia Maggi; há menos de 50% dessa urbanização que também será retomada dentro desse programa anunciado pelo Governo Federal.

Essas 1.600 obras que serão retomadas nos próximos quatro meses representam, na verdade, um pequeno alento para a população, porque eu sempre tenho dito que uma obra inacabada não serve para nada, é um prejuízo maior ainda para a população, uma vez que foi investido o recurso público e, infelizmente, a população não tem o direito de usar. E isso é fruto do imposto pago pelo cidadão. Pode ser que esse número seja mais do que isso. O estoque não deixa de ser um número considerável e desrespeitoso com o cidadão.

Como Relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), eu não tive dúvidas de que estava também em minhas mãos a busca do convencimento dos meus pares, Deputados Federais e Senadores, em relação à importância fundamental de atacarmos esse que considero um dos maiores males que existe no Brasil. Não foi difícil conseguir o apoio a essa proposta, porque há uma exata compreensão de que a famigerada obra inacabada – repito – não serve absolutamente para nada, a não ser para consumir de forma errada o dinheiro do contribuinte. E, por longos anos – é bom que se diga –, o Brasil tem se mostrado próspero em gastar muito mal o dinheiro público.

Há poucos dias, em entrevista aqui na TV Senado a um programa de televisão, disse claramente que, com base nos dados que dispomos, o grande problema do Brasil não é exatamente a falta de dinheiro para realização dos programas e obras que a população necessita.

É muito mais do que isso. O nosso problema, Sr. Presidente – eu insisto –, é que gastamos mais do que arrecadamos e gastamos mal, gastamos de forma errada o dinheiro suado do trabalhador que recolhe seus impostos. Aí está o despreparo e o desrespeito de alguns administradores que inclusive insistem em não concluir as obras deixadas pelos administradores anteriores – acabou de haver eleição municipal, e espero que isso não aconteça.

Por isso, fiz questão, como Relator da LDO, cujo relatório nós já aprovamos – faltam apenas dois destaques –, de colocar que não se poderá começar, em 2017, nenhuma obra, com a mesma natureza de uma obra inacabada, em uma unidade da Federação, ou seja, em um Município, em um Estado, ou até da União.

Felizmente, agora estamos diante de uma sinalização muito positiva do caminho que nos propusemos a construir para a elaboração do Orçamento Geral da União de 2017, que é investir também em infraestrutura.

Começamos a colher resultados e já temos alguma coisa para dizer: vamos ao caminho da retomada da nossa economia.



Eu, que estou vindo de uma participação efetiva no processo eleitoral, apoiando nossos candidatos a prefeitos e vereadores, tive a oportunidade de percorrer quase todo o Estado de Mato Grosso e, mais uma vez, pude comprovar o quanto o Brasil perde de dinheiro. E como nós vemos, Senador Petecão, a insatisfação da população. Imagine um pai de família, uma mãe que precisa deixar seu filho em uma creche para poder trabalhar e vê cinco creches inacabadas no Município!

(Soa a campanha.)

OSR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Isso realmente representa um desperdício, cujos valores gritam aos nossos ouvidos, e os escombros dos tijolos e o cimento à vista saltam aos nossos olhos, lastimavelmente.

Quero aqui relatar uma realidade muito dura para quem, como eu, vê, na infraestrutura e na logística eficiente, o sinal claro do melhor caminho para um país demonstrar seu real poder de desenvolvimento e capacidade de fazer o bem a seu povo.

O jornal *A Gazeta*, lá do meu Estado, um dos principais veículos de comunicação de Mato Grosso, publicou, no dia 9 de outubro deste ano, esta manchete de primeira página: “Mais de 1,2 mil casas inacabadas deterioraram”.

Na reportagem, assinada pela jornalista Elayne Mendes, a descrição é a seguinte:

Com janelas e portas depredadas e em situação de completo abandono, as 1.264 casas nos residenciais Nico Baracat I, II e III [no Município de Cuiabá] têm sido alvos de roubos e servido até mesmo como dormitório para usuários de drogas. Com as obras inacabadas e sem um destino definido, as residências já apresentam sinais do tempo, como infiltrações e destelhamento. Após a Prefeitura de Cuiabá excluir mais de mil pessoas que haviam sido sorteadas no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, o novo sorteio ficou sob responsabilidade do governo do Estado, que até o momento não tem data definida para o processo.

A reportagem acrescenta que “nem mesmo as placas que anunciavam o início e o prazo de conclusão dos residenciais, bem como os valores das obras, suportaram a ação do tempo”. E a jornalista descreve: “Ao caminhar entre as mais de mil residências, pode-se notar que, mesmo faltando pouco para a conclusão, as obras foram completamente abandonadas”.

E, aí, quero registrar, também, a cidade de Barra do Garças, onde há 1.400 casas na mesma condição. Inclusive, ontem, eu falei com o Prefeito Beto Farias, que foi reeleito, e já estamos marcando uma audiência aqui, no Ministério das Cidades, para retomar essas casas.

E sempre digo, Sr. Presidente, quando vamos entregar um conjunto habitacional, como já fizemos, inclusive, lá, no Município de Cuiabá, faço questão de entregar a chave na mão da mulher, porque é ela que tem a capacidade divina de gerar um filho e que sabe o que representa para a solidez da família ter um lar, ter uma casa. Por isso é que estamos aqui, também, a cobrar, para que esses milhares de casas inacabadas possam ser concluídos o mais rápido possível.

E a reportagem acrescenta que a indignação da população é notada. As pessoas, às vezes, vivendo debaixo de uma lona preta, em sub-habitação, ficam revoltadas.

Mais de um ano com tudo isso se perdendo no tempo. Obra que deveria ser uma prioridade em função do seu grande alcance social.

E, aí, pergunto: qual o custo para se retomar uma obra desse tamanho, com muita coisa que se perdeu com o tempo? Qual? É para isso, Sr. Presidente, que serve o contribuinte? É claro que não!

Pelo sim, pelo não, a última informação do Governo é de que possivelmente, em janeiro de 2017, as obras desse residencial serão, enfim, entregues a quem de direito, ou seja, às famílias que necessitam da atenção do Estado.

Situações como essa, Presidente, não podem prosperar. O custo é muito alto. Nem mesmo nas maiores economias do mundo se permite abrigar uma situação como esta realidade de obras inacabadas no Brasil.

Cito como exemplo, também, a questão do Aeroporto Marechal Rondon, que está localizado em Várzea Grande, na região metropolitana da nossa capital, Cuiabá. Esta obra começou ainda no Governo Dante de Oliveira, portanto, há mais de 15 anos. E, aí, como a nossa capital foi contemplada como uma das subsedes da Copa do Mundo, trabalhamos e conseguimos fazer um convênio com o Governo do Estado à época para concluir o nosso aeroporto. As obras avançaram, mas, infelizmente, não foram concluídas.

Estivemos agora há pouco em uma audiência na Infraero. Nesse sentido, gostaria de parabenizar o Secretário Nigro, que é uma pessoa competente, séria...



(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e que veio aqui trazer a preocupação da conclusão do aeroporto. Aquilo que o Governo do Estado tinha anunciado há poucos dias, a devolução do convênio para a Infraero, poderia ser um caos muito maior porque devolvê-lo representaria fazer uma nova licitação. Dessa forma, ninguém sabe quando poderíamos ter a conclusão do aeroporto. Faltam poucos detalhes: só a questão do ar condicionado e do forro, que pode ser concluída ainda neste mês de dezembro. Felizmente, estamos aqui também para anunciar que ontem tivemos audiência com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintela, que determinou que a Infraero buscasse o caminho para a conclusão dessas obras.

E, amanhã, teremos um encontro em Cuiabá, uma audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da qual sou Relator, da Política Pública de Aviação Civil, quando discutiremos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... a conclusão do aeroporto, que já está definida, além da possibilidade de se fazer uma concessão do aeroporto de Várzea Grande, que é o segundo maior aeroporto em área do Brasil.

São 720 hectares no centro da cidade de Várzea Grande e também bem próximo ao centro da nossa capital, Cuiabá. Esse aeroporto poderia muito bem ser um aeroporto *hub*, um aeroporto que está no centro da América do Sul, no centro do Brasil, e poderia fazer perfeitamente a integração do Mercosul que é importante no aspecto cultural. Nós estamos praticamente de costas para os países vizinhos, apenas permitindo com que o tráfico aconteça. E, claro, quando não há vigília, quando não há presença, principalmente com a integração, com a cultura e a economia das regiões, isso que atormenta toda a família brasileira fica muito mais fácil de ocorrer. E só quem tem um filho ou alguém envolvido com droga na família sabe o quanto isso é prejudicial. Por isso é que também nós estamos, mais uma vez, aqui cobrando.

Amanhã, nessa audiência pública que faremos em parceria com a Assembleia Legislativa, vamos definir o que será a política de aviação civil no Brasil – e quero aqui, em nome de todos os Deputados estaduais, cumprimentar o Presidente Guilherme Maluf. E também, claro, vamos listar, como destaque, todos os aeroportos que estão no programa de construção de aeroportos – e são muitos Municípios. Agora, no programa de concessão, a previsão é o aeroporto de Cuiabá, o aeroporto de Rondonópolis, o de Barra do Garças e também o aeroporto de Sinop.

Por isso, Sr. Presidente, depositamos todas as esperanças, uma vez que essa obra foi concluída durante as obras da Copa do Mundo, já que Cuiabá, como disse, foi sede da Copa do Mundo.

Cuiabá agora vai completar 300 anos, e isso, com certeza, será um grande presente para a nossa cidade, para a nossa capital, para a população de Cuiabá e Várzea Grande.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E eu não estou falando sequer das potencialidades do nosso Estado. Na questão da agropecuária somos o maior rebanho do Brasil, somos o maior rebanho também de suínos, o maior produtor de aves do Brasil. Ou seja, o maior exportador de proteína animal e de proteína vegetal do Brasil é exatamente o Estado de Mato Grosso.

É por isso que estamos aqui a cobrar mais ainda, além dessa relação das obras inacabadas, a conclusão de obras, como as nossas BRs. Nós temos a BR-163, que foi concessionada da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, sendo que o trecho de Rondonópolis até Cuiabá ficou de responsabilidade do DNIT. E felizmente podemos aqui anunciar que as obras estão melhorando o ritmo. O trecho de Rondonópolis até Jaciara a empresa líder do consórcio infelizmente abandonou. E a segunda empresa agora, num acordo junto com o Ministério do Transporte, com o DNIT, está retomando as obras.

O trecho de Jaciara até Cuiabá felizmente está em ritmo bem acelerado. Como a licitação foi pelo RDC, a empresa encontrou um mecanismo de fazer toda a parte de restauração, colocar toda a capa em concreto, com mais de 20cm, em vez de usar asfalto. Isso, com certeza, dará uma durabilidade muito maior.

E a mesma empresa retomou o contrato do trecho da Serra de São Vicente até Cuiabá. Aliás, foi feito esse acordo junto ao Ministério dos Transportes. E aqui eu quero destacar a presença da diretoria do DNIT, tanto do Dr. Valter Casimiro, que é o Diretor-Geral, e do Dr. Luiz Antônio, que representa Mato Grosso aqui na diretoria para retomada dessas obras. E todo o novo trecho será feito também de concreto.

(*Soa a campanha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, ainda no quesito de obra inacabada *versus* importância de um Estado que dá respostas rápidas e efetivas à Nação, existe outra situação



que está a exigir uma atenção especial por parte do Governo Federal, a que nos dedicamos durante a LDO a buscar uma solução, que trata, também, da conclusão da BR-174, lá de Colniza até Aripuanã.

Nessa obra, como eu disse aqui, colocamos recursos e precisamos também ter a sua conclusão. O Ministro dos Transportes, inclusive, já definiu de ir a Mato Grosso tanto para visitar essas obras como – é pretensão nossa – inaugurar definitivamente o aeroporto de Várzea Grande.

Sr. Presidente, há, sem dúvida, muitas outras situações em Mato Grosso, como em todo o Brasil dessa mesma ordem.

Na LDO, inclusive, trabalhamos para elaborar e aprovar...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... um substituto integral, que atacasse de forma direta essa cultura das obras inacabadas no Brasil.

Para isso, ressalto aqui, propusemos um dispositivo indicando que todas as obras com valor acima de R\$50 milhões precisam ter, a partir do ano que vem, obrigatoriamente, um projeto executivo e também um estudo de viabilidade técnica e econômica.

Não podemos continuar começando obras, como a transposição do Rio São Francisco, obra de bilhões, sem um projeto executivo e sem um estudo de viabilidade técnica e econômica.

O Senador Petecão, agora há pouco, aqui, falava da BR-364 no seu Estado, uma obra que, eu tenho certeza, tem causado muito prejuízo àquela população.

Pois não, Senador Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Como V. Ex^a citou exemplos de obras inacabadas...

(Soa a campanha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... essa nossa BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, é uma afronta. É uma afronta à população do meu Estado. Foram gastos bilhões de reais, bilhões de reais, e até hoje essa obra não foi inaugurada. E nós sabemos que não precisa ser técnico, não precisa ser especialista, não precisa ser engenheiro para dizer que ali aconteceu uma das maiores sangrias, uma das maiores roubalheiras que deste País: o desvio de recursos da BR-364. Mas, graças a Deus, o Presidente Michel Temer tomou a iniciativa. Ele podia muito bem dizer: “Não, vocês resolvam aí na Justiça.” Iriam passar 100, 200 anos, e quem iria pagar seria o povo do nosso Estado, mas ele chamou para si a responsabilidade. Agora, o que nós não podemos, Senador, é compactuar com esta situação. Essas pessoas que deixaram...

(Soa a campanha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – ... essas obras inacabadas, essas pessoas que desviaram recursos dessas obras, essas pessoas têm que ser penalizadas, essas pessoas têm que ser responsabilizadas. Imaginem o prejuízo que foi dado ao Estado, ao meu Estado, e ao nosso País? O sofrimento daquelas pessoas que trafegam naquela estrada... Quantas vidas foram ceifadas, foram perdidas ali, ao longo daquela estrada? Então, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e também expressar um pouco da minha revolta com esse absurdo que são essas obras inacabadas em nosso País. Parabéns, Senador!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Petecão, eu sempre tenho dito – e, aqui, desta tribuna, por muitas vezes falei –: só quem está lá, em uma fila de um posto de saúde com seu filho, é que sabe o sofrimento e a revolta que o cidadão fica. Quem está numa estrada esburacada, como V. Ex^a está colocando, fica revoltado, e com direito, com razão.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Por isso, nós aqui temos que – e quero fazer um apelo a todos os companheiros – votar a LDO. O Presidente Renan convocou para a semana que vem, na quarta-feira, a sessão do Congresso, e nós precisamos votar a LDO, porque o desperdício do recurso público resume-se à falta de planejamento. Como nós vamos votar o Orçamento sem ter votado a LDO, que é a base para votar o Orçamento da União?

Então, espero que, na semana que vem, possamos votar definitivamente a LDO e, com isso, dar prosseguimento à votação também do Orçamento. Espero que, no mês de dezembro, tenhamos também votado o Orçamento da União, até para que os próximos prefeitos, os próximos administradores tenham a capacidade de planejar também, sabendo que estará aprovado no Orçamento essa parceria necessária entre



os Municípios, os Governos dos Estados e principalmente o Governo Federal.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Wellington, depois V. Exª me concederia um aparte, se o nosso Presidente permitir?

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da minha parte, Senador Cidinho, é um prazer poder conceder aparte a V. Exª.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Agora fiquei muito feliz, porque, nesse nosso pedido, o nosso Presidente foi bem generoso. Dê uma olhada no tempo que nós temos no painel.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, podemos abusar agora. Isso é o Mato Grosso unido.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – O Mato Grosso unido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E também o tamanho do nosso Estado, o gigantismo. São 900 mil quilômetros quadrados. Então, nós temos de mostrar ao Brasil a importância desses investimentos para o nosso Estado.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente. Eu queria parabenizar V. Exª pelo pronunciamento. Ontem à noite, nós tivemos a oportunidade de reunir a Bancada do Mato Grosso, e V. Exª já falava da sua preocupação com a questão do aeroporto de Cuiabá, no Mato Grosso. Todos os mato-grossenses reconhecem esse trabalho que V. Exª faz não é de hoje – já é de muito tempo – como Deputado Federal e agora como Senador na questão da infraestrutura do Estado do Mato Grosso. Com certeza, tivemos muitos avanços ao longo dos últimos anos, mas o Mato Grosso ainda é muito carente de logística. E é essa união da nossa Bancada, liderada por V. Exª, com conhecimento e com experiência, que vai fazer com que consigamos resolver esses gargalos importantes que são a duplicação de Cuiabá até Rondonópolis – uma parte já está pronta; V. Exª também já anunciou a ida do ministro para a inauguração –; a duplicação de Cuiabá a Jangada, até Rosário Oeste; depois, a duplicação de trecho de Posto Gil até a cidade de Sinop...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Aparentemente, era generoso. *(Risos.)*

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, nós tínhamos elogiado, e depois V. Exª tirou o tempo? A duplicação de Posto Gil até Sinop; a conclusão da 163; a ferrovia. Todas são obras importantes. E V. Exª sempre fez um trabalho muito interessante na questão da região do Araguaia, da 163. Então, eu queria parabenizar V. Exª e dizer que nós, como membros da Bancada, tanto eu quanto o Senador José Medeiros estaremos sempre como seus liderados para poder ajudar naquilo que for possível e resolver esses gargalos logísticos que ainda existem no nosso Estado do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

Para concluir, Senador José Medeiros, eu quero dizer que, como Relator da LDO, nós fizemos questão de colocar esse tema das obras, com o estudo de viabilidade técnico-econômica e com o projeto executivo exatamente, para que não fiquemos nessa situação que estamos vivendo hoje, principalmente que obras maiores não possam começar sem esses requisitos básicos.

Em muitos países do mundo, países em desenvolvimento e desenvolvidos, gasta-se mais tempo para fazer um projeto do que para executar a obra, porque uma obra iniciada com um mau projeto, com certeza, redundará numa obra mal feita, com um custo muito maior, porque essas obras começam, paralisam, retomam, voltam, e, a cada retomada de obra, o custo é muito grande para a população.

Ontem, nós falamos do Hospital Universitário de Mato Grosso, que está sendo construído em Cuiabá, num convênio entre o Ministério da Educação, através da Universidade Federal, e o Governo do Estado. Lá temos quase R\$80 milhões, com a obra paralisada e não se consegue retomar essa obra.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Inclusive, com a Bancada, ontem, definimos que teremos uma audiência com a nossa reitora eleita agora para que a gente encontre um caminho e reiniciemos essa obra, ou seja, fazer uma nova licitação, porque hoje o problema da saúde, sem dúvida alguma, é um dos problemas maiores vividos pelo País, uma das angústias da população, além do contorno norte de Cuiabá, que são mais de R\$90 milhões, que estão lá na conta do Governo do Estado de Mato Grosso, repassados pelo Ministério dos Transportes há mais de três anos. Trata-se de mais de R\$90 milhões parados. E o



Brasil, com toda essa dificuldade, falando em crise, com bilhões de dinheiro na conta de Estados e Municípios, sem que a população possa aproveitar desse recurso com geração de emprego, com geração de riqueza.

Por isso, Sr. Presidente, eu insisto mais uma vez: fala-se muito, no Brasil, que temos problemas...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Fala-se muito, no Brasil, que temos problema de escassez de recursos. Na verdade, Sr. Presidente, temos falta de planejamento e falta de projetos eficientes.

O Senado, Sr. Presidente, instituiu a Comissão Especial de Obras Inacabadas. Mas creio que, na LDO, implantamos ferramentas importantes para ajudar a combater este que é, sem dúvida alguma, um dos grandes males da nossa Nação, ou seja, o mau uso do dinheiro do contribuinte.

Em tempos de escassez, de crise fiscal, diria que paralisar uma obra pública tem muito interesse social, como uma creche, um hospital, enfim, qualquer obra. Uma obra inacabada e deixada inacabada é, na verdade, um crime contra o cidadão.

E aqui eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente Temer e toda a sua equipe, o Ministro Dyogo, Ministro do Planejamento...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e toda a sua equipe por colocar em prática imediatamente o espírito que procuramos traduzir na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, dar prioridade à conclusão das obras inacabadas no Brasil.

Era isso o que eu queria registrar.

Mais uma vez, Sr. Presidente, convido todos os mato-grossenses e os nossos companheiros Senadores e Deputados Federais da Bancada de Mato Grosso para, amanhã, estarem na Assembleia Legislativa, a partir das 9h, quando vamos discutir a Política Nacional de Aviação Civil, em especial no nosso Estado, o Mato Grosso.

(Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Pinto Itamaraty deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

Logo em seguida, o Senador Petecão.

Depois, passo a palavra, também como orador, ao Senador Pinto Itamaraty.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador José Medeiros, Senador Dário Berger, de Santa Catarina, que agora está assumindo a Presidência dos trabalhos, é com muita alegria que recebo aqui, no plenário, a visita do recém-eleito Reitor Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, a famosa e nossa UFPel.

O Pedro é o mais jovem reitor de uma universidade federal – tem 36 anos. A Universidade Federal de Pelotas é tradicional, tem 20 mil alunos. Então, na história da Universidade, é o mais jovem reitor. Eu fico muito honrada, como Senadora do Rio Grande do Sul, de estar aqui recebendo a visita desse jovem. Ontem, recebi a visita do Reitor Prof. Mauro Augusto Del Pino, que está deixando o posto. E vamos continuar trabalhando para as universidades.

Eu queria também aproveitar essa oportunidade porque sou autora de um projeto de lei para criar os fundos patrimoniais. Isso é um modelo que existe em vários países avançados do mundo, como nos Estados Unidos, na Inglaterra, onde há grandes universidades, como Harvard ou Cambridge, em que esses fundos patrimoniais são uma fonte muito importante de recursos para financiar essas universidades públicas ou também comunitárias.

Esse projeto já passou pela relatoria da Senadora Simone Tebet, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa. E está agora em muito boas mãos com o Senador Armando Monteiro, na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu penso que essa é uma contribuição relevante – não porque é de minha autoria, mas porque poderá ser a fonte de recursos tão reclamada pelas nossas instituições de ensino superior. E V. Exª, Sr. Presidente, tem em Santa Catarina o UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que, igualmente, tem um belo serviço à comunidade.

Mas fico feliz porque o Pedro tem apenas 36 anos e é o mais jovem reitor de uma universidade federal do nosso País.

Muito obrigada.



(Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Registro com muita satisfação a manifestação da Senadora Ana Amélia.

E já passo a palavra a V. Exª, Senador Petecão.

Só quero relatar que é sempre um prazer receber um Magnífico aqui no plenário do Senado Federal, porque os reitores assim são chamados.

Aproveito para parabenizar o Reitor da Universidade Federal de Pelotas.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para fazer um registro. Fui comunicado, ontem, de que a CAS nomeou o relator do projeto do qual eu sou autor que trata da obrigatoriedade do imposto sindical. É uma proposta que estamos discutindo.

Ontem, eu conversava com o Presidente Renan, que chamou para si essa discussão. Fizemos uma comissão especial para discutir esses salários fora do teto, esses salários astronômicos que estamos vendo aí. O País passa por este momento de dificuldade, todo mundo está fazendo a sua parte, o Judiciário, o Ministério Público, e, nesta Casa, o Presidente Renan tem tomado medidas no sentido de enxugar a nossa despesa.

Também ontem, eu fui comunicado de que o Senador Wilder Moraes é o Relator do projeto que trata sobre acabar com essa imposição desse imposto que, na minha concepção, prejudica o servidor, prejudica o trabalhador, que é o imposto sindical.

O Senado está fazendo uma enquete no seu portal, e, para o senhor ter uma ideia, ontem já havia mais de 50 mil pessoas que eram a favor, e apenas 700 eram contra.

O Senador Alvaro Dias passou por aqui e me parabenizou. Ele fez uma postagem na sua página também e me dizia que mais de 420 mil pessoas a acessaram; na maioria absoluta, os comentários eram a favor.

Então, eu queria parabenizar o Senador Wilder Moraes, porque ele é o Relator dessa matéria. Ontem, vários Senadores já me parabenizaram pela apresentação dessa proposta, mas queremos discutir com todos os sindicatos, com todas as centrais – tive o prazer de receber o Ricardo Patah, que é da UGT, no meu gabinete, e já recebemos outras lideranças sindicais também –, para que nós possamos dar oportunidade para que o trabalhador ou o servidor possam opinar: “Eu não quero.” Se o trabalhador quiser dar todo o salário dele para a central sindical, para o sindicato, não há nenhum problema. No entanto, o que não pode é haver a imposição ou ser imposto. Que passe a ser uma contribuição. Quem quiser contribuir que contribua, mas você não é obrigado a pagar o imposto.

Então, era isto, Sr. Presidente, só parabenizar o Senador Wilder por ter assumido a responsabilidade dessa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – E eu aproveito para parabenizar V. Exª pela iniciativa. Parece-me que a proposta é oportuna, é necessária e eu diria até primordial e essencial para se incluir no bojo das reformas tão necessárias e tão ansiadas, vamos dizer assim, pela sociedade brasileira. Então, cumprimento, mais uma vez, V. Exª e o Senador Wilder Moraes pela relatoria da matéria.

Agora, concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Pinto Itamaraty.

V. Exª está com a palavra.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras que compõem esta Casa legislativa, telespectadores da TV Senado, eu quero aqui me reportar, em primeiro lugar, ao Senador que me antecedeu, Wellington, porque ele falou muito em obras inacabadas.

Foi instalada, nesta Casa, uma Comissão Especial, da qual faço parte, que tem como Presidente o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB, e que vai buscar entender todas essas obras inacabadas existentes em nosso País, que são muitas. E os motivos são vários: vão desde falta de pagamentos a quebras de contratos ou até mesmo irresponsabilidade das construtoras que iniciaram as obras. Essa Comissão vai exatamente buscar entender e conhecer, para apresentar um relatório de tal forma que possamos viabilizar a continuação dessas obras. Isso acontece no Brasil inteiro. São obras de todas as naturezas. Por exemplo, no Estado de Maranhão, temos a BR-135, que foi parada várias vezes – e tem, como responsável principal, o DNIT – por falta de pagamentos e por algumas empresas quebrarem os contratos.

Essa Comissão vem em uma hora oportuna, vem exatamente para que possamos buscar todos os responsáveis para uma discussão e buscar os caminhos viáveis e necessários para a continuidade dessas obras.



O Senador Wellington retratou muito bem o que ocorre em todo o País e falou, com muita clareza, do seu Estado também.

Nós que fazemos parte dessa Comissão vamos trabalhar incansavelmente para fazer com que essas obras tenham continuidade. Se tivermos que quebrar contratos, vamos quebrar; se tivermos que mudar de empresas, vamos mudar; e vamos cobrar de quem for o dever a continuidade dessas obras.

Ao mesmo tempo, aproveito o momento para parabenizar esta Casa pelo projeto, que foi aprovado ontem em primeiro turno, da reforma política. É uma ansiedade antiga da sociedade brasileira, e, a partir das reformas políticas, poderemos ter uma melhoria no sistema eleitoral.

Hoje há muitos partidos existentes; temos dificuldades inclusive de conhecer todos eles a contento. Quando chega o período de campanha ou o período de pré-campanha e precisamos unir os partidos para fazer as coligações, são tantos partidos – e muitos partidos de aluguel – que temos dificuldade de tomar decisões. A partir do projeto que entrará em vigor em um futuro bem próximo, primeiro, acabaremos com a questão das coligações. Acabando com as coligações – o que eu acho justo –, passa a ser eleito aquele que tiver mais votos. Não é justo, por exemplo, um candidato a Deputado Federal que tem 90 mil votos não conseguir se eleger, e outro que teve 40 mil, 45 mil, 50 mil eleger-se – ele tem uma representatividade muito menor do seu Estado, a metade ou menos da metade. Também não é justo um candidato a vereador que tem 8 mil, 9 mil, 10 mil votos não se eleger, porque, na composição da legenda, não houve voto suficiente, e outros partidos menores se unirem e conseguirem eleger um ou dois vereadores com 2 mil, 3 mil, 4 mil votos. Daqui para frente, depois dessa reforma, serão eleitos aqueles que tiverem mais votos, em uma ordem decrescente, o que acho muito correto e justo.

Acho que a reforma política vem num momento oportuno, principalmente quando há propostas de criação de mais 30 a 40 partidos no Brasil. Como nós vamos conseguir trabalhar um sistema brasileiro com 60 partidos por exemplo? Não!

A proposta dos Senadores Aécio Neves e Ricardo Ferraço, do PSDB, não visa também eliminar nenhum partido. O que os partidos precisam, doravante, é procurar fazer um trabalho de crescimento, procurar levar pessoas com condições de votos, e obter, a partir do momento em que o projeto entrar em vigor, voto suficiente para que possa tanto ter direito ao fundo partidário, como também ter direito ao tempo de televisão. Um partido pequenininho, que nem tem tempo de televisão e direito ao fundo partidário, não consegue fazer vereadores, deputados estaduais, Deputado Federais, Senadores.

Eu acho que o Brasil precisa fazer uma recomposição muito interessante, e este é o momento: quando a sociedade brasileira tanto pede, tanto exige, tanto busca entender por que não há essa mudança no sistema eleitoral.

O projeto foi aprovado em primeiro turno, deverá ser aprovado em segundo turno e vai para a Câmara. E, quanto à Câmara – por lá eu passei em dois mandatos como Deputado Federal –, eu tenho plena consciência e convicção de que ela terá capacidade suficiente de entender, fazer uma discussão democrática e aprovar o projeto da reforma política, que envolve o fim das coligações – e acho muito importante esse novo sistema e novo formato. E os partidos têm que ter musculatura política para continuar nessa discussão; os partidos têm que ter tamanho político para continuar nessa discussão.

Acho que temos que fazer essa discussão ampla e, a partir da aprovação do projeto, nós vamos dar exatamente uma musculatura que se faz necessária para uma estabilidade, a contento, dos partidos. Acho que isso fortalece o sistema político, fortalece o sistema eleitoral, como fortalece também as Bases nos Estados. Acho que isso é de extrema importância.

Os Senadores Aécio Neves e Ricardo Ferraço foram muito felizes quando colocaram em discussão esse projeto. Acho que o Senado deu um grande passo e haverá de dar continuidade no segundo turno do projeto.

Também quero aqui me reportar – e no momento oportuno, com maior tempo, aqui, da tribuna, eu farei um discurso – ao Passe Livre Estudantil. Há um projeto, um PSL, de autoria do colega Senador maranhense Roberto Rocha, do qual fui designado Relator, e vamos fazer uma discussão ampla da implantação do Passe Livre no nosso País.

Sabemos que, lá em 2013, quando aquelas grandes manifestações aconteceram, estas nasceram exatamente com a discussão do Passe Livre. Toda a classe estudantil brasileira, naquele momento, fez essa discussão. Há algumas discussões também em casas legislativas brasileiras, como já houve discussão na Câmara e no Senado, mas isso parou. Ficou lá atrás. E nós pretendemos trazer essa discussão ao Plenário, trazer essa discussão à Comissão de Educação e às demais Comissões que forem necessárias para a implantação do Passe Livre.

Eu entendo que é o momento de fortalecer a educação, e se fortalece a educação a partir das condições que se oferecem para a classe estudantil. E esse projeto vem oferecer exatamente o fortalecimento e evitar a



evasão de classe, de aula, a partir da oferta da condição do transporte para os estudantes. E nós vamos fazer essa discussão aqui, no plenário, na Casa, vamos fazer essa discussão nas Comissões...

(Soa a campanha.)

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – ... a partir do nosso relatório, e até mesmo faremos algumas audiências públicas, para discutir com as entidades e encontrar um caminho, juntamente com os Municípios, os Estados e até mesmo o Governo Federal. Eu tenho plena convicção de que o projeto será acatado por todos os Senadores, será discutido também amplamente nas comissões e vamos encontrar os caminhos.

Então, oportunamente eu farei uma discussão mais ampla, a partir do discurso, e espero poder contar com o apoio dos nobres colegas Senadores para a aprovação desse projeto, o qual estou relatando. Também aceitarei as sugestões de todos, para que possamos ampliá-lo e fortalecê-lo, mostrar o caminho mais sólido possível, de tal forma que haja as condições necessárias para os estudantes brasileiros.

Esse projeto vem em um momento muito importante, muito interessante...

(Soa a campanha.)

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – ... que é quando fazemos essa discussão da grande crise brasileira, da crise econômica, da crise financeira, da crise política, mas trazemos também para o seio dessa discussão a classe estudantil.

Sr. Presidente em exercício no momento, Senador José Medeiros, eu agradeço a oportunidade e voltarei oportunamente para dar continuidade a essa discussão do Passe Livre Estudantil brasileiro. Eu acho muito importante fazermos essa discussão. O colega Senador Roberto Rocha foi muito feliz nesse projeto, e tive a felicidade de ser indicado como Relator. Eu acho que é momento em que precisamos discutir, precisamos dar as condições necessárias para estudantes, de tal forma que possamos dar motivação, dar incentivo, a partir do transporte escolar, a partir do fortalecimento em classe de aula, a partir do fortalecimento de professores qualificados. Dessa forma, vamos adquirindo uma educação mais a contento, uma educação de mais qualidade, uma educação de que a sociedade brasileira necessita e precisa.

Eu agradeço ao Presidente José Medeiros, aos colegas Senadores e voltarei em outro momento oportuno para discutir esse projeto, que é do Passe Livre Estudantil.

Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Pinto Itamaraty, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senador Pinto Itamaraty, pelas suas palavras.

Agora, com a palavra o Senador Dário Berger, que está aqui já.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado, com especial atenção, as discussões sobre a necessidade de reformar o Brasil. Não há nenhuma dúvida de que o Brasil precisa ser reformado. Penso que não seria exagero expressar aqui essa necessidade.

As reformas não se atêm exclusivamente à PEC 241 – que virou a PEC 55, que foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça –, que eu chamo de PEC do óbvio, porque, por incrível que pareça, Senador Medeiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos que colocar na Constituição do Brasil que, em síntese, o Governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso acontece por uma necessidade premente em função da crise sem precedentes que o Brasil vive hoje, para estabelecer novamente a confiança e a credibilidade dos agentes econômicos, tanto nacionais, quanto internacionais, porque aconteceu o maior desastre econômico da história do Brasil nos últimos tempos, cujo cenário chega a ser desolador. De maneira que essa questão precisa de uma profunda reflexão e merece isso.

Em outras oportunidades aqui, desta tribuna, eu mencionei a minha preocupação de incluirmos despesas e despesas, orçamentos e orçamentos, porque imaginava e imagino – e tenho convicção de que os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras também entendem – que despesa de saúde é diferente de despesa de consumo, de despesa de combustível, de despesa de material de expediente ou de coisa dessa natureza.

Entretanto, naquela oportunidade, eu apresentei uma emenda para excluir do teto dos gastos relativos à inflação a questão da saúde pública, uma bandeira de tantos outros Senadores e Senadoras, inclusive hoje da oposição. Eu achei e acho justo e legítimo que nós pudéssemos criar um gatilho, sobretudo para saúde pública, porque, Senador Pastor Valadares, o Brasil, de Norte a Sul, amarga um calamitoso gosto de fracasso



na alma, no espírito, quando se propõe a medir as reais condições da saúde da população contemporânea.

As filas dos hospitais crescem na proporção inversa do volume dos investimentos públicos para o setor. O resultado não poderia ser outro senão uma agitada insatisfação social agregada ao alastramento de mortes por precariedade de diagnóstico e de tratamento, além da retomada de muitas enfermidades. É só ligarmos os noticiários e vamos observar que, realmente, a questão da saúde pública no Brasil é dramática. Nós precisamos aqui tomar uma posição com relação a isso.

Outro dia, assistindo ao Jornal Hoje, recebi a notícia – aliás, eu tive o privilégio de acompanhar a notícia – do tratamento de pessoas com câncer, que precisavam de tratamento quimioterápico e outros. As pessoas estavam com muita dificuldade de fazer o tratamento em função da falta de medicamento para que efetivamente o tratamento tivesse o seu prosseguimento normal. Outro dia – certamente cinco, seis, sete dias depois, não mais de dez dias –, a mesma reportagem que tinha entrevistado as pessoas veio com a notícia de que uma senhora tinha morrido em função da interrupção do tratamento.

Ora, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Sistema Único de Saúde, que foi um sistema idealizado, se não me engano, lá pelos idos de 1990, é um dos maiores sistemas de atendimento médico público do mundo. Ou melhor, foi criado em 1988, junto com a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição Cidadã, e tornou o acesso gratuito à saúde um direito de todo cidadão brasileiro.

Até então, o modelo de atendimento era dividido em três categorias: aquelas que podiam pagar, que tinham plano privado para serem atendidos; os que tinham o direito à saúde por serem segurados da Previdência Social... Então, aqueles que tinham carteira de trabalho tinham uma carteira, na época, do Inamps, Senador Amorim, V. Ex^a, que é médico, certamente se recorda disso...

Antes da instituição do nosso Sistema Único de Saúde, as pessoas tinham três formas para serem atendidas. A primeira, como falei agora, por meio do sistema privado. A segunda, por meio da rede pública, e, para ser atendido na rede pública, efetivamente, o cidadão tinha que ter carteira assinada e, da carteira assinada, originava-se uma carteira do Inamps, ou do INSS, ou coisa parecida, e, com aquilo, ele tinha atendimento. E havia outra categoria, em que não eram atendidos, ou, se eram atendidos, eram considerados até indigentes; o que era uma forma incompreensível, inaceitável, naquela época, e não faz muito tempo isso, foi lá nos idos de 1980 para frente, e, com a Constituição de 1988, com o Sistema Único de Saúde, houve a universalização do tratamento de saúde.

De lá para cá, evidentemente que houve muitos avanços. E eu lembro que, como fui prefeito, o maior problema que enfrentávamos, nos idos de 1988, na década de 90, era o atendimento básico de saúde. E o atendimento básico de saúde, gradativamente, foi sendo resolvido. Depois veio a média complexidade; depois da média complexidade, surgiram, então, as policlínicas; e o sistema, de certa forma, também foi resolvido.

E, depois de o sistema ter essa logística própria, com atendimento razoável nessas áreas de atendimento básico da saúde, veio, então, a alta complexidade. Aí a coisa começou a complicar. E a coisa se complica, Senador Amorim, V. Ex^a que é médico... Eu também gostaria de ter sido médico, mas, infelizmente, naquele tempo não tive oportunidade de fazer o vestibular, e, certamente, se tivesse feito o vestibular para Medicina, não teria passado; e não teria sido mesmo a minha vocação, que é mais voltada para as Ciências Exatas, para Matemática, para Administração e para Gestão Privada e Pública.

Mas, então, eu dizia o seguinte: e aí começou o grande problema. O grande problema do brasileiro, hoje, é se ele precisar fazer uma cirurgia. Aí não é quanto ao atendimento básico, Senador Medeiros. O atendimento básico ele ainda consegue fazer nos centros de saúde, nas UPAs, nas policlínicas etc. Agora, com o diagnóstico de que ele precisa e necessita fazer uma cirurgia de urgência, ele fica na fila de espera, muitas vezes nos corredores, muitas vezes morre, e não tem o devido atendimento. Essa que, infelizmente, é a triste realidade que vivemos com relação à saúde pública no Brasil.

Portanto, como eu dizia, quem sabe – já concedo, com muito prazer, a palavra a V. Ex^a, Senador Amorim – uma das reformas mais importantes que deveríamos fazer, neste momento, não seria a própria reforma do SUS? Porque, quando nós tratamos com a vida, é diferente de quando tratamos de um papel ou de projeto de lei que vai ser implementado daqui a uma década ou daqui a alguns anos etc., porque a vida não tem preço, e as pessoas querem viver mais e viver melhor.

E nós não podemos poupar recursos, nem investimento, nem esforço, para dotar a nossa rede pública, de tal maneira que possa atender o cidadão em tempo real. Porque, se nós em saúde não atendermos em tempo real, quando talvez nós formos atender, será tarde demais, a doença poderá ter se propagado, e evidentemente não haverá mais recursos para recuperarmos uma vida.

No meu entendimento, nós deveríamos promover algo diferente dessa proposta única exclusivamente à saúde, porque a saúde é um bem inestimável do ser humano. Se nós não estivéssemos no pleno gozo da nossa saúde, nós nem aqui estaríamos. Imaginem, então, as pessoas que estão precisando fazer uma cirurgia



por este Brasil afora. De maneira que essa é uma reflexão que eu queria colocar aqui.

E, antes de continuar o meu discurso, gostaria de ouvir, então, o eminente Senador Eduardo Amorim.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu agradeço, Senador Dário, pela oportunidade. E o parabenizo pelo forte discurso: palavras sábias, palavras equilibradas, palavras de quem não é médico, de quem não é profissional da saúde, mas fala tão bem como se fosse, ou fala tão bem como muitos até da área da saúde. O senhor tem toda a razão – toda a razão! –, quando diz que a saúde, de fato, ela não tem preço; ela tem valor. Saúde não é mercadoria que você compra a hora em que quer, em qualquer canto, em qualquer mercearia; ao contrário, é privilégio de alguns. E, mesmo aqueles bilionários, como, no caso, de Steve Jobs...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É isso aí.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco Moderador/PSC - SE) – ...que venceu inúmeras batalhas, que revolucionou a História da humanidade, que aproximou o mundo, que transformou o mundo em uma aldeia global – como disse o filósofo e educador canadense Mac Lan, em meados da década de 30, que o mundo seria uma aldeia global, já naquela época, pela proximidade da televisão, do rádio, dos meios de comunicação –, transformou o mundo em uma aldeia digital... Ele venceu inúmeras batalhas, mas perdeu uma que ele não poderia jamais ter perdido, que foi a luta pela manutenção da vida. Um homem extremamente poderoso, do ponto de vista econômico, tecnológico, mas que perdeu uma batalha, com todas armas que o ser humano poderia ter ali ao seu alcance, a batalha pela manutenção da vida. Então, Senador, de fato, ainda há muitos questionamentos. Essa universalização do SUS, a gente sabe que ela não é tão universal assim; ela não é para todos. O senhor tem razão, a universalização é parcial – ela é extremamente parcial! E isto que está escrito na nossa Constituição, que é mandatório, ainda carece de efetividade em muitos campos deste País: “A saúde é direito de todos e dever do Estado.” A gente sabe que infelizmente esse direito não está garantido. E o senhor citou muito bem o meu Estado, o Estado de Sergipe. No Estado de Sergipe, que tem uma das maiores rendas *per capita* do Norte e Nordeste brasileiro, infelizmente, por conta dos desgovernos ou da falta de compromisso de alguns, as pessoas ainda enfrentam filas, filas e filas. E muitos morrem na fila, porque o aparelho de radioterapia é do século passado. Um aparelho obsoleto, um aparelho que muitas vezes carece de precisão. É incompreensível! E isso aí não é falta de recurso, não; é falta de vergonha, é falta de prioridade daqueles que governam...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco Moderador/PSC - SE) – ...daqueles que não têm a mínima – só mais alguns minutos, Senador Medeiros –, daqueles que realmente ainda não veem saúde como direito, não veem saúde como bem maior, como a nossa Constituição protege. Em Sergipe, a gente sofre muito disso. Lá não é falta de recurso; é falta de vergonha, é fruto de um desgoverno que nós, infelizmente, sergipanos estamos vivendo. E isso se espalha por muitos outros cantos do País. É verdade. E o senhor tem toda a razão, essa universalização, infelizmente, é relativa. É difícil acreditar que a universalização seja relativa, mas é, porque ela não chega para todos. Você tem toda a razão quando diz que saúde não tem preço; saúde tem valor e precisa ser prioritária. Ouso aqui acrescentar que, dentro dessas determinações da PEC, saúde é presente, é futuro também, mas eu acho que, além da saúde, devemos proteger outra área que é a educação. Educação é presente, mas é sobretudo um futuro muito mais digno. Se não investirmos em educação, Senador, com certeza não teremos garantia nenhuma – nenhuma! – com relação ao futuro. Não mudaremos essa realidade nunca. Então, saúde, que é presente, educação, que é presente e futuro, têm que estar protegidas de qualquer retirada de investimentos. Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu que agradeço o aparte de V. Exª e peço para ser incorporado, com muito orgulho, ao meu pronunciamento, já que só veio enriquecer a manifestação que faço hoje aqui da tribuna do Senado Federal, sobretudo, porque V. Exª é um conhecedor dessa matéria como poucos, como médico, como Senador brilhante aqui. Eu, nesses dois anos que vou completar aqui no Senado Federal, já testemunhei a sua luta, a sua determinação para alterar essa triste realidade que nós estamos vivendo no Brasil.

Infelizmente, V. Exª relata que administradores irresponsáveis, incompetentes têm contribuído para agravar essa crise. Mas nós precisamos discutir esse problema, porque esse problema é um problema muito sério. Talvez esse seja o problema mais sério que nós tenhamos que enfrentar no curto prazo, porque, na minha opinião, a questão do déficit, do rombo das contas públicas, que hoje gira em torno de R\$180 bilhões, certamente, na minha opinião, é muito menos importante do que o caos que nós estamos vivendo na saúde hoje. E o caos não é específico do Estado de Sergipe. Santa Catarina também, por incrível que possa parecer, um dos Estados mais destacados da Federação, em termos de desenvolvimento humano, também enfrenta inúmeros problemas com relação à saúde.

E o que é mais difícil enfrentarmos? Nós vamos ficar, com a aprovação da PEC – vou votar favoravelmente,



embora eu tenha lutado, vamos dizer assim, para estabelecer um gatilho... A população não pode ficar refém, não pode ficar com a ideia fixa na cabeça de que nós estamos votando aqui um projeto de emenda à Constituição que não vai aumentar os recursos para a saúde. Quando estiver necessitando de um tratamento, ela vai pensar em nós Senadores e Deputados que aprovamos essa proposta de emenda à Constituição.

Eu e todos nós sabemos que vai haver dinheiro para a saúde, porque é tudo uma questão de prioridade, mas, para investir em saúde, nós vamos precisar, daqui para frente ou a partir da aprovação da PEC, retirar recursos de outras áreas para investir efetivamente em saúde. E eu acho que nós vamos fazer isso, porque nós temos prerrogativa própria com relação à elaboração do Orçamento, que, na minha opinião, deveria ser impositivo. Nós deveríamos destacar mais recursos para a saúde e, evidentemente, mais recursos para a educação.

O que esperar, hoje, de um país em que...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... os professores não têm mais estímulos para lecionar? Não tendo mais estímulo para lecionar, nós não temos mais professores de matemática, nós não temos mais professores de química, nós não temos mais professores de física, nós não temos sequer professores de português em algumas áreas, em algumas regiões. Isso não é privilégio do Norte e do Nordeste; isso acontece também no Sul. Esse é um problema sério. Nós também precisamos pensar numa reforma do ensino, cuja medida provisória está aí, mas não é só nisso que nós precisamos pensar.

Nós precisamos pensar numa receita simples: valorizar o professor para garantir o futuro do aluno. Essa é a grande verdade! Sem professores, nós não vamos avançar. Na minha época, quando estudei no primário, o professor era uma das pessoas mais importantes na comunidade.

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – De lá para cá, o professor foi perdendo o seu estímulo, foi perdendo o seu prestígio, e a qualificação do ensino foi diminuindo. Hoje, nós estamos formando os nossos jovens e as nossas crianças, mas eles estão saindo do ensino fundamental sem saber as operações básicas de matemática e também sem saber interpretar um texto simples. É um sinal de que nós precisamos realmente reformar o Brasil.

Sr. Presidente, já estou no avançado da hora do meu pronunciamento, mas, para concluir a minha manifestação, eu também queria, bem rapidamente, me manifestar a respeito da reforma política que nós aprovamos ontem, em primeiro turno.

Eu acho que não é uma reforma completa, mas é uma reforma importante, que estabelece o fim das coligações proporcionais, as cláusulas de barreiras...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... para que os partidos possam continuar existindo e a fidelidade partidária. Com isso, nós vamos também alterar a triste realidade que estamos vendo hoje de muitos partidos, de vários partidos, o que dificulta a governabilidade e traz um prejuízo de imagem substancial, sobretudo a nós Parlamentares, em função dos 35, 40 partidos e mais não sei quantos que estão na fila para serem criados.

Com isso, o partido que desejar sobreviver vai ter que fazer partido mesmo, vai ter que ampliar os seus quadros, porque, com o fim das coligações proporcionais, quem for eleito o será sem as coligações e, sem essas, evidentemente, só fortalecendo os partidos políticos. E, com o fortalecimento dos partidos políticos, se fortalece também a democracia e por aí vai...

(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – E por aí vamos andando.

Sr. Presidente, era sobre isso que eu queria me manifestar.

Muito obrigado pela tolerância.

Agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço também ao Senador Dário Berger pelas palavras.

Quero anunciar aqui a honrosa presença do Prefeito de Nova Olímpia, em Mato Grosso, e da sua esposa, a Primeira-Dama Selma. Sejam muito bem-vindos ao Senado, ao passo em que transmito a palavra, agora, ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do



orador.) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, na última terça-feira, nós da Bancada sergipana aqui, no Senado, composta por mim, pelo Senador Valadares e pelo Senador Pastor Virginio, estivemos em audiência com o Presidente da República, Michel Temer e, em seguida, com o Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para tratarmos da gravíssima situação da segurança pública no nosso Estado, no Estado de Sergipe.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Sergipe, o menor Estado da Federação, que já foi conhecido por ser um lugar seguro, tranquilo e pacato, lidera hoje a lista dos mais violentos do nosso País, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016. Lá, foram registradas, em 2015, 57,3 mortes violentas intencionais a cada grupo de 100 mil habitantes, fato que o tornou, para tristeza nossa e por incrível que pareça, o Estado mais violento do Brasil, seguido por Alagoas e Rio Grande do Norte.

A questão da violência preocupa toda a Nação, e disso não temos dúvidas. É estarrecedor sabermos que, no Brasil, a cada nove minutos, uma pessoa foi morta violentamente e que, entre 2011 e 2015, tivemos mais mortes do que na guerra da Síria. Entretanto, a violência tem outras faces. O número de carros roubados ou furtados no País, em um período de dois anos, é de mais de 1 milhão – mais de 1 milhão, digo aqui e repito, Sr. Presidente. E o que dizer dos 45.460 estupros registrados em 2015? São dados estarrecedores, uma realidade, Senador Dário, absurda. Além de a saúde estar em coma, há a questão da segurança pública.

Daí a importância do Plano Nacional de Segurança Pública no combate à criminalidade. E foi justamente para solicitar que o Plano Nacional de Segurança Pública chegasse a Sergipe e, com ele, a Força Nacional, colegas Senadores, que fomos ao Presidente Temer e ao Ministro da Justiça, por não suportar mais tamanha violência no antes pacato, tranquilo e pacífico Estado de Sergipe. Ambos, o Ministro e o Presidente, mostraram-se sensíveis à gravíssima situação da falta de segurança pela qual passa o nosso Estado. Saímos do Ministério da Justiça esperançosos, já que o Ministro atendeu a nossa reivindicação e irá implementar ações do Plano, que inicialmente serão desenvolvidas com o propósito de combater a criminalidade em Aracaju e, posteriormente, quem sabe, em todo o Estado de Sergipe.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Dentre as prioridades do Plano Nacional de Segurança, em Aracaju, estão a proteção das mulheres vítimas de violência, a racionalização do sistema prisional e o combate aos grandes criminosos como no caso do tráfico de drogas.

Sergipe, Senador Dário Berger, é um Estado pequeno. Diferentemente do seu Estado, temos apenas nove entradas e saídas, não passa disso. São apenas nove acessos. Daria para termos, se o Governo do Estado assim quisesse e assim tivesse como projeto, a polícia de fronteira e o Estado completamente mapeado. E, em cada área dessa mapeada, teríamos o responsável, seja um delegado, seja um coronel da Polícia Militar, por cada área daquela. Lá é fácil, porque a geografia nos favorece em tudo isso. A geografia está a nosso favor...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – E poderíamos ter alguns planos de segurança pública se fosse projeto do Governo do Estado.

Por falar em tráfico de drogas, esse tipo de crime avançou sobre nossa juventude e está devastando as famílias sergipanas. O atual Governo não possui uma política de Estado de combate ao tráfico amparada na saúde, na educação, na assistência social e na segurança pública – nada disso existe. Nossas escolas, nossos hospitais, os servidores, a estrutura estatal sergipana como um todo não está pronta para cuidar das nossas famílias, para evitar que os jovens tenham contato com as drogas, realizar atividades que ocupem os adolescentes, que lhes garanta um futuro melhor, e fazer com que os pais sejam mais participativos nas escolas e que as equipes de saúde tenham uma atuação mais destacada no trato com os usuários. Infelizmente, em Sergipe, isso não existe.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Só mais alguns minutos, Senador Medeiros. Muito obrigado.

E qual o resultado de toda essa negligência, Senador Dário? O resultado é que Sergipe é hoje, infelizmente, o Estado mais violento do nosso País.

Pois não. Concedo um aparte, com muito prazer e orgulho, ao Senador Dário Berger.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Vou pedir uma tolerância para o nosso brilhante Presidente José Medeiros para mencionar a V. Ex^a que, realmente, os assuntos que nós abordamos são essenciais para a existência humana. Na verdade, nada nos toca mais do que a violência humana, porque, sobretudo, ela é



praticada por nós mesmos, pelos nossos semelhantes. Esse estado de insegurança nos leva a um clima de pessimismo jamais visto em nossas comunidades locais, que esperam de nós autoridades uma posição firme na defesa dos seus interesses legítimos, que é poder caminhar pelas suas calçadas com seus filhos, com suas famílias, com a segurança e com a sensação de segurança que o Poder Público tem a obrigação de oferecer. Essa é que é a grande verdade. Veja bem, Senador Amorim, 2015 e 2016 foram anos marcados pela violência brutal que se estampou sobre o Brasil e espalhou terror por este Brasil afora, onde os olhos ficaram estarecidos. Os dados são alarmantes e estarecedores. O Brasil é um dos países que mais matam...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Dário, se o senhor me permite, os alunos da instituição de ensino federal de Rondônia estão aqui nos visitando. Eu queria dar as boas-vindas ao Senado Federal e agradecer pela visita.

Com a palavra, agora, o Senador...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – E que venham mais vezes.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Muito bem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Que venham mais vezes. Quem sabe, em breve, um de vocês não estará aqui em nosso lugar. Tomara. Desejo isso. Que vocês amem este País, que vocês defendam este País como nós estamos tentando fazer. Política é lugar de gente do bem, de gente sonhadora, de gente missionária. Não há outro caminho, tem que ser através da política como instrumento do bem e não do mal, como alguns fazem. Este País tem jeito, acreditem, este País tem jeito e vamos cumprir a nossa parte.

Pois não. Desculpe-me.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Muito bem. Eu quero me associar também na homenagem à nossa juventude, que representa a esperança viva de um futuro melhor, pois, certamente, vocês serão os dirigentes públicos do amanhã. Portanto, sejam bem-vindos ao Senado Federal. Eu mencionava aqui, Senador Amorim, que os dados são alarmantes e estarecedores. O Brasil é um dos países, como eu falei, que mais matam. Em 2015, o Brasil registrou mais de 80 mil mortes provocadas por violência: latrocínio, homicídio, arma de fogo etc., etc., etc. Foram cerca de 160 mortes por dia, sendo uma morte a cada cinco minutos. Então, nós estamos aqui discutindo agora – e eu vou pedir mais cinco minutos para o Senador José Medeiros, porque eu estou atrapalhando o discurso de V. Exª –, e, a cada cinco minutos, um brasileiro ou uma brasileira morre no Brasil vítima da violência. Olhe só que absurdo que nós estamos vivendo! Se nós pararmos para misturar as ciências humanas com a matemática, nós somos capazes de ficar meio loucos, de enlouquecer, porque aí, realmente, temos a dimensão exata da realidade que nós estamos vivendo hoje no Brasil. E o que posso dizer para V. Exª é o seguinte: alguns dos Estados ainda menos violentos são Santa Catarina e São Paulo, que passou por uma bela transformação, fruto de planejamento, certamente, que reduziu substancialmente os registros de violência praticada naquele Estado. E temos a polícia que mais mata e que também mais morre. Esses dados são impressionantes. Lendo essa matéria, eu fiquei estarecido com isso.

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – A violência, a droga e a marginalidade, só para concluir, Senador Amorim, nos deixam realmente em uma situação... No Brasil, em 2015 e 2016, morreu mais gente que na guerra da Síria. Então, nós estamos vivendo uma guerra invisível, vamos dizer assim, do ponto de vista de ser não uma guerra objetiva entre um país e outro, entre uma realidade e outra, mas, sim, uma guerra de pessoas contra pessoas. Aí eu volto a insistir que nós não podemos permitir que isso aconteça, porque não há nada que possa nos tocar mais que a violência praticada por nós mesmos, pelos nossos semelhantes, transformando o Brasil em uma violência que se transformou junto com outras tantas violências que precisamos consertar neste País. Por isso, agradeço o aparte de V. Exª. Desculpe pelo tempo. Peço ao Senador Medeiros que conceda mais um tempo para que V. Exª possa concluir o seu discurso brilhante. Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Obrigado, Senador Dário Berger. Com certeza, a sua intervenção ilustra e complementa muito a nossa fala e só vem, realmente, corroborar tudo o que estamos falando aqui. De fato, é uma guerra de brasileiros contra brasileiros. É uma guerra contra o tráfico. É uma guerra que estamos perdendo, e perdendo há muito tempo.

E aqui vai mais um apelo ao Presidente Temer, ao Ministro Alexandre de Moraes, a todos os Parlamentares, a todos aqui do Congresso Nacional: nós temos a obrigação de entregar um Brasil muito melhor a essa geração, a esses adolescentes que por aqui passaram. Não está sendo fácil, mas não podemos perder, com toda certeza, a esperança nem desistir da batalha.

E perguntamos em relação a tudo isso: qual o resultado de toda essa negligência? Sergipe é hoje o Estado mais violento do País.

(Soa a campanha.)



O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Segundo os dados e os estudos feitos, como eu já disse, pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em concordância com a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, a guerra pelo tráfico e o crescimento do consumo de entorpecentes no nosso Estado fizeram com que o número de homicídios saltasse vertiginosamente ano após ano. E lá seria fácil controlar se tivéssemos as nossas fronteiras protegidas e guarnecidas. A inércia, a frouxidão e a incapacidade do atual Governo de Sergipe fazem com que o nosso Estado fique refém da bandidagem. Até os bandidos sabem que o Governo é lento, que o Governo é frouxo, que o Governo é fraco.

Advogados, Senador Dário Berger, já foram vítimas de tentativas de homicídio na capital. Um delegado já foi assassinado na porta da sua residência, porque um bandido exigiu dele um celular. Em Sergipe, a vida está valendo menos do que um celular usado. Repito: em Sergipe, a vida está valendo menos do que um celular usado. Um cobrador em pleno exercício do seu trabalho e vários policiais militares já foram assassinados este ano, assim como comerciantes, donos de restaurantes. Recentemente, dois empresários donos de restaurantes foram abatidos na porta dos seus estabelecimentos, porque cobraram deles celulares. Há arrastões. Não dá para acreditar. Para nós que somos sergipanos, não dá para acreditar. Só um Governo fraco, frouxo e irresponsável, fazendo com que a bandidagem faça essa leitura e esse diagnóstico de um Governo, pode realmente tornar Sergipe tudo isso.

Há três meses, daqui desta tribuna, eu alertava para a necessidade da ida da Força Nacional de Segurança Pública para Sergipe, a fim de auxiliar o policiamento ostensivo das nossas ruas. A sensação de segurança não existe mais em nosso Estado. O sucateamento da nossa polícia, que utiliza armamentos descartados pela polícia de outro Estado, a falta de concurso, salários e promoções defasados, esse foi o modelo de gestão escolhido pelo Governo do Governador Jackson Barreto, Governador que lá está, infelizmente, para cuidar da segurança pública de todo o nosso Estado.

Isso tudo, Sr. Presidente, colegas Senadores, é o desgoverno que Jackson Barreto vem fazendo por Sergipe, desgoverno que não valoriza a vida. Repito: onde a vida vale menos do que um celular usado. É vergonhoso, é deprimente, é chocante estar falando tudo isso aqui. Mas não posso me calar. Tenho obrigação de falar, de narrar isso para todos os brasileiros, para outras autoridades, para que nos socorram, para que nos ajudem.

No início desta semana, como eu disse, o Ministro Alexandre de Moraes esteve em Sergipe, em reunião com o Governador do Estado. Em nenhum momento, em nenhum momento, o Governador do Estado teve a humildade de pedir que Aracaju fosse incluído no Plano Nacional de Segurança Pública. Em nenhum momento, tivemos notícia de que o Governador tivesse a humildade de pedir ajuda ao Governo Federal. E isso foi confirmado pelo próprio Ministro durante a nossa conversa.

O Governador de Sergipe é assim: ele não reconhece, mas ele é a única pessoa segura em Sergipe. Nem os vizinhos dele, nem os vizinhos do Palácio de Veraneio, Senador Dário Berger, têm segurança. Os vizinhos dele foram assaltados esta semana e pediram ajuda aos seguranças do Palácio, que disseram que não podiam sair dali, que disseram que não poderiam atender aos roubos e aos latrocínios que estavam sendo cometidos na vizinhança do Palácio. Nem os vizinhos do Palácio têm segurança. Somente S. Ex^a o Governador Jackson Barreto, que não reconhece o estado de calamidade em que vivemos.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – E não busca meios para que tudo isso seja solucionado.

Até quando jovens empresários, pais de família, trabalhadores precisarão morrer para que o Governador do Estado saia da sua zona de conforto, de extrema segurança e trabalhe para os sergipanos? Salário, ele recebe. Mas trabalhar... Não está fazendo o seu dever, não.

Solicitar o apoio da Força Nacional de Segurança Pública é obrigação de qualquer cidadão, especialmente dos políticos. E mais ainda dos Senadores que representam o Estado de Sergipe. E assim o fizemos. Fomos até o Presidente e fomos até o Ministro, porque estamos preocupados não só com a nossa vida, mas com a vida de milhares de sergipanos. Por isso, os três Senadores sergipanos fizeram esse apelo ao Ministro da Justiça, e prontamente – confesso – o Ministro Alexandre de Moraes afirmou que, a partir de janeiro, se for da vontade do Governo do Estado, porque é preciso o “sim”, o aceite do Governo do Estado, a Força Nacional de Segurança Pública e o Plano Nacional de Segurança Pública estarão nas ruas de Aracaju.

Aracaju será beneficiada com o apoio do Ministério da Justiça, além das cidades da região metropolitana. E iremos fazer esforços para que o Plano avance para as cidades do interior do Estado, para que todos os sergipanos possam voltar a viver em paz, como há muito não vivem, infelizmente.

Por isso, Senador Dário Berger, voto não tem preço. Voto tem consequência para o bem, quando se



escolhe bem. E vêm os hospitais, a universalização da saúde de direito, que já é, mas de fato, sobretudo, e vêm as escolas. Mas quando é utilizado com desamor, de forma relaxada, sem amor ao Estado, sem amor ao País, e coloca desgoverno no lugar, com certeza nos leva ao caminho do mal ou ao fundo do poço, como os sergipanos estão indo.

Relato isso com muita tristeza, com muito pesar, porque, nestes minutos em que aqui relatei a situação da segurança pública do meu Estado, com certeza alguns irmãos sergipanos podem estar sendo abatidos em pleno trabalho ou nas ruas de nossas cidades.

É com muita tristeza.

Não falei nem de saúde hoje, falei de segurança pública, porque vivemos o caos, infelizmente.

Senador José Medeiros, que preside esta sessão, obrigado pela tolerância de tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns pelas palavras, Senador Eduardo Amorim.

Agora, a Senadora Regina Sousa, do Piauí.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Enquanto a Senadora Regina Sousa se dirige à tribuna, V. Ex^a me permite fazer um registro aqui?

O Prefeito de Pedras Grandes, Santa Catarina, Antonio Felipe Sobrinho, está nos visitando, junto com o Vice-Prefeito eleito, Josimar de Jesus, e também com o Vereador eleito, Rodolfo Cechinel. São todos de Pedras Grandes e se encontram sentados na nossa galeria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal.

Antes que a Senadora Regina tome a palavra, a Presidência transfere a pauta de hoje para a próxima sessão deliberativa.

Está encerrada a Ordem do Dia.

E agora começa a sessão não deliberativa.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje a minha fala será escrita, por isso, não vou responder às pancadas, até porque eu não estava aqui e não as ouvi. Tenho feito muitos discursos respondendo ao que escuto.

Antes de iniciar a minha fala, quero fazer um registro: o Senador Petecão, que não está mais aqui, falou do imposto sindical. Quero dizer a ele que fui sindicalista, e, na minha época, a gente devolveia o imposto sindical aos trabalhadores. A gente recebia, porque vinha para a conta, mas a gente fazia o depósito na conta de volta, da parte que cabia ao sindicato.

E quero dizer a ele também porque quero ser parceira dele: tem que colocar não só dos sindicatos dos trabalhadores, há imposto sindical patronal também. Então, os dois têm que ser extintos na proposta.

Ontem, os estudantes de Curitiba estiveram aqui, vieram tentar participar do debate da PEC. Houve um tumulto no começo, *spray* de pimenta, essas coisas, mas depois se resolveu. Entrou uma parte.

Mas o importante registro que eu quero fazer é que o Senador Renan, Presidente da Casa, recebeu os estudantes, recebeu 15 meninos e meninas na sua sala. É uma pena que ele não convidou os Senadores, porque era a oportunidade de ouvir aqueles meninos e meninas, para ver que eles têm muita coisa para dizer, e não ficar aqui dizendo que os meninos não sabem o que estão fazendo. Eles fizeram falas fantásticas, e o Senador Renan até se empolgou, pois ficou mais tempo do que o que ele havia se disposto no começo. Inclusive, lembrou seu tempo de movimento estudantil, quando também fazia o que os meninos estão fazendo. Então, só para lhe dizer que a juventude só quer ser ouvida. A gente faz a apologia da juventude, vêm os meninos aqui visitar, e esses meninos que vieram aqui visitar são os mesmos que estão ocupando escolas. Então, é preciso que essa apologia seja sincera e que a gente os escute. Eles só querem ser escutados, não estão contra mudar o que tiver que ser mudado, e só não aceitam a mudança goela abaixo ou de cima para baixo.

Eu vou falar hoje, aqui, de uma audiência pública que eu fiz, na terça-feira, para discutir o projeto de desenvolvimento agrário chamado de Matopiba, que envolve Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e do qual sou autora. Embora exista aí notícia de que ele foi extinto por decreto, ele continua, porque ele começou, e as consequências que ele está trazendo para o povo, principalmente para as comunidades tradicionais, são verdadeiras, são reais. Então, eu vou fazer o discurso. Eu o escrevi assim.

Mas, primeiro, eu queria lamentar que poucos Senadores assistem às audiências públicas. Embora briguem para fazer parte das Comissões – alguns, para fazer parte da direção –, poucos vão lá. Na audiência



pública de terça-feira havia indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e pequenos proprietários. É preciso que a gente escute essa gente. Foi um grito de alerta, e é por isso que eu quero falar dessa audiência pública.

Na última terça-feira, realizamos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para escutarmos o que representantes de comunidades indígenas e de organizações de pequenos agricultores têm a dizer a respeito do Projeto Matopiba, que está sendo implantado na região formada pelo Estado do Tocantins e por partes dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Além das populações atingidas, estiveram conosco cientistas, estudiosos, entidades de apoio, como a CPT, Ministério Público – existe uma pessoa do Ministério Público que acompanha essas comunidades – e representantes do Governo, que mandou seus representantes, felizmente.

Os debatedores afirmaram que o projeto agrava a concentração fundiária, a violência no campo e a destruição do Cerrado, causando ainda assoreamento dos rios e contaminação de aquíferos, o que é muito grave! Inclusive, houve uma denúncia de que existem aquíferos sendo privatizados: empresas fazendo piscinões e captando água dos aquíferos; logo, vai faltar essa água para quem precisa.

Fiquei especialmente tocada com o discurso de Gecilha Crukoy, líder indígena da nação krahô. Ela denunciou que as comunidades tradicionais nunca foram chamadas a discutir o projeto e hoje já enfrentam dificuldades em manter suas estratégias locais de produção e de sobrevivência. Ela fez várias perguntas que não querem calar dentro de mim, pois me tocaram profundamente. Como eu falei, foi um grito de alerta e um grito de pedido de socorro. Ela disse:

Se matar nossa terra, como vamos viver? Sem terra ninguém vive, e sem o rio ninguém vive. Somos semente da terra, broto da terra. Quando os brancos chegaram, já encontraram os indígenas. E por que não respeitam o povo indígena?

E ela disse mais:

Não vai ter água mais na frente. Estão matando as raízes. Quem vai chupar a água para cima? Soja não puxa água, eucalipto chupa a água para si até acabar.

Isso foi dito por uma indígena lá das comunidades que vieram.

A situação de agressão também foi relatada por Alexandre do Carmo Silva, descendente das primeiras famílias de agricultores que formaram a comunidade Serra do Centro, no Município de Campos Lindos, no Tocantins.

Ele disse que seu avô nasceu, em 1911, na Serra do Centro; seu pai, em 1935; e que ele mesmo nasceu, em 1985, na mesma comunidade.

Olha a fala dele:

Nasci e me criei na Serra do Centro, mas não somos reconhecidos como filhos de lá, somos vistos como invasores. Mas os invasores, que dizem que são donos, são os grandes projeteiros que vêm de Portugal, Minas Gerais, Santa Catarina; são os paranaenses, japoneses, paulistanos, que tomaram conta de tudo que era nosso.

Sr. Presidente, além da falta de diálogo com as comunidades tradicionais, as lideranças apontam falta de transparência das ações deste projeto, e essa falta de transparência já está levando à concentração das terras nas mãos de poucos – porque o projeto em si falava que o pequeno ia ter acesso a tudo o que o grande tivesse, que eles iriam conseguir produzir, porque eles, a pequena agricultura, que produzem o alimento, e que teriam acesso às tecnologias. E não é o que está acontecendo: especuladores chegam e manipulam a população local, beneficiando-se da valorização das propriedades rurais.

Vi isso na questão das eólicas lá no meu Estado. As pessoas sabem que vai passar uma torre de eólica nos terrenos dos pobres, vão lá, botam dinheiro, e eles, inocentemente, vendem, porque as torres pagam; cada torre de energia eólica paga mensalmente R\$1.500 para o dono da terra. Então, o que está acontecendo no meu Estado é a mesma coisa que acontece lá na região, porque sabe que lá será uma região de produção e compram as terras dos pequenos.

Mais uma vez a história se repete, os mais espertos se aproveitam da falta de informação e da ingenuidade das pessoas para se dar bem. Os conflitos na região, que já existiam há décadas, estão sendo agravados, aumentados com a valorização das terras. Na região de Matopiba, ocorreram 53% das disputas por terra no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia nos últimos dez anos, trazendo violentos despejos de comunidades tradicionais.

Sr. Presidente, que território vai sobrar para essas comunidades? E os recursos hídricos? O desmatamento



e a grande movimentação de máquinas têm causado o entupimento das nascentes e assoreamento de rios. O uso intensivo de venenos nas lavouras está contaminando mananciais e importantes aquíferos que alimentam grandes bacias hidrográficas, inclusive a do Rio São Francisco.

Queremos o desenvolvimento da nossa região, mas esse desenvolvimento tem que ser sustentável. Os governos precisam ser transparentes – e aí entra o Governo do meu Estado, também, que se reuniu com os japoneses, fez negócios, mas não conversou com as comunidades. O que japoneses vão trazer para lá? Não se dirige aos povos interessados –, investir em tecnologia adaptada à região, infraestrutura e equipamentos.

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o Matopiba precisa sofrer uma guinada, promover a inovação e a pesquisa e levar, ao invés de ameaças, apoio e fortalecimento para as comunidades rurais, assistência técnica para os pequenos e médios agricultores, isso, sim, trará reflexos positivos para as comunidades e os pequenos e médios Municípios, fixando as pessoas no campo e valorizando a vida rural. E, sobretudo, ter todos os cuidados ambientais.

São muitas nascentes. Além das comunidades, lá há mais de 800 assentamentos, mais de 30 comunidades quilombolas, várias comunidades indígenas.

Esse pessoal precisa ser respeitado. Mas, mais do que isso: lá existem muitas nascentes, muitas espécies da fauna e da flora que não podem ser eliminadas em nome da ganância. Como a própria liderança indígena falou: “Vai chegar o dia em que o homem branco vai comer dinheiro, porque não vai ter o que comprar com o dinheiro dele.” Essa é a fala dos indígenas e é quase uma profecia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senadora Regina, pela fala.

Agora, com a palavra, o Pastor Valadares.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a reclamação sobre a qualidade do atendimento no serviço de saúde, tanto na saúde pública quanto no serviço privado, através do chamado plano de saúde, é a principal questão que tenho recebido da população de Rondônia em minhas andanças pelo Estado. Os prefeitos e vereadores me cobram a construção de mais postos de saúde nos Municípios, mais equipamentos para os hospitais, mais médicos e serviço de qualidade para todos.

Eu pretendo falar sobre a necessidade de mais investimentos na saúde pública de Rondônia e de todo o País, mas, primeiro, quero chamar a atenção para a necessidade de maior controle de fiscalização sobre os planos de saúde, bem como sobre a adoção de medida que possa baratear as mensalidades desses planos. Isso porque hoje observamos uma realidade que afeta tanto a saúde pública quanto os planos de saúde privados.

Se, por um lado, por conta da falência da saúde pública no País, boa parte da população brasileira tem aderido aos planos de saúde na expectativa de ter um atendimento mais rápido, eficiente e de qualidade no sistema privado, de outro lado, vemos milhões de brasileiros abandonando os planos de saúde, em virtude do desemprego e do agravamento da crise econômica do País. Só neste ano, foram mais de dois milhões de pessoas que deixaram os seus planos de saúde em função do desemprego e da crise econômica.

Essa situação criou dois problemas: os postos de saúde e hospitais públicos ficaram ainda mais superlotados e caóticos; e os usuários de planos de saúde privados estão vendo suas expectativas frustradas, pois, com a redução da receita, os planos também estão reduzindo e restringindo os serviços. Com isso, os usuários encontram mais demora no atendimento e recusa de cobertura a certos procedimentos clínicos, médicos e hospitalares, como ultrassonografia, cateterismo e alguns exames mais caros ou serviços de alta complexidade.

A reclamação é tão grave que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu suspender temporariamente, a partir do dia 9 de setembro deste ano, a venda de 23 planos de saúde de oito operadoras em todo o País por causa das reclamações dos clientes. Entre as reclamações, estão justamente a demora no atendimento, pedidos de consultas e exames negados e queixas sobre a cobertura do plano. A suspensão não afeta quem já tem o seguro, mas impede que as empresas vendam novos pacotes até uma próxima avaliação.

Ao amplificar essa triste realidade, através da tribuna do Senado, pretendo chamar a atenção dos nobres Senadores e Senadoras e do Governo Federal para a necessidade de mais investimentos na saúde pública, mais controle e fiscalização sobre os planos de saúde e também para a necessidade de criarmos um plano de saúde mais barato.

Entendo que saúde não é mercadoria e que os planos privados devem ser complementares ao Sistema Único de Saúde (SUS), e não substitutos. Por isso, defendo mais investimentos na saúde pública e maior controle e fiscalização da ANS sobre os planos de saúde.



Todo cidadão deve ter acesso à saúde pública de qualidade, e quem paga um plano de saúde deve ter acesso aos serviços complementares, conforme previsto em contrato e na legislação que regulamenta o setor.

O que vemos hoje é que, além das barreiras que muitos associados encontram na hora de utilizar seus planos de saúde (como a demora na marcação de consultas e a exclusão de coberturas de exames e internações), as intervenções cirúrgicas mais sofisticadas (transplantes, colocação de próteses e cirurgias cardíacas) e os tratamentos mais caros e prolongados (como o caso do HIV e câncer) acabam atendidos pelo SUS. Portanto, o que precisamos é reformular o SUS e atualizar a regulamentação do setor de saúde complementar, para que possamos definir o que é competência do SUS e o que deve ser obrigação dos planos de saúde.

O Congresso Nacional, portanto, deve discutir com a sociedade a resolução dos impasses acerca da regulamentação dos planos de saúde, acabando com a reedição de medidas provisórias, sob a guarda da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criando uma lei que regule os planos de saúde de uma vez por todas.

O Estado deve fiscalizar os planos privados, e não incentivá-los. O Estado precisa ampliar os investimentos na saúde pública. E aproveito para dizer que não podemos limitar os investimentos em saúde por 20 anos, como pretende a PEC 55, 2016 (originalmente PEC 241, de 2016), que cria um teto para os gastos públicos.

Concordo com a limitação dos gastos administrativos e com quase tudo nesta PEC, mas, se queremos ser um país desenvolvido e com bem-estar social para nossa população, não podemos limitar os investimentos públicos na educação e na saúde.

Portanto, conclamo os nobres Senadores para que apoiem e aprovem a inclusão de uma emenda de minha autoria à PEC 55 para a exclusão da saúde, da educação e da assistência social da limitação de investimentos pelos próximos 20 anos.

Precisamos rever os limites impostos pela PEC 55 aos investimentos em educação e saúde pública. Afinal, as políticas de saúde tratam do direito à vida e não podemos limitar esse direito. Também faço um apelo aos nobres Senadores e Senadoras para que façam um esforço para aprovar nesta Casa uma lei que busque a regulamentação do setor de saúde complementar e dos serviços prestados pelos planos de saúde.

Existem diversos projetos sobre o tema tramitando na Câmara e aqui no Senado que poderiam ser apensados ou discutidos conjuntamente com a Nação, com o povo, com as duas Casas.

Eu quero, nesta oportunidade, dizer que todos os Estados estão com problemas na saúde. Já vimos os nobres colegas falando da dificuldade, falando da escassez das obras inacabadas em todo o Estado, falando de segurança. Olha, não existe um País que tenha mais obras inacabadas nos Estados do que o nosso Brasil. O que é isso? É o desgoverno que houve no passado. Eu sei que a guerra é muito grande para nós conquistarmos ou reedificarmos essas obras inacabadas em todos os Estados. No meu Estado também não é diferente. Existem lá muitas obras inacabadas. Então, eu faço aqui o meu apelo ao Sr. Presidente Michel Temer. Eu sei que ele não pegou boa coisa para tocar e, com certeza, terá um grande trabalho, mas, se se esforçar, vale a pena restaurar as obras inacabadas de todos os Estados e – por que não dizer – de todo o Brasil.

Volto a repetir: educação e saúde precisam ser vistas com bons olhos, e nós não podemos deixar que elas tenham diminuídos os seus recursos.

Esse é o meu discurso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Pastor Valadares.

Eu peço, se for possível, que V. Ex^a assuma a Presidência porque vou fazer a minha fala agora.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pastor Valadares.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado, todos os que nos assistem aqui nas galerias, nas tribunas, novamente, cumprimento o Prefeito Cristóvão e a sua esposa Selma. Também vou cumprimentar a Ruth, minha esposa, que hoje está aqui conosco.

Eu quero, Sr. Presidente, tratar – há pouco, falava aqui a Senadora Vanessa sobre isso – dos temas violência e segurança. Nós temos algumas frentes para tocar neste País, Senador Dário Berger; do contrário, a nossa segurança vai continuar na mesma toada. É impossível que alguém, fazendo a mesma coisa todos os dias, obtenha resultados diferentes. E, para isso, nós dependemos totalmente da vontade política, do Ministério da Justiça antenado e com visão total, com uma visão holística do País e das suas peculiaridades.

Entendo o desafio. O Brasil é imenso. Só para se ter uma ideia, Senador Reguffe, no meu Estado, Mato



Grosso, cabem quase dez países do tamanho de Portugal, quase duas França, várias Inglaterra. Então, não é fácil. E isso só falando de Mato Grosso. Imagino o desafio de tratar a segurança pública deste País com essa imensa fronteira, tanto por água quanto por terra. Só em Mato Grosso, por exemplo, são mais de 700 quilômetros de fronteira seca aberta com a Bolívia. E, neste momento – vou falar aqui porque não impacta na segurança, já que todo mundo sabe –, nós não temos 15 agentes das três esferas de Governo ali no Estado, protegendo essa fronteira. Então, é um desafio muito grande, porque descem os carros roubados no Sul, Sudeste e no Brasil inteiro, e boa parte vai com destino à Bolívia.

Nós estamos em um momento em que temos que tomar uma decisão. Qual é o nosso foco em termos de segurança pública? Ela será preventiva? Ela será repressiva? Na questão do combate às drogas, nós teremos uma postura repressiva, ou uma postura de liberação, ou uma postura totalmente aberta? Há essa dicotomia. Na hora em que reprimos, vêm certos grupos dizer: “Não, nós temos que descriminalizar.”

Eu conversava com o Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, que disse: “Como profissional, para mim seria uma maravilha a liberação das drogas, porque o que eu tenho de cliente nessa área é uma coisa extraordinária. Agora, do ponto de vista da saúde pública, do ponto de vista de País, seria uma catástrofe.” Essas são as palavras do Dr. Antonio Geraldo.

Nós precisamos tomar uma decisão. Vamos reprimir? Que decisão vamos tomar? Enquanto não tomamos decisão alguma, essa encruzilhada é o que nos mata. Como já dizia, se eu não me engano, Victor Hugo, a encruzilhada é a maldição do homem. Que sigamos algum caminho, mas não podemos ficar parados.

Hoje, está nos visitando o Prefeito Cristóvão, que fez uma extraordinária administração no Município de Nova Olímpia em Mato Grosso. Ele decidiu, Senador Dário Berger – V. Ex^a foi prefeito de Florianópolis e de outras cidades do interior, demonstrando também sua competência –, não se recandidatar, não ir à reeleição. Boa parte dessa sua decisão se deve a essas dificuldades.

O Município dele, um pequeno Município, é um grande produtor de etanol, de açúcar, mas enfrenta as dificuldades inerentes aos Municípios de Mato Grosso, principalmente porque fica próximo à fronteira. O prefeito tem que dispor de verba para combater os malefícios que vêm das drogas, porque, quando chega a dificuldade, quando chegam as demandas junto ao Ministério Público, o Ministério Público as envia para o prefeito. Pastor Valadares, para reabilitar uma pessoa, não é menos de R\$2 mil, por mês, que a prefeitura tem que pagar. Então, esses Municípios da fronteira de Mato Grosso e de toda a extensão fronteira do Brasil ficam com o passivo do tráfico de drogas.

O chamado mula, quando entra no Brasil, quer se desfazer imediatamente, quer transformar em dinheiro aquela parte da droga que ele recebe pelo frete. A sua parte ele já quer vender. Então, ele já vende nos Municípios da fronteira, que é para ir tranquilo. “Se eu perder daqui para frente, já estou tranquilo.” Eles vão deixando o estrago por onde passam. Essa é só uma das dificuldades que os prefeitos enfrentam neste País.

Com isso, eu digo que os prefeitos e os secretários de saúde já são presos em potencial. É por isso que muitos bons prefeitos, muitos bons gestores falam: “Já dei minha contribuição e agora passo o bastão.”

Cumprimento também o Prefeito eleito Elpidio, primo do nosso Presidente do Senado, Renan Calheiros, que vai, com certeza, receber uma administração enxuta na Prefeitura de Nova Olímpia.

Senador Reguffe, temos hoje, no Brasil, este imenso desafio: o que fazer?

Li hoje, nos jornais, que o Ministro da Justiça será trocado e faço um apelo aqui para que o Presidente Michel Temer possa se debruçar sobre o assunto, cabeça no travesseiro, e escolher um Ministro da Justiça que tenha uma visão de Brasil como um todo, que não seja compartimentada. Fico preocupado muito com essa pasta, porque é muito importante.

Por ali já tivemos brasileiros extraordinários, de grande envergadura: Fernando Lyra, Paulo Brossard, Saulo Ramos, Jarbas Passarinho, que foi um grande brasileiro, José Carlos Dias, Thomaz Bastos, saudoso Ministro, Miguel Reale, o ex-Ministro Jobim e também o Presidente desta Casa. É uma pasta para a qual o detentor tem que ter estofo, tem que ter tamanho, para poder conversar com todas as áreas do Governo e também do Judiciário, do Ministério Público, e, acima de tudo, saber conduzir os diversos órgãos que compõem o sistema de segurança do Brasil.

É um desafio imenso, porque a segurança pública passa por muitas vertentes. Passa, por exemplo, por esse projeto, que foi lançado agora, da primeira infância. Estudiosos do mundo inteiro – de Harvard, de Oxford – já provaram que uma criança que teve o eu início de vida debilitado, que, na hora da formação do seu cérebro, as sinapses tiveram obstáculos para se formarem, será um adulto com sérios problemas: de interação social, de relacionamento, de aprendizagem, sujeito à drogadição, ao alcoolismo.

E, aí, eu pergunto: isso tem ou não impacto na segurança pública? Tem, e são variáveis que o Estado não tem como controlar. Ninguém defende o homem dele mesmo – está provado –, haja vista a questão do Estado islâmico. Quando um homem põe na cabeça que vai detonar um prédio, ele vai lá e detona, porque o



ser humano tem capacidade de decisão. É indefensável; o Estado não consegue mudar isso por melhor que seja a sua segurança.

Então, a prevenção é muito importante já nos primeiros anos de vida. E louvo esse projeto.

Eu também queria, aqui, ressaltar, mais uma vez, a fala da Presidente do STF, que disse o seguinte, esta semana: o brasileiro precisa dormir sabendo que o alto número de assassinatos no País não ficará sem resposta da Justiça.

Não é hora de culparmos o Estado. O cidadão precisa dormir sabendo que o alto número de homicídios não ficará sem resposta. Um Estado nacional que tem número de homicídios anual, e que não está em guerra, superiores a de Estados que estão em guerra, não é compreensível para quem quer que seja. É hora de nós assumirmos a nossa responsabilidade por fazer que esse quadro mude.

E, aí, é maior o desafio ainda, porque passa também pelo Ministério Público, e, em que pese louvarmos a competência deste órgão, sinto que estamos cauterizados com essa situação. Morrem pessoas o tempo inteiro, nós vemos. Não que não se deva investigar crimes de colarinho branco, mas penso que deva haver uma ala que investigue esses crimes e que possa haver um Ministério Público com foco também na resposta a esses homicídios, porque a taxa de esclarecimento de homicídio no Brasil é ínfima, é muito pequena. Passa, obviamente, pela estrutura do nosso aparelho policial.

Este é mais um desafio para o Ministro Alexandre de Moraes, se ficar no cargo, ou para o próximo: temos que começar a copiar modelos interessantes, modelos importantes. Não estou dizendo que a realidade de um país é igual a nossa e que devemos simplesmente pegar um modelo pronto e acabado e trazer para o Brasil, mas é importante refletirmos, por exemplo, sobre o caso de Nova York. Saíram, inclusive, vários filmes – Cidade do Medo e tantos outros – que mostravam a extrema violência a que chegou a cidade de Nova York.

De repente, assume o Prefeito Rudolph Giuliani – que agora inclusive parece vai ser convidado para a equipe do Trump –, que começou um trabalho com a segurança pública da cidade de Nova York. Um dos pontos que eu achei muito interessante é que, primeiro, eles dotaram os policiais de bons salários – não funcionou; depois dotaram com bons equipamentos – também não houve muita resposta nos índices de segurança pública; e depois eles começaram a pensar no cidadão, no policial em si, no que estava acontecendo. E descobriram, através de uma equipe multidisciplinar, que havia um alto índice de doenças na questão de sanidade mental dos policiais, estresse alto, problemas psicológicos de toda sorte. Por quê? Porque a polícia, seja qual for, trabalha com um nível de conflito, de mazelas e de tragédias sociais o dia inteiro; é como se ele fosse o gari das questões emocionais. E aquilo, por muitas vezes, acaba contaminando a polícia.

E aí eu pergunto: como anda a sanidade mental da nossa querida Polícia Militar? Cito a Polícia Militar, porque, quando acontece uma tragédia, o sujeito lembra primeiro o nome de Deus e, logo em seguida, o 190. Eu pergunto: como está a sanidade desses policiais que estão sob a égide de um regulamento da época do Império?

Ontem eu colhi aqui assinaturas dos Senadores para que façamos um requerimento para que faltas administrativas não sejam punidas, dentro dos quartéis, com a pena de prisão. Veja bem, Senador Dário Berger. Digamos que ele chegou atrasado ou sei lá que falha ele cometeu na questão do regulamento disciplinar da Polícia Militar, e o filho pergunta para a mãe: “Cadê o papai?” “Está preso.” E, na vida de um policial, é possível que ele pegue várias prisões administrativas; todos somos falhos. Mas, se um coronel cometer a mesma falha, Senador Reguffe, o mesmo regulamento diz que ele não vai para a cadeia dentro do quartel. Ele fica em casa ou, se a falha for muito grave, ele fica ali no quartel, tranquilo.

Nós precisamos avançar. O mundo evoluiu, e já não cabe mais isso. “Olha, mas no regimento militar...” “Está, mas nós precisamos pensar uma coisa: Exército é Exército, Polícia Militar é Polícia Militar. É muito importante não irmos nem tanto ao mar nem tanto à terra.

Fizemos esse requerimento para que possamos avançar e para que essas coisas não sejam mais punidas com pena de prisão. Que possam ser como os funcionários civis: respondem a um processo administrativo; eventualmente, se a falha for para demissão, que seja demitido a bem do serviço público. São tarefas, são coisas pequenas que, às vezes, têm um impacto muito grande. Isso vai criando conflitos e, às vezes, o policial chega àquele ponto em que a pessoa diz “bom dia”, e ele responde “bom dia só se for para você”, porque ele está no limite.

A sociedade brasileira tem uma cultura, Senador Reguffe, que passa até por nossos filmes: a maioria de nós torce pelo bandido. Nos filmes norte-americanos e de outros países, a polícia é retratada como herói; aqui não. Aqui acontece um crime: “Pelo visto foi a polícia”. Já de cara o policial é suspeito. Esse tratamento é impossível. No momento em que eu agrido, Senador Reguffe, o tempo inteiro, é impossível que eu queira que



ele me dê um tratamento respeitoso e de hombridade. Violência gera violência, a falta de hombridade gera o mesmo. É a lei da física nas relações sociais: a mesma força, com a mesma intensidade, só que em sentido contrário. São debates que temos que fazer e desafios que temos.

A ministra foi muito assertiva em sua fala. Não é possível que essa impunidade continue. As pessoas não entendem que alguém mate outra, dois dias depois se apresente e saia passeando. Daí não sabe o que vai acontecer; a punição estendida no tempo é como se fosse a sensação de impunidade sem tamanho. Por isso, nós precisamos de um Ministério da Justiça que possa se debruçar sobre um grande plano de segurança nacional. Já tivemos outros que não saíram do papel.

E hoje nós temos outra dificuldade: o País está sem dinheiro. Então, vamos precisar, urgentemente, tomar o Estado brasileiro de volta em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, porque há muito tempo o Estado brasileiro é refém ali. Eu fiquei pasmo nas Olimpíadas ao dizerem que a Força Nacional tinha que pedir licença para entrar em certos lugares, Senador Dário Berger. É o poste mijando no cachorro, perdoem-me a palavra.

O brasileiro precisa se sentir seguro, porque nós pagamos uma carga tributária alta; nossa carga tributária é forte. E nós temos segurança, mas temos que pagar outra segurança, nossas casas vivem cercadas de câmaras, aquele aparato todo. Temos educação, mas temos que pagar outra educação. Da saúde, nem se fala. Estamos tendo que reconstruir um País, estamos tendo que trocar o pneu com o carro andando. Nesse momento, é que precisamos discutir de forma muito assertiva.

Eu estou vendo muita gente aqui pedindo debate: “Não, vamos debater mais. Vamos debater a educação pública por mais 20 anos. Vamos debater, vamos debater.” Olha, de conversa as pessoas já estão cheias, não é à toa que as pessoas foram para as ruas. Essa que é a grande realidade.

Então, nós estamos agora no momento decisivo. Precisamos sair da encruzilhada.

Concedo um aparte ao Senador Dário Berger e, logo em seguida, encerro, Senador Pastor Valadares.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Na verdade, Senador José Medeiros, V. Exª aborda um tema que é a preocupação, vamos dizer assim, de todos os brasileiros, especialmente dos grandes centros urbanos, porque, notadamente, nós observamos o crescimento da violência humana. Eu acho que nós temos que agir...

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – ... em vez de debater exaustivamente, porque nós, seres humanos, temos o costume, vamos dizer assim, de deixar para amanhã, de deixar para a última hora, na expectativa de que o problema possa ser resolvido. E, em vez de se resolver o problema, ele vai se agravando. Eu conheço essa dura realidade do Brasil, notadamente relacionada à violência urbana, que chega a índices alarmantes. A Ministra tem toda a razão quando diz que se matou mais no Brasil, nos últimos anos, do que na guerra da Síria, um país que está em guerra. Nós observamos aquele vexame daquelas famílias procurando abrigo, procurando asilo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – ... deslocando-se com aquelas crianças, muitas chorando, outras, inclusive, morreram na travessia do Mar Mediterrâneo. E o mundo fica estarecido, fica sem nenhuma ação humanitária capaz de alterar esse cenário que estamos observando. Mas eu quero voltar aqui ao tema. Eu já pedi um aparte, Senador José Medeiros, para o Senador Eduardo Amorim quando ele também abordou o tema da segurança, que é extremamente preocupante no Estado de Sergipe. Eu mencionava, naquele momento, que a polícia brasileira é a que mais mata, mas é a que mais morre também. É um negócio impressionante. Chega a ser hilário nós discutirmos essa questão. A polícia, nos últimos anos, matou cerca de 3,3 mil pessoas de 2011 a 2015 aqui no Brasil, cerca de nove mortes por dia praticamente. Em compensação, a polícia também morreu. Cerca de 393 policiais foram mortos, o que representou cerca de uma morte por dia, o que é um absurdo. Quer dizer, está havendo isso que V. Exª mencionou, como no Rio de Janeiro, onde a polícia não entra mais em determinados locais, precisa pedir licença para entrar, o que é um absurdo. É a falência do setor público, é a falência da segurança, é a desesperança, é a insegurança que toma conta do povo brasileiro. E faltam ações. Nós precisamos discutir menos, e agir mais. Essa é a grande verdade. Precisamos ter um plano de segurança, mas um plano de segurança real que seja implantado rapidamente para que possa trazer a sensação de segurança para as pessoas. Eu pergunto a V. Exª e aos demais Senadores aqui: quanto vale uma vida hoje? Quanto vale uma vida hoje? Vale um celular? Vale uns míseros recursos que estão no caixa de uma padaria ou de um pequeno comércio? Quanto vale uma vida hoje? E onde está o Poder Público, para oferecer segurança para essa panificadora, para essa padaria, que é responsável por uma carga tributária, Senador Reguffe, que V. Exª questiona aqui? E não questiona o tamanho da carga tributária, mas, sim, o resultado que



ela oferece para a sociedade. Eu não me incomodaria, sinceramente, de ampliar carga tributária desde que a população brasileira tivesse os serviços desejados na forma que nós desejamos.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Dário, eu questiono ambos: eu questiono o tamanho e também o resultado que ela dá para o contribuinte brasileiro.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Veja bem, Senador Reguffe, mas, no momento em que estamos sem dinheiro, em que estamos falidos, em que estamos insolventes, quem sabe não poderíamos ser um pouco mais benevolentes, em curto prazo, para que pudéssemos consertar esta realidade que nós estamos vivendo? Portanto, este tema, Senador José Medeiros, é inesgotável e realmente preocupante. V. Exª aborda com sensibilidade especial este tema, que tem me preocupado substancialmente. E eu quero dizer para V. Exª o seguinte: eu sou defensor da saúde, da educação e da segurança. São três temas que nós não podemos deixar de discutir. Quer dizer, a educação representa a esperança viva da formação de um novo Brasil, mais preparado, mais instruído, com mais capacidade etc., coisa que não está acontecendo no Brasil. Nós transformamos praticamente as nossas escolas num depósito de criança. Elas não estão saindo qualificadas para enfrentar a vida e para enfrentar o mercado de trabalho. A saúde é aquele tema que eu acabei de abordar: os corredores entupidos de gente morrendo, sem assistência, sem tratamento. E a segurança, as pessoas morrendo por um celular ou por um roubo de um pneu ou por um mísero recurso num caixa de uma padaria. Quer dizer, realmente nós estamos vivendo tempos difíceis no Brasil.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador.

Concedo o aparte ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Medeiros, essa questão da segurança pública é uma questão que precisa ser tratada com mais carinho por parte do Parlamento. E eu tenho uma grande crítica ao Orçamento público, que é discutido no Congresso Nacional, porque uma grande parcela do dinheiro do contribuinte vai para as atividades-meio do Estado, e não para as atividades-fim do Estado. Na minha concepção, o Estado tinha de concentrar a maioria dos recursos públicos nas atividades-fim do Estado: educação, saúde e segurança pública. Aí deveriam ser concentrados os recursos do contribuinte, e não sendo gastos na máquina do Estado. Hoje há uma série de gastos que são feitos e que, na minha concepção, não deveriam ser feitos. Primeiro, não são prioritários; segundo, são consumidos naquela máquina, e não chegam na ponta para o cidadão. Então, eu me somo aqui a V. Exª na sua preocupação com a questão da segurança pública. V. Exª é oriundo dessa área, tem uma preocupação toda especial com a questão da segurança. E eu penso que temos que trabalhar aqui uma mudança no Orçamento. Nós temos que fazer essa discussão da peça orçamentária com um pouco mais de cuidado, com um pouco mais de zelo. Isso passa, inclusive, pelas nossas emendas ao Orçamento. Eu, desde que era Deputado Distrital, aqui no Distrito Federal, todos os anos, concentro as minhas emendas ao Orçamento nessas três áreas: na saúde, na educação e na segurança pública aqui do Distrito Federal, que é a unidade da Federação que represento nesta Casa. E eu vejo, às vezes, as pessoas destinarem recursos para áreas que não são as prioritárias. As minhas emendas, por exemplo, eu as coloquei para reequipar a Polícia do Distrito Federal, para aquisição de viaturas, mas coloquei também para compra de remédios para os hospitais públicos. Hoje há remédios nos hospitais públicos do Distrito Federal que estão ali por causa de uma emenda minha. As pessoas falam: “Ah!, mas o remédio vai ser consumido, e não vai ficar uma obra sua!” E daí? Por isso não se colocam recursos para remédio? O que é prioritário para a população? Então, se estão faltando remédios nos hospitais públicos, temos que colocar emendas para compra de remédios. E eu fiz questão de colocar, como sempre coloquei, desde que era Deputado Distrital. O remédio é consumido, não vai ficar uma obra, mas precisa haver remédios nos hospitais públicos. E nós temos responsabilidade com isso. Não é só fazer uma coisa com a qual nós vamos ficar com a paternidade. Mas, sim, colocar recursos que são prioritários para aquele cidadão, para aquele contribuinte. Então, quero parabenizar V. Exª por trazer o tema da segurança aqui para este plenário, porque precisamos debater isso. E, com relação à colocação do Senador Dário, Senador por quem tenho profundo respeito aqui nesta Casa, um Senador muito preparado, a crítica que faço à carga tributária não é só pelo resultado que ela dá para a população, que, na minha opinião, é pífio para o seu tamanho; mas é também pelo tamanho dela. O Brasil tem a maior carga tributária entre os países do mundo emergente, a maior dos BRICS: maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que a da China, maior que a da África do Sul. Eu sempre gosto de repetir isso. Eu não posso acreditar que todos esses países consigam dar conta das suas responsabilidades com uma carga tributária menor do que a brasileira, e que o Brasil, que tem uma carga tributária desse tamanho...

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... não consiga dar conta de suas responsabilidades. Então, é muita



ineficiência por parte do Governo. É muita incompetência por parte do Governo, que não consegue, com uma carga tributária desse tamanho, dar conta de suas responsabilidades. Então, a minha crítica é também ao serviço que é oferecido com ela à população, que não recebe o serviço que merecia; mas é também ao tamanho dela que, na minha opinião, é extremamente excessiva para o contribuinte brasileiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Pastor Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso.

E convido o nobre Senador Reguffe, que é o próximo orador.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu protocolei hoje, aqui nesta Casa, um projeto para limitar as taxas de juros que são cobradas ao consumidor final deste País, para que o Copom (Comitê de Política Monetária) tenha que, trimestralmente, além de designar qual vai ser a taxa Selic, também tenha que fixar a taxa máxima de juros que possa ser cobrada ao consumidor final deste País. Hoje, os bancos, as operadoras de cartão de crédito, as instituições financeiras extrapolam na taxa de juros. Isso é absolutamente inaceitável, isso mexe com a vida real das pessoas, que ficam à mercê dessas instituições. E o Poder Público de braços cruzados para esse tema.

E eu não estou fazendo nada inovador aqui. No mundo, a Alemanha, a França e Portugal já limitam as taxas de juros cobradas ao consumidor final. A França limita desde 1966. Nos Estados Unidos da América, 39 Estados têm legislação própria que limita as taxas de juros cobradas ao consumidor final. Nós precisamos fazer isso, nós não podemos deixar a população à mercê das instituições financeiras como elas estão hoje.

Um relatório oficial do Banco Central do Brasil, no *site* do Banco Central, que coloca as taxas cobradas ao consumidor final e o *ranking* dos bancos, diz que, no cheque especial, o Banco Mercantil do Brasil S. A. está cobrando, nada menos, nada mais, do que 513% de juros por ano, no cheque especial – 513,17% de juros no cheque especial! Aqui está, Relatório do Banco Central do Brasil, que está no *site* do Banco Central. É correto isto: que um banco chegue a cobrar 513% de juros no cheque especial por ano?

Mas estão achando pouco? Também um relatório do Banco Central, também no *site* do Banco Central do Brasil, portanto dados oficiais, diz que, no cartão de crédito rotativo para pessoa física, a instituição financeira Avista S. A. CFI cobra, de juros do cartão de crédito, por ano, 1.360% – 1.360,79% por ano de juros no cartão de crédito!

Isso é absolutamente inaceitável! E eu não posso, como um legislador, um representante da população, aceitar que isso fique assim, com o Poder Público de braços cruzados.

Eu protocolei, nesta Casa, hoje, um projeto para que o Copom, além de fixar a taxa Selic, passa a fixar trimestralmente a taxa máxima de juros que possa ser cobrada ao consumidor final deste País, como, aliás, alguns países já o fazem. Cabe ao Poder Público fixar isso. O Poder Público não pode agir ao interesse financeiro, como em vários casos tem agido.

Além disso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa também rumar para uma redução da taxa Selic. O Brasil tem uma taxa Selic de 14% ao ano que, também, precisa ser reduzida – 1% a menos na taxa Selic significa uma economia aos cofres públicos com juros da dívida pública de R\$ 17 bilhões por ano. Então, se querem arrumar recursos, um caminho é este: reduzir a taxa de juros. Agora, isso não pode ser feita por decreto. Não se pode reduzir taxa Selic por decreto, porque, se reduzir taxa Selic por decreto, vai acontecer o que aconteceu no Brasil no seu passado próximo, quando se reduziu taxa de juros por decreto e explodiu a inflação para a população. A taxa de juros tem que ser reduzida de forma sustentável, reduzindo-se também os gastos públicos, porque aí se consegue reduzir essa taxa de forma sustentável. Se simplesmente se reduzir por decreto, explode a inflação. Então, nós precisamos também reduzir os gastos públicos.

Eu espero que esta Casa dê o tratamento devido a essa proposição, pois eu considero que isso vá ser muito importante para a população que hoje sofre um literal abuso por parte das instituições financeiras deste País.

Muito obrigado.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Senador Reguffe, me permite um aparte? Por gentileza, eu não quis interromper V. Ex^a. Sr. Presidente, por gentileza. Esse é um tema que salta aos meus olhos, trazendo um brilho todo especial à discussão dessa matéria. V. Ex^a como sempre aborda temas de maneira sintética, objetiva e muito relevante. Eu mesmo aqui, por várias vezes, abordei a questão da taxa de juros. E quero começar dizendo mais ou menos o seguinte: se um cidadão brasileiro hoje utilizar R\$1.000 do cartão de crédito, daqui a um ano, na mesma data, em novembro, praticando-se um juros de 400% e não de 1000% ou de 513%, como V. Ex^a abordou, ele já vai estar devendo R\$4.000. Fiz este cálculo – na verdade, não fui eu que fiz, este cálculo foi feito por matemático –: você pega R\$1.000 hoje e, daqui a dez anos, você estará devendo um bilhão e



não sei quantos milhões de reais. É por isso que insisto com a teoria, o conceito e a aritmética propriamente dita para estabelecermos o tamanho do estrago que, efetivamente, as taxas de juros praticadas no Brasil têm proporcionado à nossa sociedade. Veja bem, Senador Reguffe, é só nós pegarmos também a execução orçamentária do Governo Federal do ano passado, 2015 – e não precisamos nem ser matemático nem ser economista nem ter uma inteligência muito destacada para isso –, para verificar que a matemática ali não fecha. Dentre os itens que não fecham, está a taxa de juros. Há também a questão da Previdência, que tem sido amplamente discutida, mas vamos ficar na taxa de juros para discutir – quem sabe outro dia discutimos a questão da Previdência. E, ali, vamos chegar à conclusão do seguinte: no ano passado – não é 2016 –, 2015, o Brasil pagou cerca de R\$500 bilhões de juros. Isso representa R\$40 bilhões por mês! Estamos pagando R\$40 bilhões de juros por mês! Na hora em que terminar o mês de novembro, o Governo Federal estará desembolsando do nosso Orçamento, que é a carga tributária de quase 40% do PIB, R\$40 bilhões para pagar os juros, fora o serviço da dívida. O serviço da dívida, no ano passado, chegou a quase R\$400 bilhões. Somando os dois, dá R\$900 bilhões. E eu queria fazer com V. Ex^a outro comparativo. Nós pagamos, ano passado, de serviço da dívida e de juros da dívida, cerca de R\$900 bilhões. V. Ex^a sabe o quanto nós investimos em saúde? Foram 10% disso: R\$90 bilhões aproximadamente. Eu estou dando os números aproximados, porque não os tenho exatamente agora. Sabe quanto investimos em educação no ano passado? Foram R\$90 bilhões, 10% do que estamos pagando de juros. Olhe só! E sabe quanto nós investimos no transporte, nas nossas rodovias – que, se formos discutir essa questão, vamos chegar à conclusão de que elas estão todas esburacadas, há buraco esperando na sarjeta ou no acostamento para entrar para a pista para ser corrigido? Foi 1%, cerca de R\$9 bilhões. Então, veja só a importância do tema que V. Ex^a levanta, que está relacionado à nossa maior sangria, à mais alta, à mais ampla. É só pegar a execução orçamentária que vai ver que aquele número ali já fica expresso em letras maiúsculas. É um tema que precisa ser enfrentado. Há algumas pessoas que defendem uma auditoria da dívida. Agora, o que nós não podemos é, porque nos Estados Unidos se pratica uma taxa de juro de 0,25 a 5%... Tudo bem que a inflação é próxima de zero, etc. e tal. Aqui, a taxa de juro não é 14,25%, é a inflação mais a taxa de juro, o que dá 14%... Agora estamos em 14%. Olha só: 14%! E a taxa de juro, nessas condições, inibe o cidadão de buscar o crédito; sem crédito, sem dinheiro, não se faz investimento; sem investimento, não se produz nada; não produzindo nada, as pessoas também não consomem; não consumindo, não há imposto. Esse é o círculo vicioso que nós estamos vivendo na economia hoje. Como se reduziu a atividade econômica, automaticamente, se reduziu também o ingresso de recursos no caixa do Governo, que são adquiridos através de impostos, taxas etc. e tal. E o que aconteceu com o Brasil? Municípios falidos, insolventes, Estados insolventes... No Rio de Janeiro, de V. Ex^a, está decretada, certamente – entre aspas –, uma “guerra civil”, porque eu assisti à polícia adentrar a Assembleia Legislativa e depredar o patrimônio público. Olhe só a inversão da ordem, da legitimidade que nós estamos vivendo, fruto da irresponsabilidade fiscal a que este País foi submetido ao longo da sua história, a ponto de nós termos que, agora, fazer uma emenda à Constituição para dizer ao mercado nacional e internacional que nós, a partir da aprovação da emenda, não vamos gastar mais do que a inflação. Na verdade, isso é um princípio intrínseco do ser humano, não é da instituição. Eu não posso gastar mais do que eu arrecado, porque, senão, eu vou ficar insolvente e não vou cumprir com as minhas responsabilidades. V. Ex^a não pode fazer isso. O setor público muito menos pode fazer isso, porque se trata do dinheiro dos semelhantes, não é dele, não é do gestor. E, lamentavelmente, é isso que nós estamos vivendo, hoje, no Brasil. Estamos aprovando uma legislação só para dar uma prova para o mercado nacional e internacional, para os investidores, para estimular a confiança, para que eles possam saber que, a partir de agora, se eles fizerem investimento aqui no Brasil, eles vão ter capacidade de receber, porque nós não vamos inchar a máquina, nós não vamos gastar mais do que arrecadamos, deixando-os inadimplentes com os serviços que eles, possivelmente, terão oferecido à Nação brasileira. Realmente, quando eu digo que o Brasil precisa ser reformado... A cada tema que nós abordamos, ele precisa de uma reanálise ou de uma reforma. Essa é que é a grande verdade. O tema que V. Ex^a aborda é um tema que me causa uma paixão extraordinária e, sobretudo, uma responsabilidade grande, porque eu sou da iniciativa privada e exerci grande parte da minha vida pública na atividade pública, em que o cidadão é investido de uma representação legitimada pelo povo. Não existe nada mais nobre e mais sublime do que representar os seus cidadãos daqui, do Distrito Federal, como eu com os de Santa Catarina. Eu preciso fazer isso com muita responsabilidade, coisa que não foi feita ao longo dessa história. Se Deus quiser, a partir de agora, que possamos escrever uma nova página nessa história. Sobre tudo, eu parabeno V. Ex^a por essa iniciativa, porque, com ela, vamos iniciar aqui uma ampla discussão. Esta é a maior sangria que estamos vivendo no Brasil de hoje. Imagine: se se reduzir a taxa de juros em 1%, como V. Ex^a mencionou, reduziremos a dívida em praticamente R\$15 bilhões, R\$16 bilhões ou, R\$17 bilhões, arredondando. Então, se diminuirmos dois ou três pontos percentuais, com os recursos que vieram da repatriação, mais uns R\$40 bilhões daqui, mais não sei o que dali, nós acabaríamos com esse rombo



rapidamente. Se também resolvêssemos alguns problemas relacionados à Previdência pública e outras coisas mais, avançaríamos substancialmente nessa questão, tamparíamos o rombo público e estabeleceríamos um novo elo entre a sociedade e o Governo, para que o Brasil pudesse voltar a crescer, desenvolver-se, gerar os empregos. Hoje, já estão na ordem de 12 milhões os brasileiros e brasileiras que não têm mais o seu emprego. Para essas pessoas, preocupa-me a violência, porque imagine Reguffe, meu prezado Senador, por quem tenho estima máxima, o cidadão chegar à sua casa desempregado, sem comida para dar aos seus filhos. Que valor ele vai dar para si próprio e para seus semelhantes? Esse é um assunto sério que temos que tratar. E o dinheiro está indo pelo ralo aqui: nos juros exorbitantes que o Brasil está pagando. Portanto, parabéns, mais uma vez, a V. Exª por abordar esse tema, que, na minha opinião, é o mais importante, falando de economia, que devemos observar no Brasil de hoje.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Eu quero dizer que V. Exª foi muito feliz na sua fala e nesse aparte. A questão dos juros é uma questão extremamente grave.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – O poder financeiro, as instituições financeiras usam e abusam da população brasileira. E o nosso Poder Público está de braços cruzados. Ora, Alemanha, França, Portugal limitam as taxas de juros cobradas ao consumidor final; 39 Estados dos Estados Unidos têm legislação própria que limita as taxas de juros. A França faz isso desde 1966. Então, eu acho que V. Exª foi muito feliz em todas as suas colocações aqui nesse aparte.

A taxa Selic já é um problema. A taxa Selic hoje já é um problema, até porque ela faz com que as pessoas que têm dinheiro sejam incentivadas a deixar o dinheiro no banco, aplicado, rendendo. Quando você reduz a taxa de juros, você incentiva...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... as pessoas a retirarem o dinheiro do banco e a empreenderem, a gerarem emprego e renda, a movimentarem e desenvolverem a economia do País.

Agora, mais grave ainda do que a taxa Selic, que já é grave, são essas taxas que são cobradas do consumidor final deste País. Está no *site* do Banco Central. Isso aqui é um escândalo. Não pode, no cheque especial, um banco, como o Banco Mercantil do Brasil S/A, cobrar 513,17% de juros por ano no cheque especial; no cartão de crédito, 1.360,79% de juros por ano.

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Isso aqui não pode ser deixado para lá e não pode o poder público ficar de braços cruzados.

Então, protocolei esse projeto hoje para que o Copom, além de fixar a taxa de juros, tenha que fixar trimestralmente a taxa máxima de juros que possa ser cobrada do consumidor final deste País, porque não pode continuar do jeito que está, com as instituições financeiras deitando, e rolando, e abusando do consumidor deste País.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Pastor Valadares deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Brilhante! Brilhante o pronunciamento de V. Exª!

Concedo a palavra agora ao Senador Paulo Paim, que utilizará a tribuna.

E aproveito para cumprimentar meu Líder, meu estimado colega, correligionário, Senador Waldemir Moka, que, com a sua simpatia, nos acompanha aqui na sessão do Senado Federal.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meus cumprimentos também a V. Exª, ao Senador Waldemir Moka e ao Senador Reguffe.

Eu dizia ali, Senador Dário Berger, que eu só não fiz um aparte a ele porque eu tenho um compromisso em seguida, mas assino embaixo de todo o seu pronunciamento e conte comigo nessa peleia. Parabéns pela iniciativa.

Sr. Presidente eu vim à tribuna hoje para fazer, não é nem uma homenagem, mas para fazer algumas considerações sobre a importância da UERGS, Universidade Estadual, lá do meu Rio Grande do Sul.



Sr. Presidente, eu recebi esta semana a visita da Reitora da Universidade, a Dr^a Ariza Araujo da Luz.

Ela, em nome da comunidade universitária, agradeceu os esforços, e, pela sistemática forma que eu tenho, baseada naquela emenda individual que cada um de nós tem e que passa pela Bancada, eu dedico, desde que aqui cheguei, sempre para a UERGS. A emenda individual, eu não discuto, é para a educação, para fortalecer a nossa Universidade do Estado, que é gratuita e tem compromisso com os que mais precisam.

Então eu mando todo ano em torno de..., eu aprovo 15 milhões, mas a liberação nós sabemos que nem sempre é isso, independentemente do Governo, são 10, são 5, mas não discuto, a minha emenda individual... Vem outro setor, e eu digo: olha, a minha emenda individual é um compromisso quase que de vida. Encaminho para a Bancada, a Bancada aprova, claro, vira uma emenda de Bancada, e ela vai toda para a UERGS.

Para as outras emendas, aquelas que nós podemos ratear para os Municípios, eu adoto, Senador Dário Berger, o seguinte sistema: mando para os 497 Municípios do Rio Grande. Não quero saber se o Município é do PSDB, é do PT, é do PMDB, é do DEM. Não pergunto quem é o prefeito do Município. Tenho um sistema, no computador, que me faz afirmar que os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos. Então, em média, dá duas emendas por mandato para cada Município – por ano nunca daria; calculem, 497 Municípios. E todos recebem.

Tanto que conto, às vezes, o seguinte. Eu estava em uma rádio forte lá no Rio Grande e contei essa história no ar. Aí o cara disse: “Vamos ver se é verdade.” E ligou lá para uma rádio da fronteira do Estado. O cara disse: “Olha, o Paim está dizendo aqui que ele manda emenda para todos os Municípios. Duas, mas ele disse que não tem um Município que deixou de receber uma, porque às vezes eles glosam e acaba não chegando.” Quando ele falou no ar, ele disse: “Não, diga para o Seu Paim, aí, que comigo não. Essa de que ele manda uma emenda não é verdade.” Aí eu levei um susto. Daí ele disse do lado de lá: “Para mim ele mandou duas.” É claro que aliviou muito, não é? (Risos.)

Mas esse é um critério que adoto e do qual não me arrependo. Acho que não é a emenda que vai fazer com que o eleitor vote em você ou não – não é? –, ainda mais se você tem uma visão republicana, como eu adoto desde a Câmara dos Deputados e também aqui no Senado. E confesso que não me arrependo. Às vezes dizem: “Ah, mas Paim...”. Digo que não posso, tenho um sistema que está no computador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – É o critério que elege V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o critério.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Tanto é que V. Ex^a já está com os cabelos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Brancos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... relativamente brancos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cheguei aqui de cabelo preto, há 31 anos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... de tantos mandatos.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador. Eu vi o aparte que V. Ex^a fez, e cuidei do detalhe. Um aparte com conteúdo. Um aparte que enriqueceu a proposta do Senador Reguffe. Então, meus cumprimentos também a V. Ex^a.

Mas, enfim, faço essas considerações. A Reitora mostrou, assim mesmo, preocupação com a assinatura da UERGS. Infelizmente os recursos encaminhados para a UERGS não têm sido, claro, na íntegra, respaldados pelos governos para que chegassem lá. Mas, assim mesmo, grande parte tem chegado.

A UERGS assume, há 15 anos, a posição de liderança da inclusão e da promoção da igualdade racial, ao oferecer um ensino superior conectado com a necessidade de cada região – porque ela está espalhada por todo o Estado.

A UERGS oferta 23 cursos de graduação em 24 unidades distribuídas pelo Rio Grande, nas seguintes grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e Engenharias; Ciências Humanas e Ciências da Vida e do Meio Ambiente.

Como exemplo do curso de graduação, cito o curso de Agronomia, presente em quatro unidades, voltado para a agroecologia e agricultura familiar; o curso de Pedagogia, presente em seis unidades, com atenção ao EJA; e o curso superior de Tecnologia em Automação Industrial, que está entre os melhores do Brasil.

Além da graduação, a UERGS oferta mais de 20 cursos de pós-graduação *lato sensu* e teve seu primeiro mestrado iniciado, neste ano de 2016, na área de Ambiente e Sustentabilidade – que é uma preocupação de todos nós.

Ainda foram enviadas quatro novas propostas de mestrado, as quais estão sendo avaliadas pela Capes, nas áreas de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Educação, Agroecologia e Sistemática e Conservação da



Diversidade Biológica.

Conta com cerca de 4 mil alunos regularmente matriculados, cujo ingresso reserva 10% de vagas para as pessoas com deficiência; 50% de vagas para candidatos com baixa renda familiar, incluído, claro, cotas para brancos, negros, indígenas pobres.

De acordo com a população do Estado, definida com base nos dados do IBGE, mantendo um programa permanente de auxílio financeiro, inclusive, aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A UERGS integra ensino, pesquisa e extensão, conectados às necessidades de cada região, promovendo projetos de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvendo ações de extensão junto à comunidade, multiplicando assim o conhecimento e aproximando a universidade da sociedade.

Importante relatar que, no dia 14 de setembro, reuniram-se na UERGS os reitores das instituições de ensino superior públicas do Estado para tratar do desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, bem como da criação de um fórum dessa instituição, que vai possibilitar a união de esforços que fortalecerá o ensino público e gratuito no meu Estado, bem como vai possibilitar a utilização compartilhada de laboratórios e bibliotecas pela comunidade acadêmica ali participantes.

Apesar da crise financeira do Estado, a UERGS vem unindo esforços para manter seus serviços em dia e com qualidade, graças ao empenho, à dedicação do seu corpo docente e técnico-administrativo, para que não haja descontinuidade neste atendimento prestado à comunidade acadêmica.

É de suma importância que a instituição possa contar com recursos do Orçamento Geral da União, mediante o apoio – como aqui eu relatava – de emendas parlamentares. E eu cumprimento aqui toda a Bancada gaúcha, porque, se a Bancada não apoia, não vai, sabe como é essa votação. Cada Senador indica uma emenda, mas tem que ter o apoio da Bancada, porque vai em nome da Bancada. Eu cuido, naturalmente, da UERGS, mas cumprimento todos os Deputados e Senadores do Rio Grande que apoiam essa iniciativa e fazem força, inclusive, para que a verba seja liberada.

Um dos grandes gargalos da universidade está na construção de suas unidades sede. Atualmente a UERGS está em 13 unidades – leiam-se Municípios –, que aguardam a contratação de projetos de engenharia e construção de mais unidades, as quais, em sua maioria, estão instaladas em prédios cedidos, muitos com problemas, inclusive de acessibilidade, porém não há recurso suficiente para que todas elas possam funcionar em sede própria.

Também se faz necessário, segundo a Reitora, investir na infraestrutura dos cursos ofertados pela universidade, a fim de atender plenamente às exigências dos projetos pedagógicos de curso, ao Conselho Estadual de Educação e à legislação vigente, entre outros.

Sr. Presidente, aproveito os últimos minutos para entrar na questão das universidades federais do Rio Grande.

O contingenciamento feito pelo Governo Federal, desde 2014, tem prejudicado enormemente a continuidade de obras e a manutenção de instituições no Estado. Elas tentam economizar com serviços terceirizados, como limpeza e portaria, não descartam, em um futuro próximo, problemas com a manutenção inclusive de restaurantes e preocupam-se com a situação em que vão ficar os alunos bolsistas.

Calcula-se um déficit de R\$240 milhões em três anos.

Desde 2014, a Universidade Federal de Pelotas deixou de receber R\$34,2 milhões para custeios e investimentos em obras e equipamentos – o recurso estava aprovado nas leis orçamentárias dos últimos três anos, mas não foi liberado.

Nesse período, a UFPel investiu R\$21,1 milhões de recursos próprios no Hospital Escola e R\$2,4 milhões na barragem eclusa do Canal São Gonçalo, que garante a passagem pela Hidrovia do Mercosul, a dessalinização da Lagoa Mirim e favorece ainda o plantio de arroz na região, com tecnologias.

Segundo a reitoria, até o fim deste ano, se mantidas as limitações, o valor que deixou de ser utilizado nas atividades-fim da universidade, como ensino, pesquisa e extensão, pode chegar a R\$57,7 milhões.

Conforme a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do início do ano até a primeira semana de outubro, foram repassados às universidades federais 90% dos limites de custeio e apenas 50% dos valores para investimentos previstos em lei e acordados com o Ministério da Educação.

Já a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), somente em 2016, deixou de receber R\$31 milhões entre recursos de custeio e para investimentos. Em 2015, a instituição já havia perdido R\$23,4 milhões previstos para investimentos.

A situação também é horrível para as instituições que ainda estão em fase de implantação, como a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), que conta com dez *campi* espalhados pelo Estado. Houve uma redução de R\$80 milhões no orçamento dos últimos dois anos da universidade, que ainda está à espera de



outros R\$35,6 milhões, que estavam previstos, mas não chegaram.

Na Universidade Federal de Santa Maria, há 49 obras em andamento, necessárias para a ampliação da oferta de cursos previstos pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A estimativa de gastos é de R\$48 milhões, e os custos estão sendo bancados com o orçamento da universidade, sem cobertura do Governo Federal.

Além disso, nos últimos três anos, a UFSM deixou de receber R\$96 milhões do total acordado com o MEC, sendo cerca de R\$74 milhões de capital para investimento e R\$22 milhões de custeio dos serviços.

Enfim, Sr. Presidente, termino, dizendo que a situação é lamentável. Os reitores estão se mobilizando, tanto das universidades estaduais como das federais, para fazer um grande encontro nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão pedindo o apoio, naturalmente – estou me referindo ao Rio Grande do Sul –, dos Senadores e dos Deputados Federais e Estaduais, para ver se conseguem buscar ajuda junto ao Governo Federal para essa necessidade da área da educação.

Pela leitura que fiz aqui, nós chegaríamos, somando aqui rapidamente, em uma estimativa, a algo em torno de R\$400 milhões para atender à demanda dessa área das universidades do nosso Rio Grande. Mas a Bancada gaúcha, tenho certeza, vai se debruçar sobre esse tema. Já, de pronto, repito que elogiei e elogio de novo a Bancada gaúcha, que sempre foi solidária a este movimento que faço em relação à UERGS, porque, quando a emenda vai, ela vai em nome de toda a Bancada – claro, nominando o Senador ou Deputado que apontou o recurso –, que trabalha nesse sentido.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, eu cumprimento V. Exª pelo pronunciamento e me associo à preocupação com todas as universidades federais do Brasil inteiro, especialmente as de Santa Catarina, que passam também por sérias dificuldades. Precisamos discutir essa questão porque a universidade é um celeiro de formação dos nossos jovens para colocá-los no mercado de trabalho para enfrentar a vida e serem os novos dirigentes da Nação.

E a Universidade Federal de Santa Catarina, a exemplo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ...exerceu, exerce e exercerá papel fundamental preponderante, eu diria até vital no desenvolvimento econômico e social das futuras gerações.

Então, nós não podemos medir esforços para que a gente mantenha sempre acesa essa chama da formação dos nossos jovens através da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Consulto o Senador Aníbal: V. Exª deseja utilizar a tribuna?

Então, com muito prazer, concedo a palavra a V. Exª pelo horário regimental que for necessário para V. Exª.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário Berger, quero dizer da minha satisfação de tê-lo como Presidente desta sessão, que caminha para o seu final.

Eu queria fazer hoje uma reflexão não tanto sobre o embate diário que temos aqui, mas mais sobre uma ou duas questões que são motivo de discussão neste momento aqui na Casa, a que eu gostaria de me referir, procurando colaborar para um conhecimento melhor dessas matérias no sentido de que haja também uma apreciação mais adequada ou mais informada até por parte daqueles que nos veem.

O Brasil vive, hoje, uma batalha ideológica em torno de dois temas que decidirão o nosso futuro: a responsabilidade fiscal e a educação. As proposições em torno das quais se dá essa disputa são a PEC do teto, que devemos estar votando aqui, em primeiro turno, até o final do mês, e a medida provisória da reforma curricular. O Brasil não pode hesitar nessa bifurcação e deve optar pelo desenvolvimento, pela justiça, repelindo o atraso e os privilégios.

Nós somos uma ampla coalizão a favor da responsabilidade fiscal hoje nesta Casa e na Câmara dos Deputados também, sustentada e impulsionada por uma opinião pública, que, nas eleições municipais, deu um cartão vermelho aos demagogos e aos patrimonialistas.

De outro lado, estão os bolsões dos derrotados nas urnas, os órfãos do lulopetismo, essa amálgama



de irresponsáveis e cleptocratas que depredou o Estado brasileiro, as instituições, as estatais, os fundos de pensão e tudo o que encontrou pela frente, jogando o Brasil numa crise como nunca antes vista neste País.

Além da destruição, o defunto reinado petista fez germinar um corporativismo que se espalhou insidiosamente pelo Estado e ganhou tal força que quer asfixiar o próprio hospedeiro.

O corporativismo, hoje, é uma ameaça à preservação do próprio Estado. Digo a quem ainda não acordou: o que está ocorrendo no Rio de Janeiro, se não servir de alerta, certamente servirá como epitáfio.

O Brasil foi capturado pelas burocracias públicas, e, agora, essa captura não é mais metafórica. As forças do atraso invadem e tomam para si escolas e prédios públicos. Os Municípios e os Estados quebraram sob peso de demandas corporativas insaciáveis e infinitas.

A União, para não quebrar ou para não ressuscitar a inflação, só tem como caminho o enfrentamento corajoso a este corporativismo destruidor e desafiador. Aliás, quero destacar a decisão do Presidente do Senado de criar uma comissão – e eu espero estar nesta comissão – para estabelecer um teto definitivo e real para salários que não se justificam e que transcendem fortemente o teto estabelecido hoje e, infelizmente, não respeitado.

O corporativismo transformou a sociedade em serviçal e refém do Estado – fez o contrário –, e isso não pode continuar. Temos de inverter essa equação: é o Estado que tem de se submeter à sociedade e servir à sociedade. Esse princípio óbvio tem de ser restabelecido. Não vai ser fácil.

A PEC do teto é o primeiro passo indispensável para essa reconstrução do Brasil. A ele, se seguirão outros. Temos aí a reforma da Previdência. É inevitável!

O Rio de Janeiro, Presidente, tem como previsão, para o ano que vem, caixa suficiente para pagar sete salários. São 15, pelo menos – 12 mais o décimo terceiro, férias. De onde sairão outras oito novas folhas para o Rio de Janeiro no ano que vem? E já há agora, neste final de ano, uma dificuldade enorme de fazer o pagamento da folha, do décimo terceiro e de fornecedores essenciais, como os fornecedores de remédios.

A PEC, como eu digo, não é suficiente, mas é preciso que ela cumpra o seu papel de adequar os gastos do Estado à capacidade de pagamento de impostos da sociedade. Não é possível corrigir para nosso déficit público com aumento de impostos. Os impostos que a sociedade já paga são bem além da média para um país de desenvolvimento médio como o Brasil.

Se nós, aqui, tentarmos substituir as políticas de austeridade, os cortes que precisam ser feitos por outro procedimento, entre eles o de aumentar impostos, nós vamos receber cartão vermelho da sociedade, que já mostrou ser capaz de se mobilizar pelas redes sociais, em atos públicos, democraticamente, mas com muita clareza quanto ao que quer dizer. Chega de impostos! Chega de novos recursos que continuarão sendo mal administrados! Os que existem precisam ser bem administrados.

Nós temos de ajustar, Presidente, pelo corte das despesas. É preciso que sejamos seletivos. As despesas que devem ser cortadas são aquelas que beneficiam aqueles que menos precisam. As despesas que beneficiam os mais pobres e os mais vulneráveis devem ser preservadas – despesas e investimentos. E é possível fazer isso até como forma de mostrar um compromisso efetivo com uma sociedade mais justa e solidária, que é algo que todo político gosta de enfatizar.

Nós temos de corrigir fontes de injustiça, como o nosso atual sistema previdenciário. Hoje, o sistema previdenciário do Brasil privilegia o setor público e todos aqueles do setor público que recebem melhor e que conseguem se aposentar mais cedo. A sociedade sustenta a aposentadoria integral do setor público. A aposentadoria do INSS – ainda que com alguns desequilíbrios e, sobretudo, com uma idade, para as condições de hoje, que precisa ser compatibilizada para dar sustentabilidade ao INSS e, portanto, ser levada a 65 anos, como idade piso para aposentadoria – não faz o déficit que faz o sistema de aposentadoria do setor público, que beneficia muito menos gente, mas com aposentadorias privilegiadas. Os mais pobres começam a trabalhar mais cedo, não conseguem juntar tempo de serviço formal e continuam se aposentando mais velhos. Estão todos no INSS. As aposentadorias precoces são um privilégio do setor público e dos setores mais bem remunerados. Milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares de aposentadorias na faixa dos 50 anos, 49, 51, 52 anos. Nas condições em que vivemos hoje e em que a expectativa de vida vai cada vez mais se aproximando dos 80 anos, não há sistema de aposentadoria capaz de sustentar essas aposentadorias tão precoces.

Quem disse que é contra o fim das aposentadorias precoces, porque está protegendo os mais pobres, está mentindo; está, na verdade, mantendo ou querendo manter um sistema de castas e privilégios.

Não vamos recuar da reforma da previdência, não vamos adiá-la. Para o Brasil ter futuro, o nosso injusto sistema de previdência tem de ir para o passado.

E não é só na previdência que o Estado brasileiro mostra ser um Robin Hood às avessas, tirando dos pobres para dar aos mais ricos – Robin Hood às avessas: não é dos ricos para os pobres; é dos pobres para os



ricos.

Como foi dito na audiência pública de terça-feira agora, na Comissão de Constituição e Justiça em conjunto com a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), os aumentos concedidos aos servidores nos últimos dez anos anularam todo o efeito redistributivo do Bolsa Família. Quero insistir nisto: os aumentos concedidos aos servidores, nos últimos dez anos, anularam todo o efeito redistributivo do Bolsa Família. O que o Estado deu com uma mão pequena retirou com uma mão grande.

Temos também de desfazer o mito de que a má prestação de serviços públicos é decorrente da falta de recursos; senão, não veríamos dezenas e centenas – e logo queremos almejar milhares – de prefeituras, de Municípios que, com recursos *per capita* semelhantes aos de outros com má gestão, conseguem produzir bons resultados.

Eu quero, inclusive, destacar aqui que, no caso do PSDB, todos os quatro prefeitos de capitais do nosso Partido – Arthur Virgílio, em Manaus; Zenaldo Coutinho, em Belém; Firmino, em Teresina, reeleito pela quarta vez em primeiro turno; e também o nosso Prefeito Palmeira, de Maceió – foram reeleitos porque, certamente, fizeram gestões de qualidade, de prestação de serviços que atendem os interesses da população.

Os salários do setor público cresceram exponencialmente nos últimos anos. A bonança toda dos primeiros dez anos deste século, as *commodities*, os recursos adicionais foram dilapidados pelo lulopetismo em diferentes ações, muitas delas predatórias, indicando uma péssima gestão pública, que é uma marca característica deles.

A oposição finge, hoje, estar preocupada com a qualidade da saúde e da educação, espalhando mentiras cotidianamente, ontem, anteontem, sobre a PEC do teto, sobre os investimentos em educação e saúde, que não vão ser reduzidos; ao contrário, na saúde, haverá uma base muito maior do que a deste ano para ter o reajuste equivalente à inflação deste ano de 7%. Nós devemos ter, no ano que vem, adicionalmente, na saúde pública no Brasil, R\$20, R\$22 bilhões de recursos a mais, o que é muito mais do que os 7% sobre R\$100 bilhões, porque mudou o piso de 13,2% para 15% do orçamento destinado à saúde. E, na educação, o piso é de 18%. Se quisermos colocar mais recursos, poderemos fazê-lo – é uma decisão soberana do Congresso na elaboração do Orçamento –, retirando recursos de outras áreas e os atribuindo à saúde e educação.

Nós temos, aqui e agora, um desafio na área da educação. Durante décadas, a oposição aprovou e apoiou, muitas vezes, greves irresponsáveis intermináveis, greves questionadas até por aqueles que fazem oposição a nós hoje. Eles fizeram há alguns anos também e, de alguma forma, se sentiram identificados com o lulopetismo, mas também questionaram essas greves.

Agora, eles estão açulando os nossos jovens a prejudicar seu próprio futuro, invadindo escolas, impedindo a maioria de seguir estudando. O pretexto é o Governo ter eliminado a obrigação de os alunos terem de acompanhar compulsoriamente 13 diferentes disciplinas – vai ver que é por causa do número, 13, que eles queriam que se mantivesse. Nenhuma disciplina será extinta, apenas algumas passaram a ser optativas. Nunca o aumento da liberdade foi pretexto para revolta. Essa é mais uma peça do museu de grandes novidades desse lulopetismo.

Deveriam tirar sua pele de cordeiro. A população acordou e não cai mais nesse conto do vigário do lulopetismo. Eu tenho dito aqui, Sr. Presidente, que Senadores e Senadoras petistas falam desta tribuna e, na realidade, exercitam uma espécie de solilóquio. Eles falam com eles mesmos, porque a população que assiste à TV Senado, que nos vê em algum outro meio de comunicação já sabe que, do lado deles, é “o quanto pior, melhor” todo o tempo. Afastados do poder, tendo recebido nas urnas um evidente repúdio da população, eles agora pregam o pior, sempre o pior. Mas não vão impedir que nós continuemos a avançar.

Nesse caso da educação, eles nem sequer querem discutir o conteúdo da proposta. Todo o tempo reiteram o propósito de discutir associado à negação total dessa mudança na educação. Eles querem, através de fechamento de escolas, através de ocupação, patentear uma rebeldia – que seria de todos os jovens – contra essa reforma. Não. Não é verdade! Há uma inversão de significado de valores promovida por esses órfãos da Dilma e do lulopetismo.

A oposição continua receitando sua cantilena de que a PEC penaliza o povo, porque supostamente não reduziria o custo da dívida. Ora, quem fez explodir a dívida pública no Brasil foi exatamente o governo da Dilma. O governo da Dilma conseguiu, em dois anos ou três – 2014, 2015 e 2016 –, aumentar em quase 20% a dívida pública no Brasil, que tinha uma média de 40%, 42%, 45% e foi para 60%, 65%. Se não tivéssemos adotado essa PEC do teto, essa dívida se tornaria provavelmente incontrolável.

Pior. Com toda a dívida que fez, multiplicou o número de desempregados. E foi agora. E infelizmente continua aumentando o número de desempregados. O Brasil perdeu toda a credibilidade do ponto de vista do investidor. O Poder Público – o Governo – não tem capacidade nenhuma de investimento, exaurido pela quebradeira que eles promoveram. É preciso atrair confiança, credibilidade, mostrar que nós seremos



capazes de acertar as nossas contas e de fazer uma boa gestão no nosso País. E essa é a condição de voltar a credibilidade, de voltar o investimento e de voltar o emprego, o que nós tanto queremos.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que me preocupa o ritmo lento ainda da retomada. Embora haja indicação de retomada de ritmo um pouco aqui e acolá, no fundamental ainda estamos em processo – como eu disse – com aumento de desempregados, renúncia a investimento, falta de confiança e credibilidade. Portanto, isso torna mais urgente e mais necessária a nossa atuação aqui, no Parlamento. Nós não temos que nos conceder tempo. Nós temos que nos conceder uma ação continuada para que possamos estar totalmente associados à recuperação da economia brasileira, à volta do investimento. Isso é urgente. Não é um apelo; isso é uma obrigação que incumbe a todos nós que estamos no Parlamento nesse momento grave.

Nós votamos o *impeachment*, afastamos a Presidente. Nós tivemos um resultado eleitoral indicativo de que há confiança nos partidos que compõem a Base de sustentação do Governo. E há boa expectativa do que vai acontecer na medida em que formos avançando nas votações que estão sendo propostas, mas é preciso fazê-las com muita determinação e com grande sentimento de urgência.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Só quero pedir a V. Exª um minuto de sua atenção para, preliminarmente, registrar a presença aqui dos membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Manicoré, Amazonas. Sejam todos bem-vindos. Muito obrigado pela visita.

Em segundo lugar, quero cumprimentar V. Exª. V. Exª já percebeu a admiração que tenho por V. Exª – e não é de hoje, é dos tempos em que já estivemos juntos em belas e vitoriosas caminhadas. Só queria acrescentar a tudo o que V. Exª falou com muita propriedade que, se não estou enganado, um dos maiores problemas que nós temos para enfrentar, além da PEC dos gastos públicos, é a reforma da Previdência.

A PEC dos gastos públicos é conceitual, é comportamental; na verdade, essa é a PEC do óbvio, porque, se nós já tivéssemos administrado este País com responsabilidade fiscal, nós não precisaríamos agora colocar na Constituição aquilo que, em síntese e na sua essência, é apenas estabelecer que os governos não podem gastar mais do que arrecadam. Ora, esse é um princípio intrínseco do ser humano, não é nem das instituições; das instituições muito mais. E, em função da crise sem precedente que nós estamos hoje acometidos, não nos resta outra alternativa senão darmos essa demonstração de confiança de que, daqui para frente, não é mais a nossa palavra que vale. É a Lei Máxima do País que estabelecerá que nós não vamos poder gastar mais do que arrecadarmos.

Evidentemente, eu vou votar favorável, não tem como não votar favorável, embora tenha feito alguns pronunciamentos aqui com relação à minha preocupação com a saúde pública, sobretudo porque vai ficar um discurso demagógico em cima dessa matéria, por mais didático que V. Exª tenha sido ao explicar o tema, ao explicar que o teto dos gastos é amplo no total. E administrar significa estabelecer prioridades: se a prioridade é para a saúde, para a educação, para a segurança pública, nós Congressistas seremos os responsáveis por delinear esse viés tão desejado para nós mesmos e para a sociedade brasileira, através da peça orçamentária que virá para cá para nós discutirmos. E eu tenho certeza de que o Presidente Michel já irá direcionar isso. E, à medida que o País for crescendo, que a atividade econômica for se desenvolvendo, os recursos vão aumentando, e, com esses recursos aumentando, certamente vamos dar prioridade para essas áreas mais sensíveis que precisam efetivamente ser abordadas.

Não querendo abusar de V. Exª, eu queria também abordar um tema que eu julgo dos mais polêmicos que nós vamos enfrentar aqui: a reforma da Previdência. Essa vai ser muito pior do que a PEC do teto, do limite dos gastos. Veja bem, como está é que nós não podemos ficar, porque senão nós vamos incorrer na mesma prática que, hoje, estabeleceu-se no Rio de Janeiro...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... e em outros Estados brasileiros que já não têm mais recursos para pagar salário. Esse tema é extremamente preocupante.

Eu só relato, rapidamente – não querendo abusar do aparte de V. Exª, mas esta é a Casa do debate –, que eu fiquei muito sensibilizado com a explicação didática do tema que V. Exª abordou – a necessidade de reformas urgentes que precisam ser feitas – e com a preocupação que V. Exª tem com o *timing*, porque essa retomada do crescimento não está acontecendo no momento que nós desejamos.

E eu quero me associar a V. Exª também. Como eu sou da iniciativa privada, eu conheço os dois mundos – o mundo público e o mundo privado –, e também quero expressar essa minha preocupação com relação à retomada do crescimento econômico.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Isso pode nos desgastar muito, a ponto de nós perdermos a confiança e a credibilidade de um momento importante, fundamental e crucial da vida nacional.



Só vou dar um exemplo para terminar e não abusar de V. Ex^a. É o seguinte: se eu não me engano, o déficit da Previdência do ano passado girou em torno de R\$150 bilhões, R\$160 bilhões.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Não tenho os números exatos.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Desses R\$160 bilhões, cerca de 50%, ou cerca de 45%, ou cerca de 55%...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Arredondando, cerca de 50% é déficit do setor público. Só que existe uma grande diferença no setor público: o déficit do setor público é de 50% – cerca de R\$80 bilhões ou R\$70 bilhões – e atende apenas um milhão aproximadamente de servidores públicos, enquanto os outros 50% do déficit, ou talvez um pouquinho mais, atendem cerca de 30 milhões de brasileiros e de brasileiras...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... que têm teto de aposentadoria – e a maioria são aposentadorias do setor rural –, que ganham um salário mínimo apenas. E esse recurso é fundamental para a sobrevivência dessas pessoas, que envelheceram trabalhando e alimentando, vamos dizer, o Brasil inteiro. De maneira que, encontrar um denominador comum, um equilíbrio para a reforma da Previdência realmente é um desafio enorme.

E o Presidente Michel Temer, pelos pitacos que já tenho percebido dele – um homem inteligente, sensível, competente, conhecedor dessa realidade nacional –, haverá de mandar um projeto para nós que seja possível e viável, para que possamos, enfim, destravar essa sangria que, junto com os juros, que também já começaram a baixar, representam os nossos maiores problemas econômicos na minha opinião.

Era com isso que eu queria contribuir.

Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Queria agradecer, sobretudo, esses acréscimos que o Senador Dário Berger fez à minha fala, todos muito pertinentes e que agregam densidade à urgência de votarmos as matérias que estão colocadas aí, especialmente a da Previdência.

Queria, pela oportunidade, dizer que – eles já saíram daqui – sou uma amazônida. Nasci em Rondônia, em Guajará-Mirim, portanto, conheço Manicoré – de onde provêm as pessoas que estavam aqui –, no Amazonas.

Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu cumprimento V. Ex^a e lhe agradeço.

Agora, concedo a palavra à brilhante Senadora Ana Amélia, que representa o Estado vizinho do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Dário Berger, pelas sempre generosas referências. Sentimos muito a sua falta na Comissão de Agricultura, porque o senhor, como um representante de Santa Catarina, sabe do carinho e apreço que temos pelo seu Estado e também pela sua atuação na nossa Comissão.

Senador Dário Berger, eu não posso deixar de mencionar o que foi a maior repercussão não só aqui no Brasil, mas no mundo inteiro, uma repercussão cibernética e global: o resultado da eleição nos Estados Unidos. Ela serve também como uma espécie de alerta a nós políticos a respeito do que passa no coração e na mente do eleitor comum, seja nos Estados Unidos, seja nos países da Europa, seja no Brasil – em muitos casos.

O meu Partido viveu a experiência também de ter... Nós somos hoje a maior agremiação em número de partidos políticos no Rio Grande do Sul: 144 prefeitos, mais 108 vice-prefeitos. Chegamos a cidades importantes, como Lajeado, onde um jovem prefeito foi eleito pelo nosso Partido. Estamos juntos em Porto Alegre, em Santa Maria. Em Uruguaiana, escolhemos um jovem; em Esteio, um jovem; e temos um prefeito de 24 anos no Município de Alegria – 24 anos!

O que estou dizendo com isso?

Na minha cidade, Lagoa Vermelha, também um jovem foi eleito com uma votação extraordinária – um engenheiro agrônomo, de boa cabeça. O eleitor olhou para ele e enxergou a novidade: enxergou aquele líder capaz de fazer as mudanças que a sociedade espera.

Os americanos têm uma expressão para chamar os candidatos, *outsiders*. O Trump é um *outsider*. Em São Paulo, João Doria Júnior surpreendeu o País ao vencer, pela primeira vez na História, desde a criação do



segundo turno, a eleição no primeiro turno. Trata-se de um publicitário, um empresário, um empreendedor que tinha muito pouco vínculo com a política partidária, com o sistema político: um *outsider*.

Nada a ver em comparação com o Trump, mas no sentido do candidato de fora do sistema partidário, de fora do partido. O Trump não foi Senador, não foi Deputado, como foi Hillary, que foi Senadora, foi Ministra de Estado da Secretaria mais importante, Ministra de Estado dos Estados Unidos.

Isso, então, nos remete a uma necessidade de nós transformarmos a política numa atividade sintonizada com os anseios da população. Caso contrário, nós aqui também seremos tragados por esta onda que varre do mapa aquela política velha, aquela forma antiga de fazer, de tapinha nas costas, “deixa comigo”, e as coisas não acontecem, ou de se tomar uma decisão, quando se sabe que não vai dar resultado algum.

Então, nós temos que olhar para a eleição americana e, a despeito das inconveniências ditas pelo Presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, dizer que o eleitor ficou silenciosamente para manifestar a sua vontade. E o que me surpreende é que aquela nação democrática tenha alguns grupos que foram às ruas para protestar contra a eleição de um Presidente que fez a maioria na Câmara dos Representantes – ou na Câmara dos Deputados – e a maioria no Senado Federal. Eu penso que é a primeira vez em que o Partido Republicano, ou nos últimos tempos, ganha uma força com esse grau de relevância na política dos Estados Unidos.

A Hillary seria a primeira mulher, encarnando muito a tradição da família – o marido é um ex-Presidente da República –, sucedendo também o primeiro Presidente negro, Barack Obama, que realmente teve uma presença muito grande no mundo. Eu me lembro de quando ele foi a Berlim, na Alemanha. Ele fez um comício com milhões de pessoas na praça onde era o antigo Muro de Berlim, próximo ao Bundestag, naquele grande parque bonito, lá, próximo às margens do Rio Spree, e encantou o mundo. Hoje você olha o Obama, oito anos depois, e ele já sinaliza as rugas e os cabelos brancos. E algumas ações do Obama foram contraditórias, digamos, àquilo que o Partido dele ou a própria pregação que ele fez recomendaria.

Da mesma forma, quanto ao susto que o mundo tem, em relação ao que fará Donald Trump, parece-me que é cedo demais para fazer projeções, e eu tenho um ditado que diz: “Cada dia com a sua agonia.” Então, não adianta nós queremos colocar a carroça na frente dos bois, antes que esse megaempresário americano mostre a que veio, porque uma coisa é o palanque; a outra coisa é a vida real, é a governabilidade, é enfrentar os problemas e decidir na hora certa. A política não permite tomar decisões fora de hora. Então, essa é a imposição.

Eu trago essa pequena avaliação para dizer também que aquele discurso do candidato, agora Presidente eleito, chamando os brios ao americano médio, é o recrudescimento, o reacendimento do espírito nacionalista de uma nação. Ele dizia: “Estados Unidos grande de novo, ser a nação novamente grande e não perder os empregos”. E as fábricas saíram dali para ir ao México, porque é mais barato produzir no México do que lá.

Agora, as nossas fábricas estão saindo daqui para ir ao Paraguai, porque é mais barato: a energia é mais barata, a mão de obra é mais barata, não existe burocracia, não existe Imposto de Renda. O pessoal está fugindo para lá.

Você até não pode discutir muito. “Ah!, mas estão levando os empregos.” O empreendedor tem que fugir dos problemas, ele tem que buscar o espaço dele para continuar crescendo. Muitos fazem a complementariedade: vão lá, levam matérias-primas do Brasil, produzem lá e voltam para cá.

Então, temos que entender também essa nova estratégia econômica regional dentro do Mercosul e estabelecer novas regras. É exatamente isto: a tecnologia vem impor a nós, a cada dia, uma “uberização” das relações. Então, temos que estar preparados para isso.

Hoje fizemos uma sabatina com o nosso Embaixador que vai para o Paraguai, que foi, digamos, metralhado com perguntas. Eu estava junto com o Embaixador que vai servir o Brasil na República Eslovaca, onde há muitos interesses de Santa Catarina, porque Luiz Henrique, seu amigo, nosso memorável e inesquecível Senador de Santa Catarina, ex-Governador, foi o que mais internacionalizou a economia de Santa Catarina, e levou, de Santa Catarina para Bratislava, para a República Eslovaca, grandes empresas que lá deram cria: fizeram outras e levaram, então, a produção de Santa Catarina a ser exportada para aquele mercado europeu.

Eu acho que a globalização é questionada de algum modo, mas também é aproveitada por aqueles que são mais rápidos nas decisões e na escolha de tomar um rumo para fazer o desenvolvimento. Temos que entender o mundo novo. Se continuarmos com as velhas prerrogativas corporativistas, se não abrirmos um inteligente debate, que hoje se concentra em terceirização...

Eu acho que a economia mudou tanto, Senador. Veja o Uber: o Uber, para mim, é um bom exemplo para ver que a tecnologia veio para criar novas relações entre capital e trabalho. O resultado do Uber, de uma hora para outra, é: você tem uma concorrência com o serviço do táxi, que hoje é exclusivo dos taxistas, mas o Uber veio, presta um bom serviço, mais barato, mais rápido, e o consumidor tem esse direito de escolher, porque é



ele que está pagando pelo serviço. Então, não temos por que manter certas... Temos que manter regras para proteger o usuário, mas, se o usuário está levando vantagem, essa vantagem tem que ser preservada em nome dele, porque o dinheiro é dele, o usuário é que tem que saber onde vai aplicar.

Então, temos que ter inteligência. Eu até usei o exemplo dos taxistas, que, no caso de São Paulo, tiveram a habilidade de: "Bom, não vamos mais brigar com o Uber, porque ficou uma imagem negativa do taxista brigando com o concorrente." E como fica o usuário, que não tem voz nem vez nesse processo?

O que aconteceu? Em vez de brigarem, usando em alguns casos violência, o que a gente sempre condena, decidiram reduzir o preço da tarifa, a bandeirada, em determinadas horas do dia, oferecendo também a água mineral e a bala que o Uber oferece. Então, veja só, uma concorrência que veio em benefício do usuário. E nós temos que pensar é na população que usa o serviço, e não na exclusividade do cartório, da atividade para esse ou aquele setor.

Então, essa "uberização" está acontecendo em outros setores. Se você falar na terceirização, convencionalmente, do jeito que está sendo falado, não é inteligente, porque você já tem, no sistema automotivo, os chamados sistemistas, que não são mais do que terceirização. Um faz autopeça, outro faz pintura, outro faz chapeamento e outro computador monta o veículo. Então, ora, use o termo "sistemização", use o termo "atividades complementares", o que quiser usar.

Na área de tecnologia, por exemplo, há um jovem de 20 anos que é muito inteligente, preparado em *softwares*, que em casa, sentadinho, em meia hora, ele cria um programa, e aí ele pode vender para uma empresa que produza os processos para a venda desse programa. Mas, não, ele tem que estar com a carteira assinada, vinculado a uma empresa para fazer... E ele perde a autonomia de produzir muito mais e vender muito mais, porque ele poderá vender para outras empresas também aquele mesmo serviço. Mas ele vai ficar preso, pela nossa legislação, a uma determinada empresa. Então, até nisso você não pode penalizar o empreendedor, o cara que tem talento, que tem criatividade para criar esses aplicativos ou mesmo os chamados *startups*, que são essas novas empresas na área de TI, de você não ter essa oportunidade ou não dar aos jovens.

Então, eu estou falando sobre tudo isso para ver a necessidade que temos de atualização do nosso ponto de vista, do que nós aqui temos a obrigação, de discutir sem o ranço ideológico, que vale tanto para PEC nº 241, agora nº 55, porque, como disse o Ministro Roberto Barroso, responsabilidade fiscal não tem ideologia. É uma questão matemática: gastar aquilo que você tem. Você não pode gastar mais do que você tem.

A dona de casa sabe que é assim, não é Senador Dário Berger? O senhor falou agora a pouco no aparte que fez ao Senador José Aníbal. É isso, é simples assim. Dois mais dois continuam sendo quatro; não são cinco, como alguns economistas pensam que é. Mas por quê? Porque o viés ideológico os leva a entender que são dez. Então, eu acho que nesse caso, como eu disse aqui, melhor é rasgar o diploma, porque não é possível dizer que nós estamos rasgando a Constituição. E eu fico muito gratificada pela manifestação do Ministro Roberto Barroso sobre esse tema.

Para terminar, Senador, nós votamos ontem um tema extraordinariamente relevante, mas é mais do que tudo um tema sintonizado com a aspiração do povo brasileiro, que está pagando a conta. Quem é que paga a conta do Fundo Partidário? O contribuinte; o contribuinte brasileiro, Senador.

Falaram muito, todo mundo falou: "Ah!, agora não há financiamento privado de campanha." Houve financiamento público, e, às vezes, com o dinheiro que falta para a educação, para a saúde; o dinheiro público, porque é o dinheiro do Fundo Partidário que foi aplicado nas eleições. A sociedade tem que entender que foi essa a escolha que o Congresso fez, pressionado pela sociedade – foi essa a escolha!

E eu quero lhe dizer que ontem nós votamos aqui as regras ou cláusulas de barreira para a criação de novos partidos, uma das medidas que já deveriam ter sido tomadas há mais tempo, porque hoje nós temos uma verdadeira salada de frutas de partidos políticos. Nós temos cerca 35 partidos políticos. Não é possível a Câmara dos Deputados, ou mesmo esta Casa, conviver ou administrar uma Casa com esse grau de valor.

Então, nós temos que criar esse sistema mais, eu diria, puro, mais bem estruturado e mais respeitado, com ideologias, com o pragmatismo, com programas doutrinários e partidários bem definidos, porque, senão, a gente vai continuar usando um partido político para fazer um bom negócio, porque hoje é um bom negócio fazer partido. O senhor vende o horário eleitoral, o seu espaço, e o senhor também recebe o Fundo Partidário. Então, é o melhor negócio do mundo. Com isso está se criando uma forma de tornar o partido político e o sistema político partidário muito mais honesto e mais decente. A estimativa é de que a gente passe a ter dez partidos políticos.

E esse tema, Senador Dário Berger – eu lido muito com as redes sociais –, esse tema de um *post* que eu fiz na minha rede social que teve mais de 10 mil compartilhamentos... São 10 mil pessoas. E uma passa para o senhor, o senhor passa para outra, que passa para outra, e a gente não tem como dimensionar quantas pessoas são. Pode-se multiplicar por cinco, ou por dez, ou por cem. Além disso, foram quase 20 mil curtidas –



peessoas que olharam: “Bacana isso!” –, e mais de quase 2 mil comentários. E as pessoas dizendo que deveriam ser menos, deveriam restar dois partidos. Aí é o radical mesmo!

Então, essa matéria fala diretamente da aspiração da população brasileira, que quer muito mais aqui – e nós vimos na eleição municipal –, que as pessoas, os políticos inspirem confiança e correspondam àquilo que a sociedade está desejando. Caso contrário, nós seremos varridos do sistema político, porque o eleitor poderá, na próxima eleição, dizer assim: “Deu para ti, baixo-astrol; deu para ti, mau político. E vamos fazer outra escolha.”

Então, nós temos que aprender com essa lição, com essas escolhas, e retomar o compromisso de um mandato comprometido com a sociedade, que é o que a população que nos assiste, que nos acompanha, quer.

Agora, também o eleitor, também a sociedade tem uma grande lição que precisa olhar de perto, através disso aqui que está acontecendo agora, olhar as nossas comissões, a atuação de cada um Parlamentar, e, depois disso, fazer análise adequada sobre o que nós estamos fazendo. Essa é também a obrigação do eleitor, para não acontecer, Senador, como acontecia até recentemente. Você saía da eleição municipal, e um ano depois você perguntava para um amigo: “Em qual Vereador você votou?” “Ah!, eu nem me lembro; foi um amigo que pediu para que eu votasse no fulano, mas eu não me lembro do nome dele.” Como é que ele vai fiscalizar esse Vereador, se ele não lembra nem do nome do Vereador?

Com os Deputados Estaduais, a mesma coisa; às vezes, até com Deputados Federais. Senador é mais difícil, porque são só 13. Então, fica mais difícil não lembrar, ou, então, dizer que aquele no qual votou perdeu a eleição.

Mas eu acho que é uma boa lição para todos nós, especialmente para os eleitores, que sabem que tem na mão a arma mais poderosa, que se chama título de eleitor.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia, que, como sempre, trata os assuntos de maneira prática, objetiva e didática – também pela formação que tem, realmente, acaba dando um show na tribuna do Senado e nas comissões. V. Exª é uma das Senadoras mais atuantes e mais brilhantes que nós temos aqui, no Senado Federal. Parabéns a V. Exª.

Na quinta-feira que vem, estarei na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Quero que V. Exª presida.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Obrigado. Um abraço a V. Exª.

Não havendo mais nem matérias a deliberar nem Senadores inscritos para usarem a tribuna, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 48 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 169ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Projeto de Lei do Senado****SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2016 (Complementar)**

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.

AUTORIA: Senador Reguffe

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

PROJETO DE LEI DO SENADO n.º, de 2016 - Complementar
(SENADOR REGUFFE)

SF/16588.39626-00

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do parágrafo 8º, assim redigido:

“§ 8º O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil deve limitar, trimestralmente, as taxas de juros, comissões, e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive por administradoras de cartões de crédito, às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

JUSTIFICAÇÃO

O Banco Central do Brasil publica mensalmente as taxas de juros cobradas por bancos, instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito. Em outubro de 2016, o Bacen identificou banco que chegou a cobrar, só de juros no cheque especial à pessoa física, pasmem: 16,31% ao mês e 513,17% ao ano. E no cartão de crédito, há empresa que chegou a exigir de pessoas físicas taxas de juros em patamares inacreditáveis e inaceitáveis: 25,04% ao mês e 1.360,79% ao ano. Isso é um escândalo!

É importante que a população brasileira saiba que no resto do mundo não é assim. Alemanha, Portugal e França são exemplos de países nos quais o Estado, por meio de legislação própria e específica, fixa o limite máximo de juros que podem ser cobrados dos cidadãos. E a França assim o faz desde 1966. Nos Estados Unidos da América, 39 dos 50 estados federados estipulam um teto legal máximo para as alíquotas de juros permitidas nas operações financeiras realizadas em seus territórios. Nesses Estados, é comum o Poder Judiciário declarar a nulidade de negócio jurídico ou cláusula contratual que viole o limite máximo de juro estipulado pela legislação aplicável.

Portanto, os juros impostos aos consumidores pelos bancos e instituições financeiras são abusivos, extorsivos, e, porque não, escorchantes, merecendo uma atitude imediata do Estado brasileiro no sentido de proteger seus cidadãos dessa "permanente agiotagem".

Apresento este projeto de lei (complementar) para determinar que o Conselho de Política Monetária do Banco Central, responsável pela fixação da taxa Selic

SF/16588.39626-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

(Sistema Especial de Liquidação e Custódia), referência para os títulos da dívida pública nacional, também passe a estabelecer, trimestralmente, as taxas de juros máximas permitidas aos bancos, instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, em todos os empréstimos e financiamentos tomados pelos consumidores finais, pessoas físicas e jurídicas.

Sala das sessões,

SENADOR REGUFFE

DISTRITO FEDERAL



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:0001;4595](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:0001;4595)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:0001;4595>
- [Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - Lei da Reforma Bancária; Lei do Sistema Financeiro Nacional - 4595/64](#)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964;4595>
 - artigo 4º



Propostas de Emenda à Constituição

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 60, DE 2016

Define o terceiro domingo de outubro como data de realização do segundo turno nas eleições de Presidente e Vice-Presidente da República e Governador e Vice-Governador de Estado.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia (1ª signatária), Senador Aécio Neves, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Alvaro Dias, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Dário Berger, Senador Deca, Senador Elmano Férrer, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Gladson Cameli, Senador João Capiberibe, Senador José Aníbal, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta, Senador Omar Aziz, Senador Paulo Paim, Senador Raimundo Lira, Senador Reguffe, Senador Ricardo Ferraço, Senador Roberto Muniz, Senador Romário, Senadora Simone Tebet, Senador Tasso Jereissati, Senador Wilder Moraes

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Define o terceiro domingo de outubro como data de realização do segundo turno nas eleições de Presidente e Vice-Presidente da República e Governador e Vice-Governador de Estado.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 28 e 77 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 28.** A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no terceiro domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....” (NR)

“**Art. 77.** A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no terceiro domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, determinava, na redação original do seu art. 36, o início das campanhas eleitorais no dia 5 de julho do ano da eleição. Uma vez que a Constituição define a realização do primeiro turno das eleições no primeiro domingo de outubro, a duração das campanhas era de aproximadamente três meses.

No entanto, a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 alterou a data de início das campanhas para o dia 15 de agosto, reduzindo, dessa forma, o período total de campanha para pouco mais de um mês e meio. A recente eleição municipal foi a primeira a realizar-se sob o novo regime de campanhas curtas.

A lei não alterou, contudo, nem poderia fazê-lo, o intervalo entre um turno e outro das eleições para Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito, estipulado nos arts. 28 e 77 da Constituição: o primeiro e o último domingo de outubro do ano eleitoral.

Tivemos então, em decorrência da nova regra, na última eleição uma campanha de quarenta dias para o eleitor formar sua intenção de voto, a partir de uma oferta de diversos candidatos de partidos e coligações; e uma segunda campanha, de exatos 27 dias, para o mesmo eleitor decidir-se entre apenas dois candidatos a prefeito.

Houve boas razões a justificar a decisão de redução do período de campanha eleitoral. Campanhas muito longas, com a informação redundante que delas resulta, desmotivam os eleitores e podem resultar em patamares menores de participação eleitoral. Por outro lado, mais tempo de campanha equivale a campanhas mais caras, com influência maior do poder



econômico sobre a distribuição das possibilidades de vitória entre os diversos candidatos.

Essas as razões que nos levam a submeter à apreciação dos nossos pares a presente Proposta de Emenda à Constituição, que altera a redação dos artigos 28 e 77 da Carta com o objetivo de definir o terceiro domingo de outubro como data para a realização do segundo turno nas eleições para Presidente da República e Governador de Estado. Na hipótese de sua aprovação, haveria quatorze dias, portanto, para o eleitor definir seu voto entre dois candidatos já conhecidos em razão de suas campanhas para o primeiro turno das eleições.

Importa lembrar que os arts. 29, II, e 32, § 2º, da Constituição Federal, fazem valer para as eleições de Prefeitos e do Governador do Distrito Federal as regras definidas no art. 77, de modo que as alterações ora propostas atingem todas as eleições de mandatários do Poder Executivo.

Sala das Sessões,

**Senadora ANA AMÉLIA
(PP/RS)**

Senador/Senadora		Assinatura
1		
2		
3		
4		



5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		



SF/16788.27186-00



30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		



SF/16788.27186-00



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 28

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 77

- parágrafo 2º

- Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - Lei das Eleições (1997); Lei Geral das Eleições (1997) - 9504/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9504>

- Lei nº 13.165, de 29 de Setembro de 2015 - Minirreforma Eleitoral (2015) - 13165/15

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13165>





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61, DE 2016

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal para tornar o voto facultativo.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia (1ª signatária), Senador Aécio Neves, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Alvaro Dias, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Dário Berger, Senador Elmano Férrer, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Gladson Cameli, Senador José Aníbal, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta, Senador Omar Aziz, Senador Paulo Paim, Senador Raimundo Lira, Senador Reguffe, Senador Roberto Muniz, Senador Romário, Senadora Simone Tebet, Senador Waldemir Moka, Senador Wilder Moraes

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal para tornar o voto facultativo.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14.**

§ 1º O voto é facultativo e o alistamento eleitoral obrigatório.

§ 2º Não podem se alistar como eleitores os menores de 16 anos, os estrangeiros e, durante o período de serviço militar, os conscritos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo tornar facultativo o exercício do direito do voto, ao tempo em que mantém a obrigatoriedade do alistamento eleitoral.



O voto, entendido no seu sentido amplo, é a manifestação da vontade do eleitor face às alternativas de candidaturas que o processo eleitoral põe a sua frente em cada pleito. São consideradas hoje manifestações legítimas dessa vontade o voto em branco e o voto nulo, que sinalizam simplesmente a insatisfação do eleitor com o conjunto de candidaturas apresentadas. O não comparecimento do eleitor, contraditoriamente, não é considerado pelo texto constitucional uma alternativa legítima de o eleitor demonstrar sua insatisfação.

Consideramos que a abstenção do processo eleitoral, o não comparecimento do eleitor na seção de votação, deve ser reconhecida como parte integrante do livre exercício do direito do voto. Fundamentam essa tese as penalidades irrisórias que hoje recaem sobre os eleitores absenteístas, bem como o exemplo de todos os países de democracia antiga e consolidada, uma vez que nenhum deles adota a obrigatoriedade do voto. Importa lembrar que esse é também o entendimento da maioria dos eleitores brasileiros, expresso em diferentes pesquisas de opinião.

Cremos necessário, contudo, manter a obrigatoriedade do alistamento eleitoral. O não comparecimento às urnas é uma decisão relevante, que deve resultar apenas de uma deliberação política do eleitor face à campanha eleitoral. O alistamento obrigatório amplia o grau de liberdade dos eleitores, mantendo abertas até o dia da votação as possibilidades de comparecimento e de não comparecimento. O alistamento facultativo exige duas decisões do eleitor e pode, pela inércia passada, impedir eleitores de comparecer à votação por razões não políticas. Haveria um absenteísmo automático, não reflexivo, danoso para o processo democrático.



3

Essas as razões por que pedimos o apoio de nossos pares para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**
(PP/RS)



Senador/Senadora		Assinatura
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		



4

15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		



SF/16201.45372-23



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 1º do artigo 14
- parágrafo 2º do artigo 14
- parágrafo 3º do artigo 60



Requerimento

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 821, DE 2016

Requerimento, nos termos dos artigos 154, III e §5º, 199 e 200 todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em homenagem ao centenário do poeta Manoel Wenceslau Leite Barros, nascido em Cuiabá – MT, em 19 de dezembro de 1916, para a qual sugerimos a inclusão na data mais próxima disponível desse mês de novembro.

AUTORIA: Senador José Medeiros, Senador Elmano Férrer, Senador Pastor Valadares, Senadora Regina Sousa, Senador Sérgio Petecão, Senador Valdir Raupp



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

*Gabinete do Senador José Medeiros***REQUERIMENTO Nº , DE 2016 – PLEN.**

Requeiro, nos termos dos artigos 154, III e §5º, 199 e 200 todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em homenagem ao centenário do poeta Manoel Wenceslau Leite Barros, nascido em Cuiabá – MT, em 19 de dezembro de 1916, para a qual sugerimos a inclusão na data mais próxima disponível desse mês de novembro.

Sala das Sessões,

Senador José Medeiros
PSD-MT



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Pinto Itamaraty.	PSDB / MA
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 12

PTB-3 / PR-4 / PSC-3 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Virginio de Carvalho.	PSC / SE
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Alaysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Hélio José* (PMDB-DF)	Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Deca* (Bloco-PSDB-PB)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Virginio de Carvalho** (Bloco-PSC-SE)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Ângela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95)</p> <p>Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,97) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22)</p> <p>Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74,106,107)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 12</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,81)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,80) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,80)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 3 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,81)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,96) Ricardo Ferraço (89,97)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)</p>	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
106. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.
107. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DO EXTRATETO

Finalidade: Destinada a encaminhar a solução com relação ao extrateto nos Poderes da República.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

RELATORA:

MEMBROS



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

**** Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



**9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



11) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 08/11/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(9,10)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Em 05.10.2016, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.
7. Em 03.11.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 61/2016-GLBSD).
8. Em 07.11.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 74/2016-GLPSDB).
9. Em 07.11.2016, a Maioria (PMDB) cedeu vaga de titular para o Bloco Democracia Progressista (Of. 178/2016-GLPMDB).
10. Em 07.11.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista, em vaga cedida pela Maioria (PMDB) (Memo. 40/2016-BLDPRO).
11. Em 08.11.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi eleito Presidente da Comissão (Memo. nº 001/2016-CEOI).
12. Em 08.11.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 62/2016-BLOMOD).
13. Em 08.11.2016, o Senador Valdir Raupp foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2016-GLPMDB).



12) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta ⁽²⁾
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



15) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(11,18)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(2,17)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁶⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽¹⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
17. Em 19.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 108/2016-GLPRD).
18. Em 19.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 108/2016-GLPRD).
19. Em 08.11.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 64/2016-GLBSD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



18) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(4,5)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
 5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Ângela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO ^(14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
40. Em 07.11.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Memo. 39/2016-BLPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Ângela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. VAGO (33,62)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (32,36,66)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. VAGO
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (11,15,65)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (26,27,39,45,56,63,64)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (61,67)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. VAGO (34,54,67)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
62. Em 18.10.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 168/2016-GLPMDB).
63. Em 19.10.2016, o Partido Democratas cede a vaga de suplente ao Partido Social Democrático (Of. nº 52/2016-GLDEM).
64. Em 19.10.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Partido Social Democrático, em vaga cedida pelo Partido Democratas (Memo. nº 33/2016-GLPSD).
65. Em 09.11.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. nº 182/2016-GLPMDB).
66. Em 09.11.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 181/2016-GLPMDB).
67. Em 09.11.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 65/2016-GLBSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Ângela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
 9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- ** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO ^(17,18,22,24,29)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Ângela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁰⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,38)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(37,38)
VAGO ^(6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Ângela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deka (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO ^(22,25)	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁵⁾	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
15. Em 09.11.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 109/2016-GLPRD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).

2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,3,4,5)**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of. nº 0054/2016-BLOMOD.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,8,9,10)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,4,5)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,3,4,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(4,5,6)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



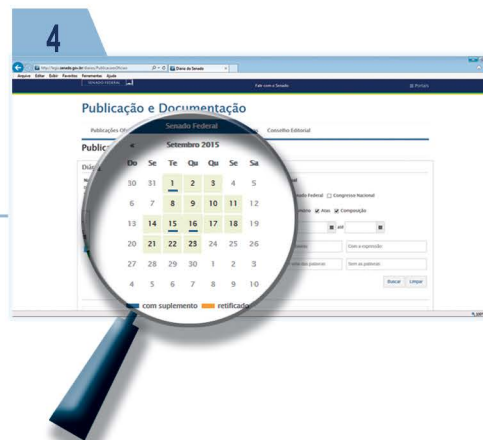
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



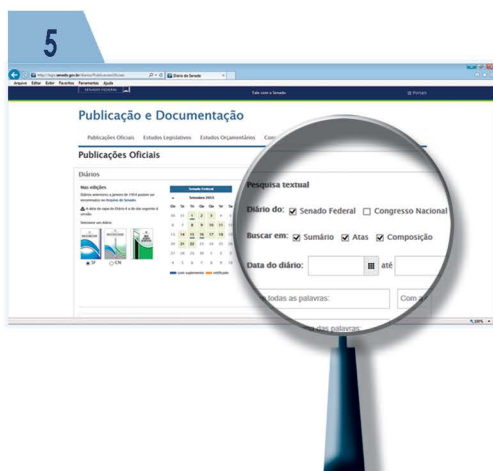
Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.





Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

